

FABIO PONTAROLO

**DEGREDO INTERNO E INCORPORAÇÃO NO BRASIL MERIDIONAL:
TRAJETÓRIAS DE DEGREDADOS EM GUARAPUAVA, SÉCULO XIX**

CURITIBA

2007

FABIO PONTAROLO

**DEGREDO INTERNO E INCORPORAÇÃO NO BRASIL MERIDIONAL:
TRAJETÓRIAS DE DEGREDADOS EM GUARAPUAVA, SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

CURITIBA

2007

RESUMO

Esta pesquisa tem como premissa a reconstituição de trajetórias de vida de degredados remetidos para a povoação de Guarapuava, na capitania e depois província de São Paulo, durante o século XIX. Depois do desembarque da Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, o príncipe regente D. João assinou a Carta Régia de 1º de abril de 1809, aprovando o plano de povoar os Campos de Guarapuava. Dentre as ordens recebidas pelo governo da Capitania de São Paulo, da qual faziam parte os campos de Guarapuava, está o envio de todos os criminosos e criminosas condenados a degredo da Capitania para a região. Após a análise dos aspectos institucionais que permitiram esses envios e a colonização da área, são interpretados os dados sobre as trajetórias dos degredados enviados, os quais permitem questionamentos e problematizações a respeito do processo de incorporação dessas pessoas em meio aos demais colonos e aos indígenas kaingang do local. A reconstrução dessas trajetórias proporcionou visualizar, sob outro ângulo, os processos incorporativos em uma área de fronteira no Brasil oitocentista, envolvendo degredados, indígenas e colonos residentes em Guarapuava.

Palavras-chave: Degredo, incorporação, povoamento, indígenas, colonos.

ABSTRACT

This research main reconstitute the way of life of the *degredados* (outcasts) remitted to the population of Guarapuava, in the *capitania* and after province of São Paulo, during the eighteenth century. After Portuguese arrives in Rio de Janeiro in 1808, the regent prince D. João signed the Carta Régia of April first 1809, approving the plan to populate Guarapuava. In spite of the demanding received by the government of the *capitania* of São Paulo, they ordered to send all the criminals from de *capitania* to the new land. After the analysis of the institutional aspects that permitted sending criminals and the colonization of the area, I interpret the notes about the trajectories of *degredados* sent, which allow questions and problematize about the incorporation process between local colonists and kaingang natives. The reconstruction of these trajectories means to show, on the other hand, the incorporative process on frontier areas in Brazil eighteenth century.

Key-words: *Degredo*, incorporation, populate, kaingang natives, colonists.

Dedico este trabalho a Benjamin Cardoso Teixeira (In memoriam), pelo empenho e dedicação que teve em arquivar um tesouro precioso de documentos, com os quais a região de Guarapuava tem sua identidade histórica mais completa.

AGRADECIMENTOS

Durante todo o período do mestrado, dos créditos à escrita da dissertação, contei com a ajuda de muitas pessoas. Mais que um esforço individual, essa pesquisa é o resultado de um apoio coletivo. Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder energia e disposição para realizar esse trabalho, transpondo obstáculos e dificuldades. À minha família, pelo apoio em todos os momentos. À Lui, por tudo e por compartilhar a vida comigo, me ajudando sempre.

Ao professor Carlos Alberto Medeiros Lima, dedicado e competente, por acreditar no potencial da pesquisa e a quem devo muitas das reflexões que me foram fundamentais na execução do trabalho. Deixo também meus sinceros e profundos agradecimentos a Murilo Walter Teixeira, pela amizade, pelas conversas sempre muito agradáveis e por apresentar a documentação fundamental à problematização da pesquisa, arquivada por seu pai, Benjamin Cardoso Teixeira, sem a qual pouco saberíamos sobre esses degredados. À minha prima Lisa, pela ajuda com o *abstract* da dissertação.

Ao professor Geraldo Pieroni, pelo apoio, leitura e sugestões ao projeto inicial de pesquisa, e pelo fornecimento de textos importantes ao seu andamento. Ao professor Thimoty Coates, pelos textos e pertinentes sugestões com relação aos primeiros resultados.

Às professoras Icléia Thiesen (UNIRIO), Ana Maria de Oliveira Burmester e Ana Paula Vosne Martins, pelas sugestões e textos, assim como a todos os professores da Pós-Graduação em História da UFPR com quem pude conviver durante o período dos créditos. Agradeço especialmente aos professores José Roberto Braga Portela, Sérgio Odilon Nadalin e Maria Regina Celestino de Almeida (UFF) que, seja no exame de qualificação ou na defesa, contribuíram com ponderações pertinentes à melhoria do trabalho final.

À Fabrícia Rúbia Guimarães de Souza Noronha e Silvana Cassab Jeha, pelo envio de suas dissertações, fundamentais para o enriquecimento do debate na pesquisa. Agradeço profundamente a Tatiana Takatuzy e a prof^a Zeloí Aparecida Martins dos Santos pelo envio de seus trabalhos e pelas cópias digitais dos documentos do Arquivo Público de São Paulo, onde encontrei dados importantíssimos para a pesquisa.

À professora e amiga Terezinha Saldanha, pelos livros e palavras de incentivo. Aos colegas da Unicentro e também pesquisadores da temática do degredo, Maristela Toma e Francisco Ferreira Júnior, em especial ao Xico, pelas conversas e trocas de informações que permitiram em muitos pontos o enriquecimento dessa pesquisa. Também agradeço sinceramente ao amigo Cristiano Durat, pelos livros e dados importantíssimos para o desenvolvimento do trabalho.

Não posso esquecer das pessoas que me receberam em todos os arquivos onde pesquisei: Arquivo Público do Paraná, Catedral Nossa Senhora de Belém, Cartório de Notas Gouveia, Arquivo da Câmara de Vereadores de Guarapuava, Museu do Tropeiro, Círculo de Estudos Bandeirantes, Arquivo Municipal de Guarapuava e Cedope, pela atenção recebida e presteza no fornecimento das informações. Da mesma forma, agradeço à secretária da Pós-Graduação em História da UFPR, Maria Cristina, pela ajuda nos tortuosos passos da burocracia acadêmica.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Cnpq, pelo financiamento de boa parte da pesquisa, assim como a todos que não estão nominalmente citados, mas que contribuíram de alguma forma para a realização desse trabalho.

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas.....	09
Índice de tabelas, gráficos, mapas e figuras.....	10
Introdução.....	11
1. Capítulo 1	
Degredo, incorporação e povoamento na Capitania de São Paulo.....	24
1.1 As bandeiras militares para os Campos de Guarapuava no século XVIII.....	27
1.2 A Junta da Real Expedição de Guarapuava no século XIX.....	35
1.3 A Junta de Justiça de São Paulo e as “Cartas de Guia”.....	50
2. Capítulo 2	
Processos assimilativos de degredados enviados para Guarapuava.....	58
2.1 Incorporação e casamento.....	59
2.2 Trajetórias de incorporação e casamentos pressupostos.....	92
2.3 Trajetórias de incorporação desvinculadas de uniões matrimoniais.....	96
3. Capítulo 3	
Processos assimilativos falhos ou pouco documentados.....	101
3.1 Alianças de Fuga: Relações e estratégias de fuga de degredados.....	101
3.2 Os tribunais da Corte e as comutações de pena.....	112
3.3 Degredados com sentenças curtas ou mistas.....	122
3.4 Degredo e suplício: condenados ao barão e pregão.....	125
3.5 Trajetórias indeterminadas.....	132
4. Considerações Finais.....	136
5. Fontes Manuscritas.....	142
6. Bibliografia.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS

AESP - Arquivo do Estado de São Paulo

DI - Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo

RIHGB -Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ANRJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS, MAPAS E FIGURAS

<i>Gráfico I:</i> Frequência de entrada de 48 degredados enviados para Guarapuava.....	16
<i>Tabela I:</i> Formação populacional de Guarapuava (1825-1872).....	17
<i>Mapa 1:</i> Rota das expedições militares enviadas aos sertões do Tibagi – século XVIII.....	33
<i>Mapa 2:</i> Caminho do Viamão e rota das tropas da Real Expedição e Conquista dos Campos de Guarapuava no século XIX.....	40
<i>Figura 1:</i> Aquarela da Povoação de Guarapuava entre as décadas de 1820 e 1840.....	49

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho sobre a trajetória de vida de degredados remetidos para a povoação de Guarapuava, ao sul da então capitania de São Paulo, durante a primeira metade do XIX. Reflete também sobre a prática do degredo, mais especificamente sobre o degredo interno no Brasil Colônia e Império. Para definir especificamente o objeto de estudo, vale dizer que o degredo, conforme conceituação utilizada por Maristela Toma¹, consistia numa forma de expulsão penal prevista pela Justiça secular e eclesiástica da Coroa lusitana, onde o condenado era obrigado a sair do local onde cometera seu crime, sendo enviado para outro território pertencente ao reino, onde deveria permanecer por tempo determinado ou perpetuamente. No caso do degredo interno praticado no Brasil oitocentista, os degredados provinham de capitanias e depois províncias da própria colônia ou império.

Entretanto, o foco central da análise e a tipologia da documentação investigada trazem diferenças fundamentais para este estudo em relação às pesquisas sobre o tema já realizadas, as quais encerram suas análises no momento do envio dos condenados para seus locais de degredo². Esta pesquisa tem seu foco maior de análise justamente a partir do momento de chegada dos degredados ao local onde deveriam cumprir suas penas – à povoação de Guarapuava. As fontes utilizadas foram coletadas até que se formasse um corpo documental, em arquivos públicos e privados das cidades de Guarapuava, Curitiba, Rio de Janeiro e principalmente no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Códigos penais e documentos governamentais expedidos pelo Governo Imperial e da Capitania e depois Província de São Paulo e Província do Paraná, regulamentando ou informando sobre o envio dos condenados para a região, além das cartas de guia de trinta e um condenados, permitiram a análise dos passos da implantação e algumas diretrizes do funcionamento da prática do degredo para Guarapuava, de sua instituição ao seu encerramento.

Pessoas condenadas a degredo estiveram presentes nos Campos de Guarapuava desde as primeiras tentativas de conquista e povoamento da região, ainda na segunda metade do século XVIII. Malograda a primeira tentativa de conquista da região no século XVIII em função da política de povoamento pombalina, as próximas ações coloniais naquela porção do

¹ TOMA, Maristela. *Imagens do degredo: história, legislação e imaginário* (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas). (dissertação de mestrado). Campinas: Unicamp, 2002.

² PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do Reino*. Brasília: Editora da UnB; 2000; e COATES, Thimoty J. *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755*. Lisboa: CNCDP, 1998.

Brasil meridional só se deram com o desembarque da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, através da Carta Régia de 1º de abril de 1809³.

Sessenta pessoas, na sua maioria homens, chegaram por ordens da Justiça secular do Brasil Colônia e Império para cumprir suas penas de degredo em Guarapuava. A periodicidade de envio vai desde o início do povoamento de seus campos, em 1812, até 1859 (período em que encontramos a primeira e a última carta de guia⁴ de entrada de degredados enviados para a região), seguindo a determinação imperial de 1809. Estas pessoas tiveram suas *experiências* de vida marcadas por uma permanência temporalmente variada em Guarapuava.

A documentação existente – cartas de guia de chegada de degredados; listas de habitantes de Guarapuava referentes às décadas de 1828 a 1863; Registros paroquiais de casamento, batismo e óbito da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava no século XIX; atestados de boa conduta emitidas para degredados comprovarem suas boas condutas na região; um processo-crime por reincidência de um degredado; notas referentes à negociações comerciais; além de uma série de correspondências enviadas e recebidas pelas autoridades de Guarapuava com o governo de São Paulo, informando sobre o andamento da Freguesia e do aldeamento indígena local - nos permitiram compor as trajetórias sociais dos degredados a partir de dados referentes à origem e local de onde vieram, à família e idade que possuíam na época do envio, ao crime praticado e a sentença recebida, ao crime que um deles foi acusado de voltar a praticar, ao local onde estabeleceram moradia e aos ofícios e cargos públicos que exerciam, ao casamento que chegaram a consumir com indígenas ou colonos do local e às pessoas, em certos casos outros degredados, que foram padrinhos desses casamentos, aos filhos que tiveram e aos agregados que chegaram a manter, à manipulação identitária da cor que possuíam, à condição social e propriedades que mantinham, à fuga que planejavam e tentaram levar a cabo, ao tempo que viveram e ao sepultamento após a morte dessas pessoas.

³ A determinação é a parte final da Carta Régia de 1º de abril de 1809, que “*Aprova o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território*”. In: Collecção Decisões do Governo do Império do Brasil de 1809. Typographia Nacional, RJ, 1891, p.136.

⁴ As “cartas de guia” eram documentos já previstos no “Regimento dos degredados”, promulgado em Portugal, no ano de 1582, com a intenção de regulamentar e ordenar o funcionamento do sistema de degredo, tornado mais eficiente e abrangente em Portugal a partir das descobertas marítimas. Em seu conteúdo eram informados o nome, cor, idade, condição social, filiação, crime e tempo de degredo a cumprir de cada condenado remetido. O documento deveria permanecer em poder da autoridade responsável pela manutenção dos degredados nos locais para onde eram enviados, devendo ser expedida uma carta de soltura quando da expiração das penas e da liberação dos ex-degredados para se ausentarem da região de degredo, caso tivessem interesse em retornar à suas vilas de origem. Fazemos uma discussão sobre o conteúdo das cartas de guia ao final do capítulo 1 da Dissertação.

Seis cartas de guia, fazendo referência às levas de degredados remetidos para Guarapuava, foram encontradas nos arquivos pesquisados. Cinco delas, referentes a trinta condenados, são datadas da década de 1821 a 1831. Apenas uma, relativa ao último degredado a entrar na região, foi encontrada com uma datação posterior, referente ao ano de 1859. Entretanto, continuamos nossa busca pelos degredados através dos nomes e dados relacionados nas indicações de “degradados” presentes nas listas de habitantes microfilmadas de 1828 e 1835.⁵ Também utilizamos as listas de habitantes de 1832, 1833⁶ e 1840⁷, assim como as listas específicas aos indígenas aldeados e a seus maridos correspondentes aos anos de 1830 e 1831.⁸

As listas de habitantes trazem os nomes dos sentenciados presentes na povoação seguidos da indicação “degradado”, e nos informam sobre o local de moradia, a família, a propriedade e a produção dessas pessoas. Através dos registros de batismo, casamento e óbito, também indicando a condição “degradado” para os indivíduos nessa condição, também obtemos informações sobre o processo de incorporação dessas pessoas. O batismo dos filhos e o falecimento dos mesmos também ficam disponíveis para a realização das trajetórias dos condenados, a partir dos registros paroquiais da Catedral Nossa Senhora de Belém, produzidos com essa finalidade.

Através desses documentos eclesiásticos, concluímos que ao menos outras vinte e quatro pessoas adentraram na povoação como degredados até 1859.⁹ Ainda sobre os registros paroquiais, ressaltamos que os registros de casamento, batismo e óbito produzidos pelo padre Francisco das Chagas Lima entre 1812 e 1828, e posteriormente, entre 1842 e 1878, pelo reverendo Antônio Braga de Araújo, estão distribuídos em três tomos no arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava. No interregno da saída de Chagas Lima da Freguesia até a entrada do novo pároco, salvo alguns registros produzidos ocasionalmente nas visitas do padre Francisco de Paula Prestes entre 1828 e 1832, são muito poucos os

⁵ Listas de Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, 1828 e 1835. Cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS. Curitiba, UFPR.

⁶ LOURES, Antonio da Rocha. *Lista dos Empregados nesta Expedição de Guarapuava e povoadores existentes nesta Povoação aos 30 de março de 1832*. AESP, caixa 230, ordem 987; e LOURES, Antonio da Rocha. *Relação dos Empregados, Povoadores, Índios e degredados nesta Povoação de Guarapuava, Janeiro de 1833*. AESP, caixa 230, ordem 1025.

⁷ BORBA, Oney Barbosa. “Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, em o ano de 1840.” Dados transcritos do original da Câmara de Castro. *RHGB*. Curitiba: vol. XXXIV, 1977.

⁸ LOURES, Antonio da Rocha. *Relação dos Índios que se achão existentes na Freguesia de Nossa Senhora de Bellem nos Campos de Guarapuava aos 19 de outubro de 1830*. AESP, caixa 1025; e LOURES, Antonio da Rocha. *Relação dos Índios existentes nesta Freguesia de N. S. do Bellem aos 12 de novembro de 1831*. AESP,

⁹ Cf. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. *Registros paroquiais de batismo, casamento e óbito*. Livros nº 1 A e B, século XIX.

documentos eclesiásticos produzidos na Freguesia¹⁰. Para esta pesquisa também são utilizadas as listas nominativas de paroquianos da Freguesia de Guarapuava, produzidas pelo padre Antonio Braga de Araújo nos anos de 1842 e 1863.¹¹

Com a aprovação do Código Criminal do Brasil Império em 1830, percebemos uma drástica diminuição no número de crimes legislativamente puníveis com o degredo e um grande número de crimes punidos com a prisão com trabalho. Enquanto as Ordenações Filipinas previam a pena de degredo a 256 crimes e heresias religiosas, o novo código penal brasileiro restringia sua aplicação apenas aos crimes de estupro (art. 219, 220, 221 e 224) e sobre o exercício ilegítimo de autoridade militar, com pena máxima de 20 anos de degredo (art. 141).¹² No entanto, a essa grande diminuição do número de crimes puníveis com o degredo no novo código criminal não se seguiu uma conseqüente desarticulação da utilização dos degredados nos processos incorporativos de Guarapuava. Comutar a pena daqueles condenados que teriam maior utilidade em trabalhos públicos ou maiores possibilidades de reincorporação nas novas povoações parece ter sido prática recorrente da justiça Imperial.

Na já citada lista de habitantes da Freguesia de Guarapuava de 1835¹³ também encontramos menção a outros degredados que não constam nas cartas de guia. Pelos indícios dados pela lista, provavelmente outros nove degredados, entre eles duas mulheres, foram remetidos para a povoação em épocas próximas daquele período, uma vez que estão agrupados e contabilizados em um mesmo domicílio. Chegamos a essa posição em função dos demais condenados presentes na povoação desde os anos 1820 estarem, diferentemente, dispersos em seus domicílios próprios, alguns contando com pequena produção de animais e alimentos, o que subscreve um processo de incorporação na povoação mais adiantado para estes últimos.

¹⁰ Os registros de casamento e batismo produzidos pelo missionário Chagas Lima foram integralmente transcritos e dispostos em diagramas e tabelas por Cristiano Augusto Durat, que disponibilizou o material para nossas análises. Cristiano analisou os dados obtidos em sua dissertação de mestrado, dando ênfase aos processos incorporativos dos indígenas da região. Vide DURAT, Cristiano Augusto. *Os processos incorporativos do Indígena Kaingang de Atalaia à sociedade luso-brasileira: o papel do Catolicismo*. (Dissertação de Mestrado em História Regional). Passo Fundo: UPF, 2006.

¹¹ ARAÚJO, Antonio Braga de. *Rol dos Parochianos da Freguesia de Belém de Guarapuava, durante o Parochiato do P. Antonio Braga de Araújo*, 1842. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava; e ARAÚJO, Antonio Braga de. *Rol de moradores da freguesia do Belém de Guarapuava, Bispado de São Paulo, abril de 1863*. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

¹² CORDEIRO, Carlos Antonio. *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino e Irmão, 1861.

¹³ Lista de Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, 1835. Cópia microfilmada pertencente ao DEHIS. Curitiba, UFPR.

Nesse sentido, a afirmação de que estes nove degredados chegaram à povoação no ano de 1835 é reforçada por outra lista de habitantes produzida para o mesmo ano,¹⁴ onde constam duas listas de degredados presentes no local. Aqueles que haviam sido remetidos na década de 1820 estão relacionados na sessão “Degradados”, constando seus nomes, idades, cor e estado civil, tal como os demais povoadores listados. No caso dos novos degredados, estes estão indicados na “Relação das pessoas apresentadas neste Districto para cumprirem degredos”, onde, além de constar os nomes, idades, cor e estado civil, é informado o tempo de pena a cumprir. Neste caso, é interessante notar que seis dos nove condenados tem como pena o degredo perpétuo, devendo permanecer o resto da vida em Guarapuava.

Sete anos se seguiram sem indicações de entrada de novos degredados em Guarapuava. O silêncio na documentação só volta a ser quebrado nos documentos referentes a entrada de degredados nos anos 1840. Além de atestados de óbito fornecendo a informação da presença de alguns degredados nesse período, atestados de boa conduta, fornecidos a dois degredados e à mulher de um deles para constar suas condições na cidade também atestam a entrada de mais essas três pessoas na povoação durante a década de 1840. Esses documentos, fornecidos pelo comandante Rocha Loures e - depois da elevação da Freguesia à Vila e formação da Câmara municipal - pelos vereadores de Guarapuava, torna possível a identificação dessas pessoas como degredados enviados para a região, assim como das datas de entrada dos mesmos, descritos nesses documentos.¹⁵

A correspondência enviada pelas autoridades de Guarapuava ao governo provincial - em função da necessidade contínua de prestação de contas sobre o estado da colonização e catequese dos indígenas da região -, encontrada no Arquivo Público de São Paulo, fornecem detalhes importantíssimos sobre as trajetórias de incorporação dos degredados que se encontravam na região.¹⁶

Ademais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava nos elucidam em que processos incorporativos estavam inseridos os degredados, junto aos indígenas e demais povoadores da região. No caso dos registros de óbito, na falta das cartas guia ou de outros documentos que informem a condição de condenados, é a partir delas que descobrimos algumas pessoas degredadas, retrocedendo,

¹⁴ “População do Districto da Freguesia do Belem pertencente ao Municipio da Villa de Castro, 1835” Arquivo Público Benjamim Teixeira, Guarapuava.

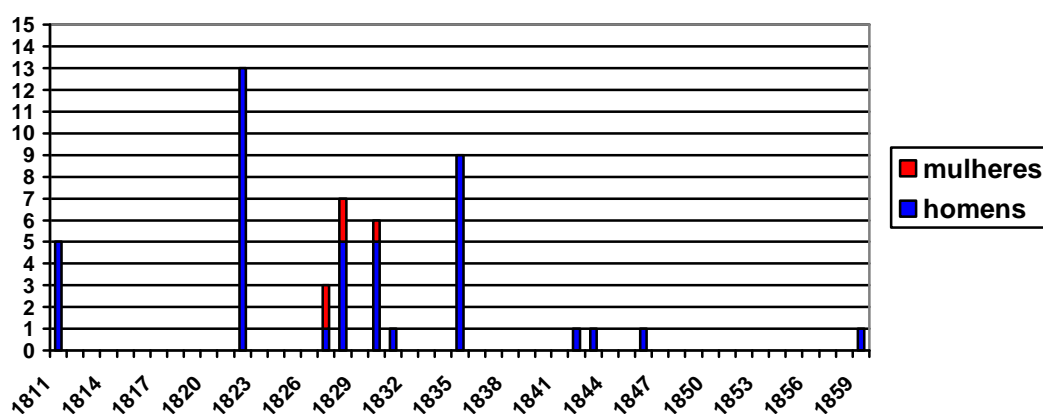
¹⁵ LOURES, Antonio da Rocha. *Lançamento de um atestado, de Sabino José Maciel*. Livro de Notas nº1 (1835-1843). 1º Tabelionato de notas Gouvêia. Guarapuava; e *Atestado a Francisco José de Bittencourt e sua mulher, Bibiana Berrièr de Bittencourt*, 14 de janeiro de 1863. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava.

¹⁶ AESP, Caixa 192, Ordem 987; Caixa 193, Ordem 988 e Caixa 230, Ordem 1025.

com isso, a análise dos dados pertinentes ao período em que algumas destas pessoas estiveram em Guarapuava. No cartório de Notas da povoação, hoje denominado Cartório Gouveia, também foram encontradas informações que elucidam sobre alguns negócios de que participaram os degredados remetidos para Guarapuava, assim como sobre pedidos de atestados de boa conduta e encaminhamentos de pedidos de comutação de pena.

Por fim, um caso munido de documentos diversos, envolvendo o último degredado enviado para Guarapuava, também conta com uma carta de guia individual repleta de informações. Sobre o retratista português degredado por cunhar moeda falsa na vila de Salvador, na Bahia, José Maria Cândido Ribeiro, temos dados de sua sentença, de sua condição social e até mesmo de sua aparência física. O degredado foi julgado no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, e enviado diretamente para Guarapuava.

Gráfico I: Freqüência de entrada de quarenta e oito degredados enviados para Guarapuava



Fontes: Cartas de guia, relações de presos sentenciados, registros paroquiais de óbito, listas de habitantes, rol de paroquianos e atestados de boa conduta (ver fontes manuscritas).

Quanto ao afluxo de degredados para a região, outros doze condenados, entre eles duas mulheres, enviados até 1859, e constantemente relacionados nos documentos paroquiais, não foram incluídos no Gráfico I por não ser possível presumir dos documentos as datas de entrada dos mesmos. De qualquer forma, considero esses números no total de degredados remetidos, contabilizando sessenta pessoas. Sobre os primeiros cinco enviados, todos *prezos* em 1811 pelos capitães das Vilas do Príncipe, Curitiba e Castro, não foram encontrados dados sobre o tempo das sentenças a cumprir, e seus nomes não voltam a aparecer em nenhum documento posterior, o que presume o pouco tempo de permanência desses condenados na região.

Com absoluta maioria de envio de condenados homens (cerca de noventa por cento) e sendo quase a metade deles de cor denominada branca, foi entre 1822 e 1835 que se realizaram as remessas de degredados e degredadas com sentenças mais longas, alguns chegando à perpetuidade (dez casos) e outros com vinte anos a cumprir (seis casos).

Listas de habitantes, paroquianos e votantes, registros de casamento e óbito dos condenados, além dos registros de batismo de seus filhos, afilhados e netos, processos-crime, registros de terra, atestados de boa conduta, assim como as correspondências em tons literários enviados pelas autoridades locais - seculares e eclesiásticas - às autoridades da capital paulista e da imperial permitem-nos traçar as trajetórias desses degredados, através da rede de relações que estes mantiveram com uma pluralidade hierarquicamente diversificada de habitantes locais, tais como índios, colonos e escravos.

Na junta de Governo da mesma cidade eram recebidas e respondidas as correspondências oficiais enviadas pelas autoridades locais de Guarapuava – o padre e o comandante. Essas dezenas de documentos, encontrados e selecionados no Arquivo Público de São Paulo, informam sobre os processos incorporativos e os problemas causados pelos degredados no convívio com os indígenas aldeados e outros colonos na Povoação. De acordo com essa documentação e com as correspondências de resposta das autoridades na capital paulista, tentamos especificar as características e algumas diretrizes do processo assimilativo dessas pessoas remetidas para Guarapuava.

Tabela I - formação populacional de Guarapuava (1825-1872)

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO											
		LIVRES (INCLUINDO OS DEGREDAOS)				ESCRAVOS				INDÍGENAS CATEQUIZADOS			
		M	F	T	%	M	F	T	%	M	F	T	%
1825	342	101	83	184	54,4	27	8	35	10	39	84	123	35,6
1835	688	299	248	547	79,5	46	30	76	11,05	16	46	65	9,45
1843	1621	766	591	1357	83,71	131	88	219	13,51	21	24	45	2,78
1853	2771	1251	1052	2303	83,11	240	161	401	14,47	18	49	67	2,42
1863	3036	1300	1124	2424	79,5	321	270	591	19,4	8	13	21	1,1
1872	8477	4059	3554	7613	89,8	426	423	849	10,02	4	11	15	0,18

Fonte: ABREU, Alcioly T. G. *A posse e o uso da terra: modernização agropecuária em Guarapuava*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986, p.129.

Conforme os dados da Tabela I, nota-se que o crescimento populacional de Guarapuava teve como seu principal motivo o afluxo migratório de livres pobres e de colonos – juntamente com seus escravos - advindos de diversas Vilas do território paulista. Números que permitem concluir que a proporção de degredados na população nunca ultrapassou três por cento do total de habitantes, diminuindo mais ainda com o arrefecimento do processo de envio dos condenados nos anos posteriores a 1835. Dessa forma, entendemos que o que prevalecia nas ocasiões de envio era o intento de reincorporar os criminosos enviados na povoação em formação, tal como veremos nesse estudo.

Ser condenado à pena de degredo durante o Antigo Regime português consistia, antes de tudo, em ser obrigado a permanecer por um tempo determinado num local específico prescrito pelas autoridades judiciais lusitanas. Tribunais civis e inquisitoriais estabeleciam as condenações, baseados nos livros das Ordenações do Reino ou do Regimento do Santo Ofício da Inquisição.¹⁷ Dessa forma, criminosos e pecadores foram expulsos de suas terras natais e pagaram por seus delitos em terras localizadas em alguma das possessões portuguesas do além-mar, ou mesmo dentro do próprio território fronteiriço do Reino.¹⁸

Durante o período Moderno, principalmente entre os séculos XVI e XVIII, o Império Português se utilizou da condenação ao degredo para a exclusão sistemática de seus delinquentes internos, transformando este termo num “conceito racional de colonização forçada”¹⁹, de uma ou várias de suas colônias no além mar, ou mesmo de regiões fronteiriças pouco habitadas, no território interno de Portugal. É nesse sentido que a pena de degredo se diferencia de seus antecedentes na tradição penal ocidental.

Após as descobertas marítimas nos séculos XV e XVI, o Governo Português potencializou a utilização de seus degredados como parte das tentativas de povoamento das novas possessões, num esforço para extrair tudo o que podia de seus súditos, incluindo seus criminosos. Entretanto, embora os estabelecimentos e políticas coloniais portuguesas tenham estado sempre ligados à metrópole por um laço de qualquer tipo, concordamos com a posição

¹⁷ A legislação portuguesa onde se encontram elencados os crimes puníveis com o degredo corresponde às Ordenações Afonsinas (1446), Manuelinas (1521) e Filipinas (1603). O Tribunal do Santo Ofício utilizava o Regimento Inquisitorial de 1640 para condenar os criminosos e pecadores ao suplício do degredo.

¹⁸ PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do Reino*. Brasília: Editora da UnB; 2000; e COATES, Thimoty J. *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755*. Lisboa: CNCDP, 1998.

¹⁹ COATES, Thimoty J. *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755*. Lisboa: CNCDP, 1998, p.28.

de Antonio Manuel Hespanha a respeito do projeto colonial lusitano. Ao evidenciar estatuto colonial múltiplo e um direito pluralista - onde o princípio de que uma lei posterior revoga a anterior não vigorava de forma muito rigorosa -, o autor nega a existência de um projeto colonial sistemático em Portugal, ao menos no período da colonização do Brasil.²⁰

Os estudiosos do degredo no Império Luso vêm sugerindo que a pena de degredo cumpria, dessa forma, funções tanto na normatização da metrópole quanto na política de povoamento das terras de além-mar: ao invés de excluir os desclassificados, o Reino os assimilava em outras áreas mais carentes de povoadores, reincorporando aqueles indivíduos onde seriam mais úteis: nos locais distantes em que faltavam pessoas para a lide colonizatória.

A discussão historiográfica acerca do tema do degredo no Brasil demorou muito para ocupar sistematicamente os olhares da historiografia brasileira. Como observa Maristela Toma²¹, durante todo o século XIX e início do século XX duas linhas de observação se formaram com relação às representações do degredo. De um lado havia historiadores como Costa Lobo, Vicente Tapajós e Paulo Prado, matizando a visão do Brasil Colônia como depósito de criminosos portugueses, e na outra linha, englobando nomes como Capistrano de Abreu e Varnhagem, colocava-se em questão o tipo de criminosos enviados, numa tentativa de apagar o estigma da colonização brasileira por marginais.

Entretanto, todos esses autores reservam apenas pequenos trechos de seus estudos para a problematização do degredo. Somente a partir da década de 1940 é que começaram a aparecer os primeiros trabalhos visando alterar o questionamento sobre o degredo na historiografia brasileira. Nesse ponto, um texto de Emília Viotti da Costa,²² escrito em 1956, aparece como de fundamental importância no estudo sobre os degredados, modificando questionamentos e evidenciando possibilidades de investigação sobre o tema.

A autora levanta as possibilidades de pesquisa através da documentação disponível, citando a importância das narrativas episcopais, das crônicas históricas e legislações, além de fornecer questionamentos a respeito da relevância numérica dos degredados enquanto grupo de elementos povoadores, do tipo de crimes puníveis com o degredo e da atuação como elementos perturbadores ou regenerados creditada aos condenados.

²⁰ Cf. HESPANHA, Antonio Manuel. "A constituição do Império Português: Revisão de alguns enviesamentos recentes". In: FRAGOSO; BICALHO; GOUVEIA (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.170-172.

²¹ TOMA, Maristela. *Imagens do degredo: história, legislação e imaginário* (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas). (dissertação de mestrado). Campinas: Unicamp, 2002.

²² COSTA, Emília Viotti da. "Primeiros Povoadores do Brasil: o problema dos degredados". In: *Textos de história: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB*. Brasília: vol. 6, nº1-2 (1998), 1999.

Pesquisas históricas específicas sobre o degredo no período do Império Colonial Português, fazendo do tema um objeto de estudos sistemático, começaram a se delinear a partir de fins da década de 1980. As teses de Doutorado de Thimoty Coates e de Geraldo Pieroni constituem os dois trabalhos mais importantes sobre o tema.²³ Coates analisou o sistema de degredo secular e o envio das órfãs da rainha. Sua investigação recaiu sobre o funcionamento desse sistema em todo o império português, ou seja, na integração entre as colônias da Ásia, África e América com a metrópole. Suas principais fontes de pesquisa foram as leis e decretos que coordenavam as condenações a degredo no período.

Pieroni se ateve com maior fôlego nos degredados da Inquisição enviados para o Brasil Colônia, investigando como o degredo se inseriu no processo normatizador levado a cabo pela Igreja. Sua análise privilegiou os Regimentos do Santo Ofício e os processos inquisitoriais encontrados em Portugal. Através do estudo de grupos de degredados processados pela Inquisição, o autor teceu os passos da prática jurídica do degredo desde a prisão até o momento do envio dos condenados.

O estudo do autor traz ainda informações consistentes acerca do processo de condenação e envio dos degredados portugueses para o Brasil, deixando abertas as perspectivas de análise da sociabilidade dos condenados nas terras brasileiras:

Depois de definida a sentença, em geral o nome deles simplesmente desaparece dos arquivos. É no Brasil que devemos agora segui-los, visto serem relativamente pouco numerosos. Nessa ordem de idéias, pode-se abrir perspectivas para melhor compreender as adaptações ou inaptações dos banidos que chegaram às terras brasileiras. O que aconteceu com os degredados depois de findo o seu tempo de desterro? Muitos não voltaram (...) e criaram vínculos de amizade na terra a eles imposta. Constituíram famílias e deixaram descendências.²⁴

Mais recentemente, Maristela Toma revisitou toda a Historiografia sobre o tema e delineou algumas especificidades do degredo português, “tal como se encontra instituído no discurso legal”²⁵. Através de análises paralelas de séries documentais referentes ao degredo civil e religioso, Maristela levantou questionamentos acerca do imaginário que se criou acerca dos degredados. Seu trabalho teve o foco dirigido não para a prática do degredo, mas sim para a norma que o instituiu.

²³ Vide PIERONI, Geraldo. Os excluídos do Reino. Brasília: Editora da UnB; 2000; e COATES, Thimoty J. Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755. Lisboa: CNCDP, 1998.

²⁴ PIERONI, op. Cit., p.281.

²⁵ TOMA, Maristela. op. Cit., p.06.

No aspecto teórico-metodológico, acredito no valor dos dados coletados, procurando, a partir da construção de trajetórias de casos individuais, lançar luz sobre a dinâmica social em que esses homens e mulheres figuraram em Guarapuava e no Brasil oitocentista como um todo.

Através da variação de escalas, utilizando-se dos indícios presentes na documentação, pretendemos abordar o maior número de questões referentes aos processos incorporativos em que os degredados enviados para Guarapuava estavam inseridos. A abordagem da micro-história, de acordo com Jacques Revel, “(...) consiste, afinal de contas, em levar a sério migalhas de informações e em tentar compreender de que maneira este detalhe individual, aqueles retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores”.²⁶

A abordagem proposta por Carlo Ginzburg²⁷ também se apresenta como metodologia pertinente na realização da pesquisa, pois valoriza investigações sobre extratos subalternos da sociedade, tendo os nomes dos até então “personagens anônimos” como fios condutores da pesquisa histórica. Compreendendo o tipo de documentação selecionada para a pesquisa aqui pretendida, Ronaldo Vainfas discorre sobre um dos pontos dessa metodologia, ao comentar que a micro-história:

(...) de certo modo assume como um de seus pontos de partida metodológicos a *busca de nomes* [grifo do autor], a pesquisa onomástica em arquivos notariais ou paroquiais, visando a reconstituição de famílias, de seus recursos materiais e da vida material dos lugares onde viveram esses personagens. O fio condutor é o nome, portanto, colhido em arquivos de fontes nominativas, às quais se somam, em regra, como eixo documental, algum processo judiciário contra o(s) personagem(ns), central(is).²⁸

A periodização do trabalho, além de seguir uma ordenação cronológica, pretendeu seguir também um agrupamento lógico, permitindo uma margem de oscilação para o delineamento dos antecedentes nas trajetórias de vida dos degredados e da prática do degredo e suas conseqüências, além de procurar compreender a inserção dos degredados nas categorias de trajetórias elaboradas para os capítulos 2 e 3.

²⁶ REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.13.

²⁷ GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

²⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: microhistória*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p.138.

Nesse sentido, no primeiro capítulo analiso no processo de envio de pessoas na Capitania de São Paulo, entre os séculos XVIII e XIX para povoar Guarapuava. O presídio do Iguatemi e os Campos de Guarapuava foram alvos de políticas de ocupação que previam a utilização dos vadios e criminosos das vilas paulistas no século XVIII. Malogradas as tentativas de ocupação na década de 1770, foi após a chegada da família Real em 1808 que a tentativa de ocupação da região específica dos Campos de Guarapuava foi retomada. Também pesquisamos as diretrizes desse processo, encontrando o lugar dos *vadios* e degredados no processo de assimilação das populações nativas da região.

No segundo capítulo tentamos traçar as trajetórias de degredados e degredadas com séries documentais mais completas, e processos de incorporação perpassados pelo casamento e pelo trabalho na povoação. Nesse capítulo, pretendemos analisar ainda os paradoxos da incorporação desses degredados: uma vez punidos pela Justiça colonial, esses homens e mulheres são levados à reincorporação através de uma nova inserção na hierarquia de pobreza e estigmatização da cor.

Por fim, no terceiro capítulo do trabalho, estudamos as trajetórias de degredados que tentaram a fuga, passaram pouco tempo para a região ou se envolveram novamente com a justiça no período de seus degredos. Entendemos essas trajetórias como parte de processos incorporativos falhos, ou que seguiram uma direção diferente. Abrir novas perspectivas para melhor compreender as inaptações dos degredados paulistas que chegaram às terras guarapuavanas, especialmente as alianças e estratégias de fuga utilizadas pelos condenados enviados pela Província de São Paulo e pelo Governo Imperial do Rio de Janeiro, durante as décadas de 1820 a 1860, servirá também para entendermos um pouco mais sobre as interferências e mudanças causadas pelas fugas e demais acontecimentos no processo de degredo para a região.

Uma vez que, a partir da documentação já relacionada, percebemos que boa parte dos degredados remetidos para Guarapuava não retornam para suas vilas de origem depois de expiradas as sentenças, vivendo como colonos enraizados na povoação, entendemos ser possível traçar a trajetória desses homens e mulheres e da sociedade que foram enviados para Guarapuava, enveredando por processos incorporativos juntamente com os indígenas e colonos envolvidos na escala hierárquica da povoação em formação.

Boa parte da documentação referente ao estabelecimento e funcionamento do degredo para Guarapuava compõe-se de legislação extravagante da Capitania e Província de São Paulo, o que nos possibilita, em última análise, observar exemplos do dinamismo da

legislação colonial e imperial. Além de incidir sobre as trajetórias dos condenados enviados para Guarapuava, em alguns momentos em meio ao texto, esse estudo também se atém na dinâmica da política do degredo interno no Brasil, analisada a partir da documentação que toca diretamente sobre nosso objeto de estudo.²⁹

²⁹ Um estudo sobre a legislação penal e os principais decretos de degredo interno no período imperial brasileiro foi realizado por Patrícia Rúbia Guimarães de Souza Noronha, que pesquisou dados em todo o corpo documental de leis e decisões do Império do Brasil no período 1822-1889. Com a proclamação da República e a elaboração do código criminal republicano em 1891, o degredo foi definitivamente abolido da legislação penal brasileira. Entretanto, nos arquivos vasculhados, a pesquisadora encontrou apenas um lacônico decreto com referência ao degredo para Guarapuava. Isso se explica em função de historiadora ter centrado sua busca por documentos sobre o degredo interno apenas nos arquivos do Governo Imperial, ou seja, pós-1822, e por ter limitando a análise àqueles encontrados no arquivo da Câmara Federal de Brasília. Assim sendo, a autora se refere brevemente à presença de degredados enviados para Guarapuava, deixando suas evidências como pistas para pesquisas que pudessem sanar essa lacuna historiográfica. Ver NORONHA, Patrícia Rúbia Guimarães de Souza. *O Império dos Indesejáveis: Legislação brasileira sobre o degredo (1822-1889)*. (Dissertação de mestrado). Brasília: UnB, 2003., p.128-129.

1. Capítulo 1

Degredo, incorporação e povoamento na Capitania de São Paulo

“Sua Majestade preza mais a perda de uma única légua de território nas partes ao sul da América portuguesa, do que cinquenta léguas de sertão aberto pelos interiores (...)”.³⁰

Após a assinatura do Tratado de Madri - pretendendo pôr fim às disputas na área platina - e a expulsão dos padres da Companhia de Jesus da região de Sete Povos das Missões, ambas as ações acontecidas na década de 1750, o Marquês de Pombal, no comando da administração governamental do reinado de D. José I, tomou frente e tentou por em prática um ambicioso plano para garantir a segurança dos territórios e riquezas da América Meridional portuguesa.

Permeando uma estratégia de defesa mais eficaz, a Coroa procurou voltar suas forças para a ocupação populacional e a colonização de áreas vulneráveis nas partes meridionais da colônia com “soldados-colonos”. As instruções pombalinas de povoamento vieram no sentido de que fossem abolidas todas as diferenças entre os indígenas nativos da região e os povoadores portugueses, de modo a transformar os próprios indígenas em gente *del’Rey*. Agindo como colonizadores, os indígenas poderiam ainda atrair os nativos do lado espanhol das fronteiras, os quais também tenderiam a se tornarem colonos portugueses.

Para conseguir esse intento, os representantes da Coroa deveriam encorajar seus homens a se tornarem soldados-colonos, casando-os com moças índias, e assim incorporando índios e portugueses como povoadores. Dessa forma - através da formação de famílias para os solteiros ou da transplantação das famílias daqueles que quisessem receber terras -, as tropas a serem enviadas não precisariam ser formadas apenas por pessoas de posse, podendo agregar quem pudesse desempenhar funções como o desenvolvimento de atividades de lavoura e criação de gado, e, em possíveis confrontos, pudesse impor armas para a defesa do território.

Assim sendo, o projeto de Pombal não se limitava apenas de criar fortificações. A família se tornara elemento fundamental no processo de povoamento e defesa, pois, sem núcleos familiares, seria praticamente impossível a formação de núcleos populacionais, bem como a permanência e consolidação das tropas estacionadas para esse fim.

³⁰ Carta do Vice-Rei do Brasil, Marquês do Lavradio, ao Capitão-General Governador da Capitania de São Paulo, Luís Antonio de Souza Botelho Mourão em 1765. Apud SEVCENKO, Nicolau. “O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino”. In: AMOROSO, Marta Rosa; et. all. (orgs). *Do Contato ao Confronto: A Conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: Expomus, 2003, p.21.

Em 1765, a Capitania de São Paulo foi recriada, com intenções de “reconstruir um tampão defensivo entre a área hispano-americana e a região da mineração. Paralelamente, cobriria a defesa da Capital recém-transferida”³¹. Nesse ínterim, à medida que se processava a ocupação de novos espaços na América meridional portuguesa, formulava-se uma nova noção de geografia, cuja concepção de espaço³² – mapeado, limitado, controlado e ordenado – estava definitivamente a serviço da Coroa, garantindo o domínio das terras e gentes. Para isso, faziam-se necessários diversos agentes de colonização: além dos indígenas a serem “civilizados”, bandeirantes, padres, monçoeiros, soldados e, juntamente, degredados e *vadios* deveriam ser remetidos ou arrematados para as novas povoações paulistas.

Tendo em vista essa preocupação com a defesa, o governo da Capitania foi indicado pelo ministro Pombal, que colocou no cargo D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. Ao assumir o governo naquele ano, Morgado de Mateus recebera de Pombal instruções no sentido de estender e defender os domínios da região meridional da América Lusitana até a região do Prata.

Conforme Maria da Glória Porto Kok, as metas de D. Luís Antônio de Souza eram: “exploração territorial, povoamento e urbanização, fomento econômico, fortalecimento militar para a defesa do sul contra a ameaça espanhola e sedimentação das fronteiras na região dos conflitos do Prata”³³. A situação geográfica específica do Planalto de Piratininga - sede da Capitania - favoreceu essa exploração, assumindo a função de cabeça-de-ponte para a penetração em direção ao interior.

Nesse mesmo sentido, em uma década de sucessivas incursões desde a sua chegada (1765-1775), o Morgado de Mateus também enviou expedições e remeteu *vadios* e criminosos para os sertões a oeste e ao sul da capitania, mobilizando milhares de pessoas, muitas vezes com suas famílias. Ao sul, os sertões do Tibagi, mais especificamente os Campos de Guarapuava, foram o alvo principal. O oeste, os sertões do Ivaí, através da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, recebeu maior atenção do governo colonial.

A fronteira do Iguatemi, nos limites das terras do Mato Grosso com o Paraguai, ao sul do curso dos rios por onde transitavam as monções de Porto Feliz a Cuiabá, fazia parte da estratégia de ocupação portuguesa no Brasil meridional setecentista. Sua função era impedir o avanço dos espanhóis para a Serra de Maracaju, levando em conta que o avanço do

³¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p.47.

³² Entendemos a categoria ‘espaço’ como o resultado da ação humana sobre a superfície terrestre. Cf. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988, p.15.

³³ KOK, Maria da Glória Porto. “*O Sertão Itinerante*”: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. (Tese de Doutorado). FFLCH-USP: São Paulo, 1998, p.70.

povoamento ditava os limites entre as duas Coroas, num período de fronteiras móveis e provisórias.³⁴

As explorações oficiais por esse território ocultavam da população paulista os seus reais propósitos de demarcação de fronteiras com o pretexto de “penetrar os Sertões do Ivaý para os descobrim.tos, e haveres daquellas Campanhas em utilidade de estado, e do bem commum”.³⁵ Famílias inteiras, advindas da população pobre, principalmente da população negra ou mulata, foram povoar a região do Iguatemi.

Atraídos pela promessa de doação de terras e mantimentos, além da isenção do serviço militar e o perdão de dívidas e crimes, ainda eram oferecidos como incentivos uma enxada, uma foice, um machado, pólvora e chumbo para cada casal pobre que seguisse para a fronteira. Além da caça, a defesa contra os indígenas também exigia armas de fogo sempre em mãos. Por outro lado, essas pessoas ficavam presas à fronteira, uma vez que o comandante responsável pela Praça tinha orientações expressas para não deixar “sair pessoa alguma para fora do d.o Sertão”.³⁶

Formando ao mesmo tempo um local de fronteira e de conquista, utilizando-se da população de livres pobres da capitania para o povoamento, o plano de ocupação do Iguatemi foi posto em prática a partir de 1766. Ignorando as dificuldades impostas pela natureza, e alheios às necessidades básicas dos povoadores, a ida ao Presídio do Iguatemi consistia numa verdadeira luta pela sobrevivência.

Os moradores das vilas e freguesias paulistas de Itu, Sorocaba, Araraitaguaba e Santos foram os mais envolvidos com as expedições ao Iguatemi³⁷. Entretanto, a colonização desse ponto da fronteira não ficou restrita aos povoadores pobres. Uma instrução de 1767 já ordenava que “(...) criminosos e vagabundos dispersos se unão por modo de quem vay fugindo ao castigo e vão viver naquellas Fronteiras”.³⁸ Dessa forma, percebemos na documentação que a partir de 1770 o presídio começou absorver criminosos presos, *vadios* e prostitutas remetidos para cumprir o castigo de viver na nova povoação fronteiriça. Muitas vezes indesejados em suas vilas de origem, esses homens e mulheres seguiam para os

³⁴ Cf. MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. Entenda-se aqui o termo *fronteira*, primeiramente no contexto relacionado ao sertão ainda pouco conhecido; à condição de ponta-de-lança da povoação em relação ao território a ser conquistado e povoado e à fronteira humana “civilizada” em relação ao indígena “bárbaro”, para aí figurar no sentido de fronteira territorial com outros povos ibéricos.

³⁵ DI, vol. V, p.12. Citado em KOK, Maria da Glória Porto. Op., cit., p.297.

³⁶ Idem, p.316.

³⁷ A luta dos povoadores pela sobrevivência no Iguatemi, incluindo os perigos da viagem, a carestia de alimentos e das condições básicas de vida, além dos ataques indígenas e paraguaios sofridos, foi analisado por KOK, Maria da Glória Porto. Op., cit., p.294-336.

³⁸ DI, vol. IX, p.37.

domínios portugueses onde seriam úteis à Coroa. Para evitar fugas nas viagens, que seguiam a barco, recomendava-se que os degredados deveriam seguir “seguros, e repartidos pelas Canoas com grilhoens nos pés”.³⁹

No Iguatemi havia o início da obra de uma fortificação heptagonal, projetada para ter cinco baluartes armados com quatorze bocas de fogo. Entretanto, a obra ficou parada por falta de ferramentas, artífices e de sustento e vestuário aos homens remetidos para trabalhar na construção da principal defesa do presídio⁴⁰. Uma pequena capela e casas de taipa e capim compunham as moradias da povoação. Com o tratado de Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, a região do presídio e povoação passava a estar sob posse da coroa hispânica.

1.1 As bandeiras militares para os Campos de Guarapuava no século XVIII

“Dos bárbaros verás essa fereza
Por um Mavorte irado já rendido,
Para glória imortal da redondeza.”⁴¹

Fazendo parte dos planos da Coroa para assegurar a posse da América meridional portuguesa até a região do Prata, Morgado de Mateus organizou e enviou sucessivas expedições militares as regiões circunscritas aos rios Tibagi e do Registro, a oeste do atual território do estado do Paraná. Para organizar e comandar tais bandeiras, D. Luiz encarregou seu sobrinho, Affonso Botelho de Sampaio e Souza, chegado de Portugal junto com ele em 1765, que se encontrava trabalhando como ajudante de ordens do governador na direção dos trabalhos de construção da fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, no Porto de Paranaguá, ao mesmo tempo em que era Tenente-Coronel comandante das milícias de Curitiba e Paranaguá.

³⁹ DI, vol. LXXVI, p.130.

⁴⁰ Os presídios coloniais portugueses eram praças militares ou fortalezas localizadas em pontos estratégicos no território colonial, para onde eram enviadas tropas regulares, muitas vezes complementadas por condenados civis e militares que deveriam cumprir suas penas trabalhando no local. Nesses pontos afastados, seja no litoral ou sertão adentro, soldados e degredados assumem a função de contato com os indígenas e defesa em casos de ataque de outras nações colonizatórias interessadas na posse das terras ou de povos indígenas não assimilados. No século XVI, as também chamadas ‘feitorias’ representaram a primeira iniciativa de caráter militar nas terras brasileiras, sendo compostas, geralmente, por uma casa reforçada defendida por uma paliçada, onde se abrigavam destacamentos de soldados, colonos e degredados sob ordens de um capitão ou vigia. Em tempos de guerra, os donatários tinham ainda o direito de obrigar todos os moradores úteis das povoações a servirem ao capitão das feitorias. Vide SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.98; e MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p.77-81.

⁴¹ Soneto anônimo. Citado por SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. “Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, conforme às ordens de Sua Majestade.” In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, vol. 76, 1962.

Entre 1768 e 1774, expedições sob o comando de Affonso Botelho foram enviadas ao sertão do Tibagi. O motivo oficial dessas entradas, como explica um extenso documento sobre as bandeiras produzido pelo próprio comandante, era a disseminação da fé entre os indígenas, ou seja, “introduzir a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo naqueles incultos, e grandíssimos sertões, para o que serão tratados os índios com afabilíssimo mimo, comprindo inteiramente o que eles ajustarem, e tratarem, animando-os com alguns mimos, a que entrem no grêmio da Igreja, e obedeçam a Nosso Rei, que os há de estimar, e honrar, como tem feito aos mais”.⁴²

Na verdade, ainda ocultavam-se por trás desse propósito o desejo de sancionar a posse de novos territórios para a Coroa lusitana, na indefinição colocada entre o Tratado de Madri, de 1750, e o tratado de Santo Ildefonso, em 1777, além do intuito de descobrir novas minas de ouro. Ao descobrir os campos de Guarapuava - principal região dos sertões do Tibagi -, Affonso Botelho foi recompensado da árdua jornada pelo privilégio de “ter acrescentado aos domínios de Sua Majestade, no governo de V. Ex., estes grandiosos campos e dilatados sertões.” Além dos campos férteis, o comandante via ainda “grandes esperanças de ouro para a parte de oeste”.⁴³ Com o povoamento planejado do Iguatemi e dos Campos de Guarapuava, a Capitania de São Paulo também buscava encontrar possíveis novos pontos de extração de ouro, uma vez que o esgotamento dos veios de Minas Gerais já se mostrava em curso.

Segundo Maria da Glória Porto Kok⁴⁴, cada companhia militar era composta por um capitão-mor das ordenanças ‘da melhor nobreza e christandade’, um sargento mor, oficial de infantaria, um ajudante, capitães ‘capazes’, alferes oficial encarregado de conduzir a bandeira, sargentos, cabos de esquadras e aí então dos soldados, estes últimos em maior número e de reduzidas posses, onde eram incluídos aventureiros e degredados.

Tendo em vista a falta de contingente nos postos de milícia e o pavor difundido entre a população em relação aos sertões repletos do ‘gentio’, Morgado de Mateus incitou criminosos da capitania a formarem uma bandeira rumo ao “vasto e inculto” sertão do Tibagi. Dessa forma, em um bando (edital) de cinco de dezembro de 1766, o governador ordenava a organização de bandeiras que quisessem rumar para aquelas partes do território. E, segundo as ordens do monarca português, seria oferecida:

(...) ajuda e favor a todo o aventureiro que quizer ir descobrir quaisquer sertões desta capitania, especialmente aqueles que se estendem desde o rio Tibagi até a Serra de Apucarana, em virtude do que ordeno a toda a pessoa que quizer levantar bandeira e juntar gente para penetrar os ditos sertões, me

⁴² Idem, p.71.

⁴³ SAMPAIO, Afonso Botelho de. “A Descoberta dos Campos de Guarapuava”. In: *RIHGB*. Rio de Janeiro: T.XVIII, 1896, p.263-264.

⁴⁴ KOK, Maria da Glória Porto. Op., cit., p.78.

venha requerer para que examinando eu sua direção e possibilidade se conceda a licença necessária e com aquelas restrições e cautelas que Sua Majestade na referida ordem me manda observar e para o dito efeito poderá recolher e aproveitar os vadios e homens dispersos que pelo bando que se lançou no dia de ontem (...) ⁴⁵

De acordo com outro documento, tais serviços seriam recompensados com o perdão de todos e quaisquer crimes, e “com grandes prêmios e mercês de senhorios de terras, Alcaidarias mores, Foros de Fidalgo e hábitos de Christo, como o mesmo Senhor, pelas suas Reaes Ordens, me permite, além de terem preferencia nas datas de terras e agoas mineraes que se descobrirem por aquelles setoens”. ⁴⁶

A própria Coroa tinha como política a concentração de terras nas mãos de poucos, preferencialmente aqueles dotados de recursos próprios. Com referência ao povoamento dos sertões paulistas no século XVIII, Maria da Glória Porto Kok afirma que, “como o projeto colonial visava a produtividade da Colônia, eram contemplados, geralmente, os que tinham condições de aproveitá-las, ou seja, os que tinham maior número de escravos e bens.” ⁴⁷ À medida que cresciam as dos paulistas enriquecidos com o comércio escravista, diminuía as terras produtivas disponíveis para a grande maioria da população pobre. Dessa maneira, a falta de propriedades e de recursos constituía no motivo para a itinerância dessa população incômoda aos olhos do governo paulista.

Nesse sentido, em 1770 o Morgado de Mateus publicava outro bando exortando pessoas de qualquer extrato social a irem explorar o sertão do Tibagi, então renomeado com o nome sedutor de “Minas dos Prazeres do Tibagi”. ⁴⁸ Em carta do mesmo ano às autoridades de todas as vilas de São Paulo, o governador determinava que se congregassem “todos os vadios, e dispersos, ou que vivem em sítios volantes, para morarem em povoações civis, em q’ se lhes pudessem administrar os sacramentos e estivessem promptos para as occasioens do seo Real Serviço”. ⁴⁹

Em março de 1772, Dom Luís mandava publicar um novo bando. Mandado publicar e divulgado “a som de caixas em toda a Capitania”, fazia:

(...) saber a todos os moradores, principalmente dependentes deste Governo, e ainda aos de fora d'elle, q’ os q’ voluntariam.te quizerem entrar na d.ª conquista levantando bandeiras em Corpos suficientes de

⁴⁵ Documento citado em CARNEIRO, David. *Afonso Botelho de São Payo e Souza*. Curitiba: Lítero-técnica, 1986, p.99.

⁴⁶ DI, vol.XXXIII, p.50.

⁴⁷ KOK, Maria da Glória Porto. Op., cit., p.34.

⁴⁸ Cf. SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. “Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, conforme às ordens de Sua Magestade.” In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, vol. 76, 1962, p.118-119.

⁴⁹ DI, vol. VI, p.117.

cem homens, lhes serão conferidas pelos seus serviços aquellas mercês, q' lhes competirem, conforme a promessa q' lhes tenho feito no Real Nome de S. Mag.e, e lhes serão perdoados quaesquer crimes, em q' tenham incorrido, não sendo da primr.^a cabeça, e daquelles, q' só ao mesmo Snr. Compete o indulto do perdão, ficando do mesmo modo izentos de qualquer execução q' lhes façam seus credores, em quanto andarem na mesma diligencia, de cujos privilegios, liberdades, e izenções gozarão os dezertores, que tem sahido desta Capitania, e tambem todos os Ventureiros q' quizerem acompanha-los (...).⁵⁰

Este trecho nos mostra implicitamente uma fração dos que eram preferidos nos processos incorporativos utilizados pelo Estado nas expedições às novas terras coloniais. Os limites da jurisdição do governador nos casos de indulto e a hierarquia do poder nessas situações também são fatores importantes na hora de se determinar quem pode ser enviado para as novas povoações.

Para evitar que se espalhassem boatos e notícias sobre as dificuldades enfrentadas pelas primeiras bandeiras nos Campos de Guarapuava e demais regiões do sertão do Tibagi, o Morgado de Mateus ordenava que aquelas pessoas “mal intencionadas, que com palavras sediciozas entrem a embaraçar os progressos desta import.e diligencia, (...) sejam logo prezos, e remetidos a minha ordem a este corpo da Guarda p^a serem remetidos por tempo de dous annos a trabalhar nas galés das Fortalezas, na forma das ordens de S. Mag.e (...).”⁵¹ Aqui, percebemos a existência simultânea de outras formas de utilização da mão-de-obra dos *vadios*, e criminosos incômodos aos interesses do Reino. Quem tentasse atrapalhar o processo de utilização desses extratos sociais nas conquistas ao sul da Capitania também tinha sua utilidade dentro da hierarquia de trabalhos já propostos pela Coroa.

Um balanço dos contingentes utilizados, de acordo com Marta Rosa Amoroso, depois de arregimentações e envios desse gênero, “Nas onze expedições [aos sertões do Tibagi] estiveram mobilizados por volta de quatro mil homens, atraídos por todo tipo de promessas: terras, riquezas e também o perdão que a Coroa portuguesa oferecia aos criminosos que adotassem a região para cumprir seu degredo”.⁵²

Por vias fluviais ou terrestres, grande parte das expedições que se dirigiam para os sertões do Tibagi partiu da vila de Curitiba. Nas monções do Rio Paraná, na fronteira com a Argentina e o Paraguai, Afonso Botelho mandava “práticos de embarcação” vindos arregimentados ou degredados das vilas de Paranaguá, Iguape e Cananéia, enquanto aos

⁵⁰ DI, vol.VII, p.91-92.

⁵¹ Idem.

⁵² AMOROSO, Marta Rosa. “Guerra e mercadorias: os Kaingang nas cenas da ‘Conquista de Guarapuava’” In: AMOROSO et. all. (orgs). *Do Contato ao Confronto: A Conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: Expomus, 2003, p.36.

sertões do Tibagi, por via terrestre, foram enviados, entre os soldados, aventureiros e degredados, principalmente mateiros e caçadores.⁵³

Elencados em forma numérica, incorporados nos quadros de “Ventureiros” “Camaradas” ou “Gente que vai”, seus nomes não constam em trecho algum dos longos textos de Afonso Botelho. Apenas os capitães, comandantes e guardas-mores têm denominação nas listas. Somente nos dados de uma bandeira, realizada em março de 1771, encontramos entre os números de uma tabela a especificação da participação de um “degradado” entre o contingente comandado pelo tenente Felipe de Santiago.⁵⁴

A mais conhecida das expedições que seguiram para os sertões do Tibagi, além de organizada, foi comandada pessoalmente por Afonso Botelho, tendo como destino os Campos de Guarapuava. Além de relatar a topografia da região, o comandante se ateve ao encontro que tiveram com os índios Xaklan,⁵⁵ também chamados na época de *Coroados*, em virtude do corte que os mesmo faziam nos cabelos. Por haver entre os motivos da expedição a esperança de encontrar ouro a oeste daqueles campos, Botelho elaborou diversos relatos e documentos cartográficos, com a finalidade de especular e calcular a possibilidade da existência e conseqüente exploração de minas naqueles campos inexplorados. Além disso, sua missão foi a de inventariar os povos e recursos naturais da região, dando a localização precisa dos aldeamentos indígenas.

Carregadas de forte simbolismo, as expedições sinalizavam a efetivação da posse e domínio territorial pelas Coroas Ibéricas. Nas fronteiras entre as possessões de Portugal e Espanha, por meio de marcas feitas nas pedras com esculturas de cruzes e outros caracteres, cada reino marcava seu domínio e sua presença. No caso lusitano, a mensagem “Viva El-Rei de Portugal” designava suas posses. Cruzes fixadas pelos sertanistas indicavam os caminhos, possíveis minas de ouro ou mesmo a sepultura de algum desafortunado que sucumbira no sertão.

⁵³ Cf. TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. (Dissertação de Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2005, p.16-17.

⁵⁴ Cf. SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. “Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, conforme às ordens de Sua Majestade.” Op.,cit., p.138.

⁵⁵ “Os Xaklan de Guarapuava correspondem assim a um dos muitos grupos falantes de dialetos distintos, que compunham a população Jê Meridional na época colonial. A referência aos Xaklan na documentação pombalina constitui registro valioso da diversidade dos grupos Jê Meridionais no século XVIII, assim como das transformações sociais pelas quais passou essa população na fase posterior a etnificação, que ocorreu no século seguinte. Em meados do século XIX, os agentes do contato divulgaram o etnônimo Kaingang, que permanece ainda hoje em uso, com o qual se dava tratamento unificado à complexa composição social que caracterizava essa fração da população Jê Meridional”. Cf. AMOROSO, Marta Rosa. Op., cit., p.29.

A presença lusitana nos Campos de Guarapuava também se fez por meio de representações cristãs ou Reais – uma prática exigida pela Coroa às bandeiras militares. Depois de um primeiro contato das tropas com os indígenas, foi erguida uma cruz de madeira no local do encontro. Tal lugar, então denominado Santa Cruz, reiterava o predomínio da Coroa nas terras habitadas pelos índios, sendo para “memória de que ali tinha chegado, sendo o primeiro lugar onde Deus principiou a abrir as portas da sua Divina Misericórdia a este gentilismo”.⁵⁶ Dessa forma, os gestos da conquista eram reiterados pelo discurso religioso e subsidiados pelo discurso militar.

Uma das preocupações presentes nas expedições de Afonso Botelho era a necessidade de realizar uma comunicação amistosa com os indígenas. Seguindo determinação a política indigenista estipulada pelo Marquês de Pombal, mesmo que estes fossem considerados “bárbaros”, as ordens eram de não atacá-los, tentando manter um contato pacífico.⁵⁷ Como escreveu o comandante Botelho, “ainda que os índios, como bárbaros, lancem alguma surriada de frechas, deve o capitão ter instruído a sua gente, não atirem, nem façam mal, antes que lhes batam as palmas, e procurem fazer aquêles sinais, que for possível, para mostrar-lhes quererem paz, (...)”.⁵⁸

Ao final do reconhecimento da região e dos indígenas, após estes terem sido presenteados e convencidos pelo discurso de brandura das tropas, a intenção seria a de subjugar-los. Obtendo a garantia de obediência e vassalagem à Coroa portuguesa, os índios deveriam tornar-se súditos de Portugal e “guardiões das fronteiras do Brasil meridional, juntamente com os povoadores pobres, vadios, degredados e demais pessoas que quisessem povoar a região.”⁵⁹

A representação formada nos anos anteriores às bandeiras organizadas pelo Morgado de Mateus lembravam aos oficiais que seria necessário cautela no contato com os indígenas, sendo-lhes essencial inculcar neles “uma lei, uma religião e um rei”.⁶⁰

⁵⁶ Idem, p.36.

⁵⁷ Cf. Diretório dos Índios. (1757). Documento anexado integralmente em DURAT, Cristiano Augusto. *Os processos incorporativos do Indígena Kaingang de Atalaia à sociedade luso-brasileira: o papel do Catolicismo*. (Dissertação de Mestrado em História Regional). Passo Fundo: UPF, 2006.

⁵⁸ Cf. “Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, conforme às ordens de Sua Majestade.” Op.,cit., p.79.

⁵⁹ Cf. AMOROSO, Marta Rosa. Op., cit., p.36.

⁶⁰ TAKATUZI, Tatiana. Op., cit., p.19.

Depois de meses caminhando pelos matos já reconhecidos nos quatro anos anteriores pelas dez expedições que se sucederam, o processo de contato entre a bandeira de Afonso Botelho e os indígenas nos Campos de Guarapuava finalmente aconteceu, em janeiro de 1772. A ocasião foi intencionalmente retratada em quarenta estampas pelo oficial da expedição Joaquim José de Miranda, e recebeu legendas comentadas pelo próprio comandante Botelho. A comunicação deu-se com certa reciprocidade nos contatos iniciais da tropa com os índios.⁶² Entretanto, os primeiros “tratos de amizade” foram logo substituídos por um ataque indígena mortal a sete soldados do destacamento de Afonso Botelho, obrigando a tropa a levantar acampamento poucos dias depois de estabelecido o primeiro contato com o “gentio”. Em face dos poucos recursos bélicos e alimentares que a tropa possuía para sustentar defesa em caso de novo ataque dos índios, o comandante decidiu bater em retirada.

Acredita-se que o que ocasionou o ataque foi o interesse indígena em conseguir as ferramentas e armas de fogo, o que demonstra seu conhecimento do poderio ofensivo das tropas portuguesas⁶³. Outra expedição foi ainda enviada por Afonso Botelho aos Campos de Guarapuava em novembro de 1773, com a intenção de revidar as agressões sofridas no ano anterior, retornando quarenta dias depois, após sofrer novas investidas indígenas.

Todavia, nesse meio tempo, a atenção das tropas militares da Capitania de São Paulo voltou-se para as guerras contra os espanhóis que aconteciam nas fronteiras do Iguatemi e mais ao sul. Em janeiro de 1774 o coronel Botelho recebeu ordens para socorrer o Rio Grande com seu pessoal. Ao finalizar o relato, escreveu que naquele período estava se preparando com as tropas:

(...) para estabelecimento daqueles grandes, e deliciosos Campos de Gorapuava, aonde se tendia entrar novamente estabelecer-se, (...). E por continuar a guerra [no Rio Grande] e chegar novo general à Capitania de S. Paulo, pararam tôdas as diligências de estabelecimento do campo, e da redução do gentio, ficando a porta aberta para a toda a hora, que Deus for servido entrar por aquêl abismo a redenção, e livrar do cativo a tantas almas como habitam aquêles sertões.⁶⁴

Dessa maneira, viu-se frustrada a primeira tentativa de domínio lusitano sobre os Campos de Guarapuava. A impressão causada pelo incidente que vitimou sete soldados lusitanos serviu para transformar a imagem do indígena local, passando de um possível

⁶² As quarenta cópias foram publicadas e analisadas na obra de AMOROSO et. all. (orgs). *Do Contato ao Confronto: A Conquista de Guarapuava no século XVII*. Op., cit. Além desse livro, outros dois trabalhos recentes contêm análises interessantes desse primeiro contato entre portugueses e os Kaingang nos Campos de Guarapuava setecentistas. Ver TAKATUZI, Tatiana. Op., cit.; e DURAT, Cristiano Augusto. Op., cit.

⁶³ TAKATUZI, Tatiana. Op., cit.

⁶⁴ Cf. SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Op., cit., p.24.

“colaborador para os serviços da Rainha” a um “bárbaro selvagem, ‘indômita fera’, desumano e cruel, constituindo um obstáculo ao processo de expansão das posses coloniais”.⁶⁵

A incorporação dos *vadios* e criminosos degredados da Capitania não cairia em desuso com o encerramento das expedições a Guarapuava e do povoamento do Iguatemi. Essa prática seria novamente utilizada através do degredo previsto no novo plano de povoamento dos Campos de Guarapuava, iniciado em 1808.

Desta forma, poderemos articular diferentes contextos nos processos incorporativos dos degredados enviados para Guarapuava, os quais acontecem em sincronia com os processos de contato do indígena Kaingang. O primeiro deles, como vimos, é o da época pombalina e do movimento das tropas civis e militares que buscavam estabelecer comunicação com a fronteira sul da colônia, alvo das disputas entre as duas Coroas ibéricas. O segundo momento trata da guerra declarada contra o “gentio” de Guarapuava, posto em ação depois da chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, como veremos a seguir.

1.2 A Junta da Real Expedição de Guarapuava no século XIX

Antes mesmo das expedições enviadas pelo Morgado de Mateus, os territórios a leste dos Campos de Guarapuava, nos Campos Gerais, já vinham sendo ocupados por homens da elite paulista, particularmente das Vilas de Paranaguá e Curitiba. Essa frente de ocupação deu-se através de fazendas de criação de gado, as quais se iniciaram nos Campos Gerais e tendiam a se expandir em direção aos “Coranbang-rê” – denominação Kaingang dada aos Campos de Guarapuava. Inicialmente, essas fazendas eram fundadas nas margens do caminho que ia de Curitiba até Sorocaba e São Paulo, fazendo parte da rota do intenso comércio de gado entre a Capitania do Rio Grande e São Paulo.

A atividade comercial de grande parte desses fazendeiros era o aluguel de pastagem - mais conhecidas na época como invernadas - para as tropas de muares e bovinos vindas de Vacaria, e que seguiam rumo à feira de Sorocaba, de onde seguiam na maioria das vezes para Minas Gerais. Tal estrada era denominada “Caminho do Viamão”. Segundo o viajante francês Saint-Hilaire, que esteve nos Campos Gerais no início do século XIX, as tropas de muares

⁶⁵ Idem, p.27.

vindas do Rio Grande do Sul chegavam a invernar nos Campos Gerais entre quinhentas e seiscentas mulas ao mesmo tempo.⁶⁶

Com a estrada das tropas, as cidades e fazendas do Caminho do Viamão estavam direta ou indiretamente ligadas. Montados em cavalos ou burros, os tropeiros seguiam por essa estrada, atravessando o planalto catarinense por Lages até chegar aos Campos Gerais. Depois, alcançavam o Rio Iguaçu, em cujas margens estava instalado o Registro para cobrança dos impostos sobre todos os animais. Seguindo por Ponta Grossa, Castro, Itapeva e Itapetininga, chegavam finalmente a Sorocaba, onde o gado era vendido.

Com a cobrança de impostos no Registro e a movimentação da economia nas invernadas, os negócios de gado se mostravam importante fonte de arrecadação de renda para os cofres públicos do governo da Capitania de São Paulo. Além das condições naturais, medidas oficiais estimulavam direta ou indiretamente a criação e comercialização de muares do Rio Grande em São Paulo.

Dessa forma, os Campos Gerais e outras regiões de matas de araucária foram aos poucos sendo ocupadas. Muitas dessas estradas e caminhos atravessavam os territórios onde moravam os kaingang. Viajantes, tropeiros e fazendeiros relatavam que eram constantemente atacados pelos indígenas. Alguns pontos da estrada para a Vila de Curitiba tiveram de ser abandonados devido às investidas e ofensivas dos kaingang, tornando-se tão perigosos que viajantes não se arriscavam atravessá-la. Para evitar ataques e incursões indígenas, os tropeiros que passavam pela região procuravam viajar em grandes grupos: “em tropas de 20 a 30 mulas, com cinco ou seis homens armados e acompanhados de cães.”⁶⁷

Com efeito, por ocuparem terras consideradas importantes para os investimentos lucrativos das invernadas, e também pelo fato de atacarem as tropas e abaterem cabeças de gado para se alimentarem, os grupos indígenas acabaram sendo considerados obstáculo à expansão das fazendas. Após a tentativa frustrada de estabelecer comunicação com os índios pelas tropas de Afonso Botelho, a necessidade de “desinfestar” o território para os usos comerciais da expansão pecuária se voltou para o extermínio dos indígenas.

Nesse sentido, no final do século XVIII, a Câmara de Castro pedia providência ao governo da Capitania para que “com o auxílio das forças, o capitão mor da Vila, fizesse estrada por Imbituva, ‘até chegar aos seus alojamentos [dos índios kaingang], fazendo-os

⁶⁶ Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Comarca de Curitiba (1820)*. Trad. Carlos da Costa Pereira. SP: Companhia editora Nacional, 1964, p.24.

⁶⁷ TAKATUZI, Tatiana. Op., cit., p.28.

retirar para mais longe, e, para isso, os moradores contribuiriam com pólvora, chumbo e mantimentos precisos””.⁶⁸

Se comparada ao extrativismo e à agricultura, praticados em outros pontos da Colônia com necessidades de mão-de-obra excedente e trabalho forçado, a política de ocupação e extração econômica de terras pelos criadores de gado se diferenciava pela necessidade de pouca gente para cuidar do gado e dos cavalos. Nesses locais, a agricultura se limitava à produção da subsistência daqueles que residiam nas fazendas ou povoações que se formavam entre os pobres livres e os fazendeiros com seus escravos.

Nesse sentido, em função das reclamações dos colonos instalados nos Campos Gerais em relação à hostilidade dos grupos indígenas kaingang, para que se pudesse avançar na ocupação nos Campos Gerais e dar início à ocupação dos Campos de Guarapuava, o governo colonial deveria promover a retirada ou dizimação dos índios que habitavam essas áreas. Nesse ínterim, para a efetivação da conquista de Guarapuava, D. João VI emitiu, em Carta Régia assinada em cinco de novembro de 1808, uma verdadeira declaração de guerra aos indígenas que habitavam os Campos de Guarapuava.

Logo após a chegada da família Real portuguesa ao Brasil em 1808, os Campos de Guarapuava descobertos pelas expedições de Afonso Botelho voltaram a ser tema do interesse das autoridades. Procurando incentivar o comércio estabelecido pelo tropeirismo e o povoamento daquela região, D. João VI assina a Carta Régia intitulada “Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava”.⁶⁹ Encaminhada ao governador da Capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta, a Carta suspendia a humanidade dos índios, declarando guerra a todos os “bugres” habitantes da região.

Pautando-se nos discursos sobre os constantes “ataques” que os índios travavam com os povoadores que procuravam se estabelecer na região, através do documento o monarca dava as ordens para iniciar a guerra contra aqueles “bárbaros índios”. A princípio, deviam ser arregimentados os corpos de milicianos de Curitiba e todos aqueles do resto da Capitania que

⁶⁸ Cf. MACHADO, Brasil Pinheiro. “Formação Histórica. Povoamento dos Campos Gerais” In: BALHANA & MACHADO (orgs). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968, p.35.

⁶⁹ Carta Régia de 5 Novembro de 1808: “Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava”. In: SIMÕES, Joaquim Isidoro. *Collecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p.156-159.

voluntariamente quisessem se armar contra os indígenas, e com a menor despesa possível dos cofres públicos, perseguir os índios “infestadores” do território do príncipe regente português.

Além disso, como sugere Tatiana Takatuzi, é possível que D. João VI tenha visto na ocupação militar da região uma maneira de proibir a posse desordenada das terras pelos fazendeiros dos Campos Gerais. Com o estabelecimento do domínio Real sobre os territórios, a doação de sesmarias seria estipulada pela Coroa. Nesse sentido, a Carta Régia estabelece a regulamentação das sesmarias, concedidas a partir da liberação das estradas e territórios adjacentes proporcionalmente “às forças e cabedades dos que assim as quizerem tomar com o simples ônus de as reduzir a cultura.” Para isso, havia uma pessoa de confiança do príncipe regente encarregado da avaliação e destino das sesmarias. Na possibilidade de existência de ouro ou pedras preciosas, também ficava estipulado o controle Real sobre estes, com a proibição de sua extração sob severas penas àqueles que desobedecessem as ordens Reais.

Entretanto, no ano seguinte, o Príncipe Regente expediu uma nova Carta Régia específica à colonização dos Campos de Guarapuava aprovando o plano feito pela junta organizada pelo governador Franca e Horta como o plano Real de povoamento da região. Em um tom mais brando em relação aos indígenas, ficava declarado que, caso os índios fossem mansos, a expedição deveria tratá-los bem, vestindo-os com roupas, “fazendo-lhes viver em paz com elles e defende-los dos seus inimigos, que então os largue e deixe ir livres para que vão dizer isso mesmo aos Índios da sua espécie com quem vivem (...).”⁷⁰ Caso os indígenas fossem considerados hostis, continuava declarada a guerra e o aprisionamento dos grupos nativos.

“Fundamentando-se nos mesmos principios do Marquez de Pombal”,⁷¹ como escreveu o missionário Chagas Lima, a nova Carta Régia também ordenava à expedição militar enviada o intuito de “dar princípio ao grande estabelecimento de povoar os Campos de Guarapuava” e “civilizar os Índios bárbaros que infestam aquelle território”. A partir de então, o Príncipe Regente almejava estabelecer o controle territorial definitivo da Coroa Portuguesa sobre aqueles campos.

Para a missão da catequese indígena, foi designado como 1º Capelão da Real Expedição o padre Francisco das Chagas Lima, presbítero secular curitibano e o único missionário evangelizador de indígenas naquela época, tendo catequisado indígenas do grupo

⁷⁰ Carta Régia de 1 de Abril de 1809: “Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os indios barbaros que infestam aquelle territorio”. In: SIMÕES, Joaquim Isidoro. *Coleção das Leis do Brazil de 1809*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p.36-39.

⁷¹ LIMA, Francisco das Chagas. “Memoria sobre o Descobrimento e Colonia de Guarapuava (1809-1827)” In: SALLAS, Ana Luisa Fayet (org). *Documentação sobre povos indígenas: Séculos XVIII e XIX*. Curitiba: Editora Aos Quatro Ventos, vol. 3, nº 9, 2001, p.57.

denominado “botocudo” em aldeamento na povoação paulista de Queluz, durante quatro anos. Para planejar e administrar o empreendimento proposto na Carta Régia foi criada a “Junta da Real Expedição de Conquista de Guarapuava”. A Junta era presidida pelo próprio governador de São Paulo, e comandada pelo coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Diogo Pinto era comandante do regimento de cavalaria da milícia de Curitiba, tendo participado da última expedição enviada por Afonso Botelho aos Campos de Guarapuava. No comando da expedição de 1809, o comandante organizou uma tropa formada por duzentos homens armados, divididos em tropas milicianas, de linha e ordenanças⁷², além de cerca de cem povoadores voluntários de Curitiba para rumar em direção a Guarapuava. Entre os militares seguiam o comandante, tenentes, alferes, porta-estandartes, sargentos, cabos, tambores, trombetas e soldados. Além de toda essa gente, seguia um cirurgião, ferreiros, armeiros, alguns escravos, criados, linguarazes – conhecedores de dialetos indígenas - para o contato com os índios, práticos, lavradores de madeira e presos remetidos dos distritos paulistas, estes últimos relacionados como “paisanos”, ou seja, indivíduos que não estavam incorporados aos corpos militares.

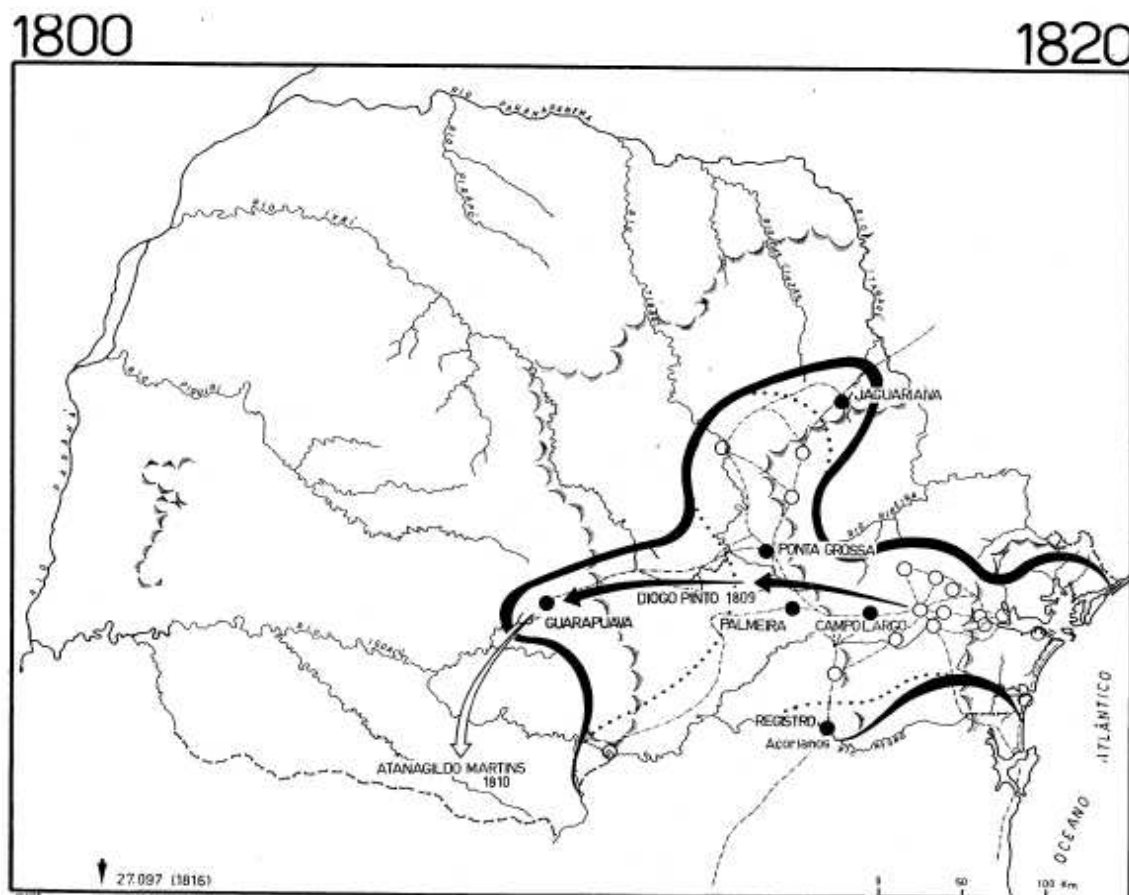
O aparato militar era completado com obuses, mosqueteiras, chumbo grosso e balas de diversos calibres, dando o tom à expedição.⁷³ Além dessas formas de envio para povoamento, havia migrações internas para as regiões de fronteira aberta. Embora nem sempre essas migrações possam ser consideradas realmente espontâneas - por haverem processos de expulsão por mecanismos sócio-econômicos em funcionamento – podemos considerar que a fronteira agrícola sempre atraiu não-brancos livres pobres em busca de trabalho e de terras para suas áreas.⁷⁴

⁷² Vale lembrar que a organização dos corpos militares no Brasil dos séculos XVIII e início do século XIX “estava organizada em três escalões, a saber: exército de linha, ou tropa paga [os milicianos], recrutada entre os solteiros; as forças auxiliares, constituídas por homens válidos, geralmente casados; e, finalmente, as ordenanças, compostas pelos restantes homens militarmente úteis. Fora desse esquema, e para determinadas missões específicas, eram contratadas, mediante a promessa de soldo, companhias de aventureiros, caçadores ou voluntários”. MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. “A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais.” In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.71.

⁷³ PORTUGAL, Diogo Pinto de Azevedo. “Real Expedição de Goarapuaba – Mapa das tropas meliciana, de linha e ordenanças e mais pessoas empregadas na Real Expedição e Conquista dos Campos Geraes de Goarapuava deq he comandante em xefe o Tem. Cor. Diogo Pinto de Azevedo Portugal”. Linhares, maio de 1811. Apud: FRANCO, Arthur Martins. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: tipografia João Haupt & CIA, 1943.

⁷⁴ Cf. LIMA, Carlos A. M. “Sertanejos e Pessoas Republicanas Livres de Cor em Castro e Guaratuba (1801-1835)” In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, nº02, 2002, p.317-344.

Mapa 2: Caminho do Viamão e rota das tropas da Real Expedição e Conquista dos Campos de Guarapuava no século XIX.



Fonte: CARDOSO Jayme Antonio & WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas Histórico do Paraná*. Curitiba: Livraria do Chain Editora, 2ª ed. ampl, 1986.

A tropa partiu de Curitiba em agosto de 1809, e, após realizar algumas paradas em ranchos em meio ao sertão para abrir o caminho, chegou aos Campos de Guarapuava em 17 de junho de 1810. Ainda naquele mês, as tropas avançaram até os restos dos acampamentos levantados por Afonso Botelho e ao último ponto alcançado pela expedição de 1774, no então denominado Atalaia. Segundo o reverendo Chagas Lima, sem oposição dos indígenas, foram feitos oito dias de reconhecimento da região até dez léguas de distância e, “não se tendo encontrado habitante, passou-se a fundar, da parte d’além do rio Coutinho, a povoação da Atalaia.”⁷⁵

⁷⁵ LIMA, Francisco das Chagas. Op., cit., p.58.

A partir de então, como narra o missionário Chagas, todos os homens dedicaram-se ao levantamento de uma fortificação pequena, com paredes de grandes troncos de árvore e quatro esteios, denominada Fortim Atalaia, medindo quarenta palmos de altura - cerca de oito metros - e espaço interno para construção de quatro casas para alojamentos, levantadas logo em seguida.

Um soldado sentinela permanente, mantido em alerta no alto do fortim, podia visualizar uma grande extensão de campo, precavendo possíveis ataques, tal como o acontecido naquele mesmo ano, poucos dias depois do primeiro contato com um grupo de indígenas kaingang da região ainda no mês de julho. Estes atacaram Atalaia com grande número flechas durante toda a noite do dia 29 de agosto⁷⁶. Sem conseguir adentrar no fortim, ou mesmo ferir gravemente algum dos soldados aquartelados, os indígenas se retiraram sertão adentro novamente, deixando dezenas de nativos mortos. Depois desse conflito, os indígenas da região só voltariam a aparecer em agosto de 1812, quase dois anos depois.

Para fomentar a povoação de Guarapuava, além da doação de sesmarias aos povoadores mais abastados, ficava autorizado o comandante Azevedo Portugal “para que além das sesmarias concedidas ao Governo possa repartir os terrenos devolutos em proporções pequenas pelos povoadores pobres, pois que estes não tem forças para obterem sesmarias, e que reserve sempre uma legua de campo e mattos ao redor das povoações que for estabelecendo para *commum logradio*”

A catequese foi o instrumento de pacificação utilizado pela Coroa para que os colonos pudessem povoar o território sem temer os “ataques” dos índios que vivessem nos arredores de Atalaia. Nesse sentido, como explica Tatiana Takatuzy, “podemos entender a fundação do aldeamento enquanto uma estratégia da Coroa em concentrar os índios, recolhendo-os dos campos para que os colonos pudessem pacificamente ocupá-los”.⁷⁷

Convém lembrar que o que chamamos de aldeamento de Atalaia foi fundado inicialmente como abarracamento e fortim militar de Atalaia, transformado em povoado misto de soldados e indígenas em processo de catequização quando estes últimos começaram a ser aldeados, a partir de 1812. Foi somente a partir da fundação da Freguesia de Nossa Senhora

⁷⁶ Cf. FRANCO, Arthur Martins. Op., cit.

⁷⁷ TAKATUZY, Tatiana. Op., cit., p.31.

de Belém por Alvará Régio em 1818, entre 1820 e 1821, que o Fortim Atalaia passou a ser exclusivamente um aldeamento indígena.

Em 1821, com a transferência das tropas militares, a organização do núcleo urbano e o levantamento da capela inicial da Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Belém a cerca de uma légua e meia do aldeamento, Atalaia passou a ter um contato menos direto e freqüente com o pessoal das tropas e da povoação. Além dos indígenas aldeados, apenas alguns soldados e povoadores casados com índias permaneciam no aldeamento. Até mesmo o reverendo missionário Chagas Lima não residia no local, seguindo rotineiramente do núcleo da povoação ao aldeamento, onde foi o único vigário colado até 1828, e pernoitando com os índios apenas em eventos especiais, como a semana santa, quando eram realizados vários sacramentos entre os catecúmenos.

Uma das outras preocupações que permearam as duas Cartas Régias consistia em estabelecer uma ligação da Capitania de São Paulo à Capitania do Rio Grande, com a finalidade de facilitar o tropeirismo e aumentar os cofres Reais em função dos impostos sobre o trânsito de gado. Para cobrir as despesas da expedição de Guarapuava, através da mesma Carta Régia de 1º de abril de 1809 foi criado um novo ponto de registro, em Sorocaba, sobre a criação de muares. Unida à construção de uma estrada que facilitasse a comunicação com a Capitania do Rio Grande e região de Missões, estava planejada a fundação de outras povoações e a concessão de sesmarias.

De acordo com Maria Thereza Schorer Petrone, com a vinda de D. João VI, o caminho das tropas para o sul adquiriu importância maior em vista do crescimento do mercado consumidor.⁷⁸ As primeiras sesmarias concedidas nos Campos de Guarapuava foram dadas aos colonizadores da Expedição e alguns fazendeiros dos Campos Gerais que haviam colaborado com os serviços da empreitada.

Como Iraci Del Nero Costa e Horácio Gutierrez apontam, a expansão da sociedade campeira para o Terceiro Planalto contribuiu para um aumento populacional significativo da região sul da Capitania de São Paulo. Nesse sentido, corroboram com a afirmação os mapas populacionais do atual Estado do Paraná, que demonstram que a população beirava as 21.000 pessoas em 1798, crescendo para cerca de 36.700 já em 1830.⁷⁹ Como complemento das ações de povoamento, a defesa do território também se consolidava com o aumento da população.

⁷⁸ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Editora Nacional/Brasiliense, 1976.

⁷⁹ COSTA, Iraci Del Nero da & GUTIERREZ, Horacio. *Paraná, Mapas de Habitantes 1798-1830*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985, p.14.

Assim sendo, podemos afirmar que a sociedade que se instalou nos Campos de Guarapuava foi um desdobramento daquela que deu origem à organização do espaço do Segundo Planalto paranaense, nos denominados Campos Gerais. Nas primeiras décadas do século XIX, as famílias fazendeiras formavam “a parte socialmente mais importante dessas cidades, embora as habitassem somente durante uma pequena parte do ano, residindo mais em suas fazendas, eram a classe dominante, que exercia o poder político”.⁸⁰ No caso dos grandes proprietários de fazendas de Guarapuava, as fazendas onde estes residiam ficavam geralmente nas vilas próximas à Curitiba, onde encontravam maiores comodidades.

Estes proprietários constituíam uma classe senhorial patriarcal, baseada em relações hierárquicas e apoiada no trabalho escravo e de agregados. Era comum encontrar apenas um dos filhos do fazendeiro residindo em suas posses mais distantes, sendo este o responsável pela organização da produção de subsistência e da criação dos animais. Dessa forma, a base central da ocupação para fins econômicos dos Campos de Guarapuava eram os membros da família do colonizador, os quais, auxiliados pela mão de obra escrava, conseguiram abrir os caminhos nos sertões, efetivando a moradia nos campos e aumentando a criação dos rebanhos de gado *vacum* e *muar*.⁸¹

Por outro lado, a expansão de fronteiras e o processo de estruturação da sociedade nos Campos de Guarapuava também careciam de diversos moradores fixos na região, que pudessem fazer uma primeira frente de defesa em caso de ataques indígenas ou invasões castelhanas. Povoadores de poucas posses, envolvidos na agricultura de subsistência, trabalhando como jornaleiros na época das colheitas ou como agregados dos grandes proprietários, permanecendo nas fazendas para tratar o gado, além daqueles que realizavam serviços indispensáveis ao dia-a-dia da população, tais como carpinteiros, pedreiros e alfaiates, eram de suma importância na ordem hierárquica da sociedade guarapuavana em processo de formação.

Nesse sentido, o perdão das dívidas à fazenda Real pelo prazo de seis anos e a isenção do pagamento do dízimo referente às novas terras que fossem agriculturadas fazia parte das benesses oferecidas pela Coroa para aqueles que viessem povoar a região, o que deve ter atraído diversos dos povoadores pobres presentes nas primeiras listas de habitantes da Freguesia, já na década de 1820.

⁸⁰ MACHADO, Brasil Pinheiro. Op., cit., p.40.

⁸¹ SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos. “Os ‘Campos de Guarapuava’ na Política indígena do Estado provincial do Paraná (1854-1889).” In: *Revista Analecta*. Guarapuava: Gráfica Unicentro, v.2, nº1, 2001, p.104.

Como vêm sugerindo os estudiosos dos processos de imigração espontânea e de incorporação de pessoas livres de cor nas fronteiras agrárias da colônia e do império⁸², independentemente da necessidade de políticas específicas de povoamento, o fato da abertura de uma nova fronteira agrícola aberta também atraía, sozinha, diversos povoadores pobres em busca de terra. Estes, em sua maioria não-brancos livres pobres, aparecem nas primeiras listas de habitantes de Guarapuava, nas décadas de 1820 e 1830, encabeçando domicílios, mantendo lavouras de subsistência, e, conseqüentemente, esticando as fronteiras à medida que se incorporavam como povoadores da região. De acordo com Hebe de Castro, caso de forros e pardos livres, a mobilidade espacial e a migração para áreas de fronteira “era um recurso da liberdade, primeira e fundamental marca do seu exercício”.⁸³ Como veremos na descrição das trajetórias de diversos degredados, era comum se tratarem de migrantes internos, que já haviam mudado de local de residência antes de se envolverem com a Justiça.

Além disso, D. João VI também sancionou outro ponto indicado pela Junta da Real Expedição de Conquista no plano de povoamento de Guarapuava que não estava presente na Carta Régia de 1808: finalizando o documento, ficava ordenado o envio de todos os degredados e degredadas sentenciados em São Paulo. Como expunha o Príncipe Regente, “Igualmente vos ordeno que façais remetter para os Campos de Guarapuava todos os criminosos e criminosas que forem sentenciados a degredo, cumprindo alli todo o tempo do seu degredo.”⁸⁴

A ordem, referindo-se ao envio de condenados de ambos os sexos, acaba adequando o envio de degredados para Guarapuava a uma condição constante das povoações de fronteira. Nessa situação há falta de mulheres em virtude do caráter militar do início da exploração, do absenteísmo das famílias de grandes posses, do perigo indígena e das difíceis condições de vida dos primeiros anos da povoação, o que inibe a participação feminina nos grupos de aventureiros pobres que vão tentar a vida na nova povoação. Essa tendência fica reforçada pela relação dos civis e militares enviada ao presidente da Capitania em 1811, onde dentre as duzentas e trinta e duas pessoas que compunham a Expedição havia apenas oito mulheres, todas elas esposas de militares da empreitada.

⁸² Cf. LIMA, Carlos Alberto Medeiros. “Sertanejos e Pessoas Republicanas Livres de Cor em Castro e Guaratuba (1801-1835).” In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, nº 2, 2002, p.317-344; Vide também FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998; e MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudoeste Escravista (Brasil, séc. XIX)*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

⁸³ CASTRO, Hebe de. *Uma experiência de liberdade*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1992, p.5.

⁸⁴ Carta Régia de 1 de Abril de 1809: “Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios barbaros que infestam aquelle territorio”. Op., cit., p.39.

Neste sentido, vale lembrar que mesmo o degredo de mulheres condenadas foi muito pequeno se comparado ao envio de indivíduos do sexo masculino: entre os cinquenta e oito casos documentados, constam apenas seis mulheres.⁸⁵ Outro ponto de análise nesse sentido diz respeito à ordem para que todos os degredados e degredadas cumprissem todo o tempo de suas penas na região, dando relevância para a longa permanência no local dos degredados remetidos.

Quanto aos primeiros condenados enviados, na relação das tropas da expedição de 1º de maio de 1811 já constam quatro homens não nominados, um deles relacionado como “Prezo por ordem de S. Ex.ª” o governador da Capitania e aquartelado como paisano na guarnição de Linhares – último abarracamento das tropas antes de chegar a Atalaia, e mantido em atividade por algum tempo depois de levantado o abarracamento de Atalaia -, e outros três mencionados como “Prezoz pelos Com.des dos Destritos”, estes relacionados nos efetivos da guarnição de Atalaia.⁸⁶ Embora não tenhamos referência sobre o tipo de condenação desses homens – se eram *vadios* ou degredados condenados -, suas condições se encaixam perfeitamente no perfil de mão-de-obra remetida para ser útil nos trabalhos da nova povoação.

A falta da referência aos termos *degredo*/degredados/*vadios* na documentação produzida pelo Comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal persiste em outra carta ao governador da Capitania, presidente da Junta da Real Expedição, informando sobre a entrada nas tropas da Expedição de cinco presos por ordem do governador. Todos eles haviam chegado à povoação entre janeiro e março de 1811, ou seja, antes da confecção do mapa das tropas referida acima.

Entre os “Prezos”, desta vez relacionados pelo nome, o primeiro a chegar, ainda em janeiro daquele ano, foi Francisco Vicente, remetido pelo capitão-mor de Curitiba. Duas semanas mais tarde, em 13 de fevereiro, chegava o único condenado com referência à sua condição social: mencionado como “pardo forro” vinha Joaquim Rodrigues, da Vila de Castro. Em 16 de março foi a vez de Francisco Rodrigues, também remetido pelo capitão-mor de Curitiba. Finalizando a leva inicial de condenados chegaram em 23 de março José Bernardes e Salvador José, ambos remetidos pelo capitão-mor da Vila do Príncipe, atual cidade da Lapa.⁸⁷

⁸⁵ A tentativa de formação de famílias no povoamento de Guarapuava acabou sendo também baseada na facilitação e realização de uniões entre os degredados homens enviados e moças kaingang aldeadas, como veremos mais a fundo no próximo capítulo.

⁸⁶ PORTUGAL, Diogo Pinto de Azevedo. “Real Expedição de Goarapuaba – Mapa das tropas meliciana, de linha e ordenanças e mais pessoas empregadas na Real Expedição e Conquista dos Campos Geraes...”. op., cit.

⁸⁷ PORTUGAL, Diogo Pinto de Azevedo. “OBSERVAÇÃO – 16 de Maio de 1811”. In: FRANCO, Arthur Martins. Op., cit, p.148.

Certamente, esses presos fazem parte dos quatro homens referidos nos trabalhos da expedição da relação expedida em maio. Entretanto, onde estaria elencado o outro condenado? Estaria o pardo forro Joaquim Rodrigues contado entre os criados e escravos da Expedição? Ou já haveria de ter “desertado” algum deles? Estas questões ficam sem resposta. Até mesmo o tempo que estes homens permaneceram na Expedição é dado inexistente, uma vez que a primeira lista de habitantes produzida data de 1828, e neste tempo já não constam os nomes de mais nenhum destes cinco homens.

Entretanto, as ordens de envio dos vadios e degredados das vilas da Capitania para a povoação continuaram a aparecer na documentação pesquisada. Logo a 13 de maio daquele ano de 1811, Antonio José da Franca e Horta enviava uma carta ao ouvidor geral e corregedor da comarca de Paranaguá, Dr. João de Medeiros Gomes, responsável pelo pagamento dos gastos da expedição de Guarapuava. Entre outros assuntos, o governador da Capitania ordenava ao ouvidor:

Pelo que respeita a poder Vmce. Mandar para Guarapuava alguns vadios e facinorosos que na sua Comarca perturbão o Socego publico, as ordens que lhe mandei para administrar a expedição forão amplas, e como hum dos fins de S. A. R. hé promover o estabelecimento, e Povoação dos dittos campos não só deve Vmce. mandar os creminosos e criminosas que sentençear a degredo para ali os cumprirem na forma da Carta Regia do primeiro de Abril de mil oito centos e nove, mas tambem os vadios visto que S. A. R. na mesma Carta Regia convida até com premios a que vão povoar aquelles campos, como terá sido prezente a Vmce. pela mesma Carta Regia que pela Junta da Expedição havia de ter sido remetida a seu Antecessor.⁸⁸

Dessa forma, percebemos que os planos de envio forçado para Guarapuava não compreendiam apenas aqueles criminosos condenados por crimes que já previam o degredo como pena. Além dos *vadios* da comarca, outros “facinorosos”, culpados por crimes mais leves que não mereceriam o degredo pelo código filipino, também deveriam ser remetidos. Agrupados sobre o rótulo de perturbadores do sossego público, todas essas pessoas se tornariam úteis no processo de povoamento da nova vila colonial, com possibilidades de reincorporação na hierarquia social colonial como povoadores dos novos campos, convidados “até com prêmios” de Sua Alteza Real.

Em julho de 1812, o Inspetor Geral de Milícias, José Arouche de Toledo Rendon, escrevia ao Conde de Galvêas sobre a situação e os possíveis avanços da Expedição de Guarapuava. Com ordens de realizar um parecer sobre o futuro da povoação, após enaltecer os trabalhos realizados pela Junta da Real Expedição, Toledo Rendon opinava ao governo da Corte sobre algumas maneiras de fazer prosperar o local.

⁸⁸ D. I. vol. CIX, p.230.

Longe de sugerir o fim da tentativa de povoamento de Guarapuava - ou sua estagnação, o inspetor recomendava, além da necessidade de novas buscas de metais e pedras preciosas na região e do redirecionamento de parte dos gastos com a Expedição para o melhoramento urgente do Caminho de Viamão,

(...) q' se adiantasse a Povoação começada, mettendo-lhe Povoadores de ambos os sexos da classe d'aquelles q' vagão pela Capitania de S. Paulo sem estabelecimen.to algum, vivendo agregados ora em um sitio, ora em outro; pois q' esta qualid.e de gente pela maior parte mixtiça, em nada serve ao Estado, podendo n'aquelle lugar empregar-se em lavoiras, e creação de animaes debaixo da immediata inspecção do Comand.e.⁸⁹

Como se vê, a utilização dos “mixtiços” itinerantes das vilas paulistas se mostrava peça fundamental para a povoação de Guarapuava tornar-se próspera, num momento em que estagnavam as ações da Expedição, apenas dois anos depois de levantados os primeiros abarracamentos. A incorporação dessas pessoas e sua fixação na povoação se dariam, por um lado, através dos trabalhos na agricultura e na criação de gado, por outro, através do envio de indivíduos “de ambos os sexos da classe d'aquelles q' vagão” poderia potencializar as uniões familiares na fronteira agrícola, constituindo a base do enraizamento e assimilação dos *soldados-povoadores*, já almejados na época pombalina e mesmo em períodos bem anteriores.

Como explica Maria Beatriz Nizza da Silva, se o primeiro objetivo do envio dos vadios e criminosos para as novas povoações se relacionava, sobretudo, ao desenvolvimento da agricultura, o segundo motivo estava fortemente preso a uma política de incentivo ao casamento. Melo Castro e Mendonça, governador da Capitania de São Paulo em 1800, formulou a expressão máxima dessa política nesse período: “Todos os meios, que forem próprios para facilitar os casamentos também o serão para promover a povoação”.⁹⁰

Ainda em 1812, houve uma drástica diminuição do número de homens nos trabalhos e guarnição da povoação para apenas oitenta pessoas entre milicianos e paisanos, em função das baixas nos regimentos de milicianos. Com a necessidade de novos recrutamentos, o governo da Capitania ordenou o envio de cem homens arregimentados nas vilas mais próximas para formar tropas de ordenança. Não foram encontradas informações que nos elucidem, ao certo, a condição desses soldados. Entretanto, relatos dessa atitude são encontrados nos textos do vigário Chaga Lima. Tal atitude gerava diversas deserções nos corpos de guarda, gerando comentários de desaprovação dessa medida por parte do padre, uma vez que os capitães-

⁸⁹ D. I. vol.XV, p.84-85.

⁹⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 1978, p.22.

mores de Curitiba, Príncipe e Castro aproveitaram a oportunidade para expurgar suas vilas dos seus elementos indesejáveis. Segundo o missionário:

Pelos fins de 1812 começou a declinar a expedição, e a enfraquecer d'aquelle vigor com que havia começado. A causa tambem foi que fazendo-se, por Ordem Regia, recolher a seus regimentos os soldados milicianos, foram estes suppridos pelos da ordenança, homens de infima plebe, sem estímulos de honra. Iam como forçados até descobrirem occasião de se escaparem: uns fugiam em caminho, outros no dia seguinte da sua chegada, outros chegavam miseraveis de roupa e de saúde, e tanto que se viam sãos ou decentemente vestidos, desertavam; e outros mais remediados (estando disposto que de tres em tres mezes seriam rendidos) faziam ò mesmo que aquelles, nunca solitariamente, porêm sempre acompanhados de 4, 6, e 8 soldados, os quaes, tendo a certeza de que seriam perseguidos como desertores, se passavam, com suas familias, para outros districtos que não eram seus dominilios, majoritariamente para Viamão.⁹¹

Nesse trecho, percebemos as condições dos homens arregimentados à força e remetidos para Guarapuava pelas vilas de Castro, Curitiba e do Príncipe. Pobres e doentes, a maioria não retornava para as vilas de onde tinham sido enviados. A chave da itinerância os mandava para ainda mais longe, e, embora desapercibidos de posses, não deixavam de retornar para buscar e levar consigo suas famílias. Talvez este seja o principal motivo dessas levadas de soldados não terem sido eficazes no fomento de povoação: soldados que já possuíam família eram obrigados a servir longe delas. Por outro lado, a necessidade de povoamento da fronteira agrícola os lança para mais longe, causando migrações para a região do caminho de Viamão, por onde transitavam as tropas de gado do Rio Grande até Sorocaba.

Entre 1812 e 1821, nenhum outro documento refere-se ao envio de *vadios* ou criminosos degredados para Guarapuava. Na povoação, com a entrada de centenas de indígenas de dois grupos kaingang no aldeamento e o início dos trabalhos de catequização por parte do missionário Chagas Lima, podemos dizer que o aldeamento de atalaia prosperou durante esse período, ganhando seqüência e grande número de catequizandos.⁹²

Por outro lado, a expedição declinou nesse período. Em 1817, uma ordem expedida pelo governo de São Paulo mandava recolher todo o Trem Real e mais alguns empregados em Linhares, antigo abarracamento situado na entrada nos Campos de Guarapuava, próximo dos Campos Gerais e da vila de Curitiba. Somente alguns soldados e os povoadores que já se encontravam com terras permaneceram para dar prosseguimento à povoação. Dois anos depois, em dezembro de 1819, toda a população luso-brasileira “branca” que se encontrava no aldeamento começou a ser transferida para a recém-criada Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

⁹¹ LIMA, Francisco das Chagas. Op ., cit., p.59-60.

⁹² Cf. LIMA, Francisco das Chagas. “Estado Actual da Conquista de Guarapuava no Fim do Anno de 1821; Descripto por Ordem do Illm.º e Exm.º Governo Provisório desta Provincia de S. Paulo.” In: FRANCO, Arthur Martins. Op., cit., p.233-268.

Fundada em local escolhido e demarcado pelo padre Chagas Lima, a povoação estava localizada, a partir de então, em local relativamente distante do aldeamento indígena de Atalaia. Todavia, como perceberemos no próximo capítulo, embora a povoação estivesse afastada, os contatos entre os índios aldeados e os povoadores permaneceram muito frequentes.

Logo após a criação da Freguesia por Alvará Régio, o governo da Capitania de São Paulo ordenou ao comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal que restituísse toda a tropa que permanecia estacionada em Linhares, entregando um inventário de tudo que pertencesse à Trem da Real Expedição ao Tenente Antonio da Rocha Loures. Nomeado comandante interino da povoação, Rocha Loures seria a nova autoridade civil responsável pela povoação, uma vez que Diogo Pinto não retornaria mais ao posto.

Dessa forma, na falta de listas de habitantes para a época, sabemos pelas anotações do padre Chagas que, em fins de 1821, cerca de cem pessoas entre soldados, oficiais e povoadores portugueses estavam transferidos para a nova sede da povoação nos Campos de Guarapuava, concentrados no local onde havia se formado a Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Coincidentemente, em 1820 era recriada a Junta de Justiça da Capitania de São Paulo – importante instituição na prática do degredo para Guarapuava. Convém discutirmos um pouco sobre o funcionamento desse órgão da Justiça paulista, antes de nos aprofundarmos nas trajetórias de incorporação dos degredados remetidos para a região nas décadas de 1820 a 1850.

Figura 1: Aquarela da Povoação de Guarapuava entre as décadas de 1820 e 1840



Fonte: DEBRET, Jean-Baptiste (1768-1848) “‘Guarapuava’. s.d. Aquarela. 7,8 x 23,3 cm, Coleção Fundação Castro Maia”. In: *Pintores da paisagem paranaense*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura/Solar do Rosário, 2..1, p.93.

1.3 A Junta de Justiça de São Paulo e as “Cartas de Guia”

A hierarquia dos cargos e órgãos responsáveis pelo funcionamento da Justiça no Brasil colonial, a partir de 1750, procurava abranger os níveis administrativos gerais já existentes. O governo-geral englobava a jurisdição de todo o território da colônia; as Capitanias, com espaço territorial demarcado, subordinavam-se - ao menos de maneira formal - administrativa e juridicamente ao governo-geral; e o município ou comarca, abrangendo a vila e demais freguesias, povoações e localidades próximas, compunham a menor divisão administrativa colonial.⁹³

No momento de chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, a estrutura judicial da Colônia compunha-se da Relação da Bahia, responsável pela Justiça nas comarcas do norte; da Relação do Rio de Janeiro, em funcionamento desde 1751 e abrangendo as comarcas do sul; dos ouvidores-gerais das Capitanias; dos juízes de fora e ouvidores das comarcas e, naqueles municípios que não eram cabeça de comarca, havia os juízes ordinários eleitos. Com exceção desses últimos, todos os outros graus da hierarquia judiciária eram exercidos por indivíduos letrados, ou seja, formados em Coimbra e membros participantes da magistratura portuguesa. Com esta formação, como frisa José Murilo de Carvalho, estes oficiais eram submetidos ao mesmo mecanismo de circulação de elites no poder.⁹⁴ Vale lembrar que as duas Relações estavam submetidas às ordens da Casa da Suplicação e Mesa do Desembargo do Paço de Lisboa, órgão máximo da Justiça portuguesa no período colonial.

Entretanto, ainda em 1808 D. João VI criou os equivalentes da Casa da Suplicação e do Desembargo do Paço no Brasil, com sede na Corte do Rio de Janeiro, através da criação de Casa de Suplicação do Brasil, em substituição à Relação daquela cidade. Como deixa claro o Príncipe Regente na ordem de criação da Instituição, “e será considerada como Superior Tribunal de Justiça para nele se findarem todos os pleitos em última instância (...). E terão os Ministros a mesma alçada que têm os da Casa da Suplicação de Lisboa”⁹⁵ Esse novo órgão ficava responsável por ações como as ordens para transferência de presos, o recebimento de apelações das decisões judiciais e a comutação de certas penas, o que toca diretamente nas situações de degredo.

⁹³ Cf. SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. Op., cit., p.21.

⁹⁴ CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.173-174.

⁹⁵ Cf. NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1973, p.20.

A instituição de ação dos ouvidores nas Capitanias seriam as Juntas de Justiça. Criadas por alvará de 1765, suas atribuições buscavam agilizar a aplicação da Justiça nas localidades do interior da Colônia. De acordo com Lenine Nequete, competia-lhes julgar os crimes de deserção e desobediência de soldados e oficiais envolvidos em sedições, rebeliões ou crimes de lesa-majestade, além de todos os crimes que eram contrários ao direito natural das gentes, como homicídios voluntários, roubos e resistência às Justiças.⁹⁶

No caso da Junta de Justiça de São Paulo, criada em janeiro de 1775, a mesma havia sido desativada antes da chegada da Corte ao Brasil. Todavia, por Carta Régia de três de agosto de 1820⁹⁷ o governador da Capitania ficava autorizado a restabelecer esse órgão da administração da Justiça criminal em São Paulo. D. João VI pretendia, com isso, diminuir o número de réus enviados para a Casa de Suplicação da Corte, assim como a redução do tempo de espera pelos julgamentos e do número de réus de São Paulo presos nas cadeias do Rio de Janeiro.

Pelo documento, também ficava estabelecido o sistema de funcionamento da Junta de Justiça. Nela, o governador exercia o cargo de Presidente, com voto de desempate. O ouvidor da comarca de São Paulo seria o Juiz Relator, e dos juízes de fora daquela cidade e das vilas vizinhas, ou de advogados “da melhor nota” ou vereadores na falta destes primeiros, se formaria um corpo de seis votantes. Para condenações superiores a dez anos de degredo seriam necessários no mínimo quatro votos, para outras condenações, se deveriam somar com no mínimo três.

Com funcionamento ocasional, a Junta só poderia ser convocada pelo governador da Capitania, devendo, para isso, levar em consideração a pertinência da atuação do órgão, independentemente dos crimes a serem julgados. Dos distritos deveriam ser remetidos os réus, juntamente com seus processos, enviados ao juiz relator. As condenações deveriam ser sumárias, excluindo as situações que envolvessem militares com privilégio de foro, “sem exceção de qualidade de Brancos, Índios, Mulatos e Pretos, sendo primeiro ouvidos com sua defesa em tempo breve na forma da Ley do Reyno”. Entrando em funcionamento no ano seguinte, a Junta de Justiça paulista teve logo suas primeiras atuações.

Em vinte e oito de junho de 1821, apenas uma semana após tomar posse o Governo Provisório de São Paulo, aconteceu uma revolta militar em Santos, no litoral paulista. Soldados do Primeiro Batalhão do Regimento de Caçadores, que compunham o corpo de guarnição daquela vila, revoltaram-se a exemplo do que quase sucedera em semanas antes na

⁹⁶ Idem, p.134.

⁹⁷ D. I. vol. XXXVI, p.116-118.

cidade de São Paulo. Segundo Affonso de E. Taunay,⁹⁸ os soldados aproveitaram o momento político conturbado para fazer a revolta contra o atraso no pagamento dos soldos, alguns deles estando a anos arrolados pelo recrutamento sem receber. A situação piorou com a notícia do decreto real de aumento do valor do soldo pago aos soldados que se encontravam em Portugal.

Como descreve Taunay, submetidos a um regime de disciplina férrea e, ao mesmo tempo, de incrível impontualidade no pagamento dos miseráveis soldos, os soldados resolveram se revoltar. Apoderando-se do armamento da Casa do Trem e da Casa da Pólvora do batalhão, levaram as peças de artilharia para a rua e ocuparam vários pontos da vila, obrigando as autoridades a pagarem o que lhes constava, acrescido de novos abonos.

Entretanto, como segue a descrição de Taunay, por trás da revolta havia motivos políticos, e, quando tudo parecia estar calmo, na madrugada do mesmo dia vinte e oito para vinte e nove de junho, novos motins aconteceram, sendo atacada a casa do coronel do Batalhão. Espalhando-se pela vila, os rebeldes haviam praticado roubos, estupros, assassinatos e infanticídios⁹⁹. Com a reação das tropas de ordenanças e dos marinheiros da vila, outras mortes aconteceram. Uma semana depois, em seis de julho, chegaram a Santos os soldados do Segundo Batalhão, enviados de São Paulo pela Junta Provisória. Um dia depois, apesar da resistência, a revolta estava sufocada e os amotinadores, presos.

Depois de julgados pela Junta de Justiça de São Paulo, dos líderes do motim, sete acabaram condenados à morte, e vinte foram remetidos para degredo perpétuo na África. Outros cento e vinte e quatro condenados tiveram como destino o trabalho forçado nas obras públicas, sendo alguns deles despachados em degredo para colonizar Guarapuava e a região de Ararapira, no litoral. Com referência ao envio dos condenados para os serviços públicos e para o degredo interno, a Junta do Governo de São Paulo realizou uma sessão extraordinária para decidir o destino destes, uma semana depois de encerrada a revolta, em doze de julho de 1821.¹⁰⁰

Pela ata da sessão, ficamos sabendo que os deputados comandantes das forças armadas de Santos haviam enviado no dia anterior um ofício à Junta, pedindo que os menos culpados dos soldados envolvidos na sedição fossem dispersos pela Capitania, uma vez que permaneciam todos os envolvidos presos em Santos, aguardando a pena de morte prevista pelo código de guerra aos insurgentes. Nesse mesmo tempo, a população fazia pressão para

⁹⁸ TAUNAY, Affonso de E. *História colonial da cidade de São Paulo no século XIX*. São Paulo: Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1956, p.446-447.

⁹⁹ Cf. idem, p.446.

¹⁰⁰ D. I. vol.II, p.19-21.

que fossem todos degredados para as colônias lusitanas na África ou regiões que parecessem mais convenientes.

“Depois de madura reflexão,” o governo paulista expediu as sentenças coletivas. Primeiramente, ficava ordenado que, depois de feitas as separações entre os cabeças da revolta e os soldados menos culpados, “os cabeças de motim, e os malvados que commeterão mortes e roubos” seriam castigados com a pena última, “para exemplo”. Como segunda ordem, ficava decidido que aqueles que “merecessem clemencia” deveriam esperar a aprovação da petição de comutação de pena enviada ao príncipe Regente D. Pedro, para serem logo conduzidos em magotes de vinte, quinze, dez e cinco condenados, seguindo para o trabalho forçado no conserto das estradas públicas da Capitania.

Entre os trabalhos previstos, estavam os da nova estrada que seguia de Curitiba para Paranaguá, da melhoria do caminho de Mogi das Cruzes para São Sebastião, da recuperação da estrada de São Paulo a Santos e do caminho para o Rio de Janeiro, além dos trabalhos nas minas de ferro paulistas. Para se evitarem as fugas, a Junta ordenava que esses homens passassem a noite nas cadeias mais fortes das vilas vizinhas aos lugares em que trabalhassem. Os comandantes de Santos também ficavam autorizados a organizar uma nova tropa de milicianos para aquela praça. Todavia, o que mais interessa nas decisões da sessão extraordinária foi a decisão do destino seguinte dos soldados remetidos para os trabalhos públicos forçados. De acordo com o documento assinado por José Bonifácio de Andrada e Silva, entre outros, ficava ordenado que:

Depois de espalhados estes homens, e applicados aos ditos trabalhos, aquelles com que o andar do tempo mostrarem mais morigeração, socego, e completo arrependimento, deverão trocar-se com os Soldados casados d’esta Provincia, que se achão na Campanha do Sul. Outros que forem casados, ou possam casar, ministrando-lhes o Governo, ou a Misericórdia algum pequeno dote, serão empregados como Colonos nas novas Povoações de Guarapuava, e Ararapira, na Marinha, e na Povoação abandonada do Tieté, fundada pelo General, que foi d’esta Provincia D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão¹⁰¹.

Como se nota, o degredo desses soldados como empregados para as povoações do sul da Capitania, nelas incluída a de Guarapuava, obedecia a uma seleção daqueles que se mostrassem mais aptos à incorporação nas novas vilas. O perfil do soldado-povoador, que pudesse levar sua família ou que pudessem formar família nas novas povoações, aparece como o mais útil a ser enviado para povoar os locais. Degredo, família e colonização aparecem ligados pela figura do soldado-povoador, selecionado e enviado como o mais apto para colonizar essas regiões de fronteira.

¹⁰¹ Idem.

Realmente, no caso do degredo para Guarapuava, em quinze de janeiro do ano seguinte, 1822, eram remetidos oito soldados envolvidos na revolta de Santos. Não temos informações sobre o cumprimento de trabalhos forçados desses soldados no interregno entre a decisão da Junta de São Paulo e a expedição desse documento. Todavia, com penas de dois, cinco, dez e majoritariamente vinte anos a cumprir, apenas dois deles eram casados, os demais sendo jovens o bastante para formarem família, estando na média dos vinte anos de idade.

Juntamente com mais outros cinco degredados por crimes diversos, os oito soldados constam na lista de remetidos a degredo para Guarapuava, denominada “Carta de Guia”,¹⁰² encaminhada ao comandante da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, Antonio da Rocha Loures. O documento traz a “Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por Acordão da Junta de Justiça de S. Paulo de 19 de Dezembro de 1821 (...), [e] Em diferentes processos”.

As “cartas de guia” eram documentos já previstos no “Regimento dos degredados”¹⁰³, promulgado em Portugal, no ano de 1582, com a intenção de regulamentar e ordenar o funcionamento do sistema de degredo, tornado mais eficiente e abrangente em Portugal a partir das descobertas marítimas. Segundo as ordens contidas no Regimento, a cartas de guia de cada leva de presos deveria ser preenchida pelo corregedor da comarca, e:

(...) assinada por elle na qual sera declarado quantos degradados manda. e os nomes e ydades delles e os sinaes que cada um tem no Rosto, cabeça E mãos. e deformidades nos pes E pernas, e donde sam naturais e m[orado]res e. onde forem presos e o degredo q[ue] cada hum tem e pera onde, e porque casos lhe foi dado. por quantas e quem deu as taes s[e]n[ten]ças e ajuntará todas as ditas s[e]n[ten]ças com a dita carta de guia em hum maço carrapd e o sellado o qual entregará ao dito juiz de fora ou pessoa q[ue] conforme a este Regimento ouver de trazer os ditos degradados (...). e pedirão loguo Carta de guia e os S[ente]nças q[ue] não de vir no maço carrado e assi a outra carta deguia que há de vir da fora, e com as ditas cartas de guia e S[ente]nças fará exame pera ver Se os degradados q[ue] lhe empregando a nos proprios q[ue] Se contem as ditas Cartas de guia (...).¹⁰⁴

De certo modo, as informações contidas na “carta de guia”, enviada junto com os treze degredados em fins de 1821 para Guarapuava, seguiam o padrão prescrito no Regimento do século XVI. Encabeçando a lista constava o crime conjunto dos soldados, “compreendidos na Devassa a que se procedeo na Villa de Santos sobre o tumulto, roubos e mortes ali perpetrados (...)” Vinham também anotados os nomes dos condenados, seguidas de suas condições sociais (livre, liberto), do estado civil (solteiro, casado), naturalidade, ofício, idade

¹⁰² Cf. “Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava, 4 folhas.

¹⁰³ “Regimento dos degredados, de 27 de Julho de 1582”. In: *Textos de história*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: vol.6, nº1-2 (1998), 1999, p.265-279.

¹⁰⁴ Idem, p.270-273.

e tempo de degredo a cumprir em Guarapuava. No caso dos cinco degredados civis remetidos juntamente, também constam alguns dados sobre o crime específico praticado por cada um, com o nome das pessoas lesadas, além do nome dos pais e mulheres daqueles que os tinham.

Assinava o documento o Ouvidor Relator da Junta de Justiça de São Paulo, José da Costa Carvalho. Nomeado pelo Rei de três em três anos, o ouvidor da comarca era a autoridade da Justiça paulista responsável por tirar devassas, ordenar prisões, fazer inspeções no trabalho dos juízes ordinários e - como vimos - organizar as cartas de guia de envio dos degredados da Capitania.¹⁰⁵

Ao final da carta de guia, foi anexado um novo documento assinado pelo comandante Rocha Loures, denominado “Termo de apresentação dos Reos Seguintes”, relatando a chegada dos condenados. Certamente, tratava-se da segunda via de uma espécie de recibo, que deveria ser entregue ao oficial responsável pelo transporte do grupo de degredados, tal como prescrito no final do trecho do Regimento transcrito acima. Embora os degredados enviados constem numa única carta de guia, os mesmos chegaram em duas “levas”¹⁰⁶ mistas de soldados e demais criminosos sentenciados.

A primeira leva, composta de oito degredados, chegou ao destino com apenas sete deles, em dois de março daquele ano. Encontraram uma povoação com cerca de cem habitantes entre colonos e soldados, além de uma população de pouco mais de quatrocentos indígenas entre os aldeados, os “barbaros” e os “semi-barbaros”.¹⁰⁷

Esses homens andaram por mais de um mês até chegar a Guarapuava. Um dos condenados, o oitavo degredado, soldado Francisco José Soares, de vinte e quatro anos de idade, sendo liberto, casado, e natural de Sorocaba, vinha condenado a vinte anos de degredo

¹⁰⁵ NEQUETE, Lenine. Op. ., cit., p.131.

¹⁰⁶ As “levas” de criminosos consistiam em grupos de no mínimo seis degredados, transportados pelas estradas até seu destino de degredo interno ou até a Relação de Lisboa ou aos portos brasileiros para envio ao ultramar, juntamente com seus papéis. Os prisioneiros eram acorrentados pelos pés para mantê-los unidos e sob vigilância do oficial responsável pelo transporte. Cf. COATES, Timothy. *Degredados e Órfãos: Colonização dirigida pela Coroa no Império Português (1550-1755)*. Op., cit., p.66.

¹⁰⁷ A população e as denominações foram criadas pelo padre Chagas, em lista de dezembro de 1821. Cf. LIMA, Francisco das Chagas. “Estado Actual da Conquista de Guarapuava no Fim do Anno de 1821”. Op., cit., p.248. De acordo com Silvana Cassab Jeha, as categorias sociais aplicadas por Marta Rosa Amoroso para o sistema de aldeamentos do Paraná, dividindo os índios em aldeados, agregados e do sertão, é bastante útil nas análises do aldeamento de Atalaia. Os aldeados eram os que moravam nos aldeamentos, sendo contabilizados nos censos. Os agregados eram os que freqüentavam os aldeamentos, participando de sua rede de trocas de mercadorias e brindes. Finalmente, os “índios do sertão” eram aqueles “que freqüentavam as unidades do sistema para se abastecerem de mercadorias, visitar parentes, participar das festas”. Cf. JEHA, Silvana Cassab. *O Padre, o Militar e os Índios*. Chagas Lima e Guido Marlière: civilizadores de botocudos e kaingangs nos sertões de Minas Gerais e São Paulo, século XIX. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005, p.32. Vide também AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão: etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855)*. Tese de doutoramento. São Paulo: Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, 1998, p.92-95.

para Guarapuava. Entretanto, Francisco não suportou a viagem, adoecendo já nas alturas da vila de Ponta Grossa, próxima a Castro. Permanecendo naquela vila até que pudesse seguir viagem, o soldado degredado não resistiu à sua enfermidade não mencionada, falecendo cinco meses depois da chegada de sua leva a Guarapuava.

Como indicam outros dados presentes no “Termo de apresentação dos Reos Seguintes”, a segunda leva, com cinco dos degredados mencionados na carta de guia de 1822, foi apresentada ao comandante Rocha Loures oitenta dias depois, em vinte e dois de maio daquele ano. A intenção de dividir os degredados em duas levadas pode estar ligada à necessidade de manter o controle e evitar fugas durante o trajeto, além de permitir o preparo do quartel da povoação para receber o efetivo extra.

De acordo com uma informação anotada no mesmo termo, os condenados rumaram em direção a Guarapuava por várias semanas, até chegarem aos seus destinos “presos em galés”, ou seja, acorrentados um ao outro por uma calceta de ferro e corrente que prendia um condenado ao outro. O Regimento dos degredados já prescrevia que os degredados fossem transportados “presos em ferros”¹⁰⁸ até o local de cumprimento da pena ou ao embarque para o ultramar.

Affonso de E. Taunay, em outra passagem sobre a revolta de Santos, também discorreu sobre essa peculiaridade no envio dos degredados para Guarapuava: “Foram os amotinados de Santos tratados com o maior rigor. Parte deles partiu degredada para o sertão de Guarapuava com pegadas aos pés requisitando o carcereiro a entrega de outros ferros em lugar dos que por eles haviam sido levados.”¹⁰⁹

Havia, realmente, outros “ferros” para transporte de presos na povoação de Guarapuava. Um episódio acontecido entre 1812 e 1818, ainda no aldeamento misto de Atalaia, mereceu destaque na “Memória” do padre Chagas Lima. Segundo o missionário, uma desordem travada entre os índios e parte da gente do destacamento da Real Expedição só foi resolvida com a prisão dos maiores envolvidos: “de maneira que foi necessario enviar tres dos motores principaes em ferros para a cidade de S. Paulo: um d’estes, desconfiando da sorte que o aguardava, matou a um dos da escolta, procurando assim meio, mas debalde, de se escapar”.¹¹⁰ Na falta de uma cadeia e ouvidor na pequena povoação, aqueles que infligissem a lei ou perturbassem a ordem eram levados até a capital da Capitania ou até a comarca mais próxima, neste caso, a de Castro.

¹⁰⁸ “Regimento dos degredados, de 27 de Julho de 1582”. Op., cit., p.267.

¹⁰⁹ TAUNAY, Affonso de E. op., cit., p.240.

¹¹⁰ LIMA, Francisco das Chagas. “Memoria sobre o Descobrimento e Colonia de Guarapuava”. Op., cit., p.61.

Percebemos, assim, que além de serem utilizados no controle dos presos e degredados na realização de certos trabalhos públicos durante o período colonial e no Império, o uso de tais correntes de ferro era prática comum no transporte de presos, nos envios e na manutenção de *vadios* e degredados nas povoações e presídios no interior das capitanias e províncias.

Laura de Mello e Souza também comentou esse método de transporte de presos e degredados, fornecendo versões interessantes para tal necessidade. Nas Minas Gerais setescentistas, os condenados eram transportados de um local para outros postos em correntes e grilhões, seguindo sempre na companhia de uma força militar. De acordo com a historiadora: “A justificativa para tal procedimento era rebuscada o suficiente para acabar revelando sua verdadeira natureza: alegava-se que essas medidas eram tomadas em nome da segurança dos presos, mas o que de fato buscavam era evitar fugas e desordens que poderiam vir a cometer. Guardiã da Ordem e do privilégio, a justiça vestia, no entanto, a roupagem de defensora dos povos, indiscriminadamente”.¹¹¹

Já em 1850, o médico Hermann Burmeister, de passagem pela província de Minas Gerais, relatou essa prática: “Já descrevi um comboio de presos algemados aos pares, que vi em Ouro Preto. Em Congonhas, outro desses comboios passou rumo a Sabará e, mais tarde, encontrei um terceiro durante minha viagem. Os presos eram escoltados por homens armados, mas não fardados. Tais tropas são geralmente comandadas por um militar a cavalo. Num dos comboios vi também uma mulher, embora as criminosas sejam em número muito inferior.”¹¹²

Entre a documentação pesquisada, outras cinco cartas de guia foram encontradas, as quais serão descritas no decorrer do trabalho. Com relação, às mulheres degredadas, seu número permanece reduzido no caso de Guarapuava, uma vez que, ente os sessenta criminosos encontrados e pesquisados, encontramos apenas sete mulheres.

¹¹¹ MELLO e SOUZA, Laura de. Op., cit., p.119-120.

¹¹² BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Manuel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt, notas biobibliográficas de Augusto Meyer. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952, p.343.

2. Capítulo 2

Processos assimilativos de degredados enviados para Guarapuava

GUARAPUAVA – (Campos de) – Estendem-se desde o rio *Itaú* até as cabeceiras do *Uruguai* (...) por alvará de 1º de abril de 1809, foi criada uma aldeia de índios, bem como um presídio para degredo de criminosos. Mais tarde, por alvará de 11 de novembro de 1818, criou-se aí uma paróquia, sob a invocação de Nossa Senhora do Belém; elevada à vila por lei provincial de 21 de março de 1849. Hoje é uma importante cidade da Província do Paraná.¹¹³

No trecho acima, retirado de uma espécie de dicionário de fatos históricos considerados relevantes para a História da Província de São Paulo e publicado primeiramente em 1879 pelo IHGB, nele, Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, oficial da Secretaria de Governo da Província de São Paulo, pela primeira vez numa obra destinada a noticiar fatos históricos, além da localização geográfica dos Campos de Guarapuava, a povoação é enfaticamente lembrada pelo aldeamento indígena e pelo afluxo de criminosos ali estabelecido a partir da Carta Régia assinada por D. João VI. De certo modo, como veremos no decorrer desse capítulo, a incorporação dos degredados teve certa ligação com o processo de catequização dos indígenas aldeados.

A própria natureza social dos degredados - pessoas pobres e, conseqüentemente, em sua maioria analfabetas - diminui bastante a possibilidade de trabalharmos com documentos elaborados diretamente por esses personagens, embora tenhamos encontrados um documento nesse sentido.¹¹⁴ Dessa forma, nos valendo da perspectiva da microhistória e dos trabalhos sobre livres pobres, degredados e indígenas no contexto colonial e do Império, tentamos traçar as trajetórias dos degredados enviados a partir de correspondências governamentais, registros eclesiásticos e documentos judiciais produzidos pelas autoridades de Guarapuava e da capital provincial de São Paulo. Com a finalidade de evitar o excesso de notas de rodapé, não referenciaremos caso a caso os documentos eclesiásticos de batismo, casamento e óbito, assim como as listas de habitantes de 1828 a 1863, todos já elencados na introdução do trabalho.¹¹⁵ Os demais documentos seguem descritos separadamente para cada caso.

¹¹³ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. São Paulo: Ed. Itatiaia, Vol. 1, 1980, p. 306.

¹¹⁴ MORONIS, Miguel. “Procuração em nome dos proprietários de Guarapuava, endereçada ao comandante da Freguesia de Palmeira. 27 de janeiro de 1829”. AESP, caixa 192, ordem 987.

¹¹⁵ Estamos nos referindo aos seguintes documentos: Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. *Registros paroquiais de batismo, casamento e óbito*. Livros nº 1 A e B, século XIX; ARAÚJO, Antonio Braga de. *Rol dos Parochianos da Freguesia de Belém de Guarapuava, durante o Parochiato do P. Antonio Braga de Araújo*, 1842. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava; ARAÚJO, Antonio Braga de. *Rol de moradores da freguesia do Belém de Guarapuava, Bispado de São Paulo, abril de 1863*. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava; Listas de Habitantes da Freguesia de Nossa

2.1 Incorporação e casamento

Baseados em relações hierárquicas que lhes conferiam estabilidade e status, no incentivo ao casamento e na política de doação de terras para o enraizamento à propriedade, os processos assimilativos dos degredados em Guarapuava fizeram parte dos processos incorporativos dos indígenas kaingang aldeados na região. Funcionando como um duplo mecanismo de incorporação,¹¹⁶ os casamentos entre degredados e indígenas já aconteciam em alguns projetos colonizadores do território paulista ainda no século XVI. Como explica Geraldo Pieroni,

Apesar das [algumas] reclamações das autoridades coloniais a respeito do comportamento dos degredados, eles eram muito úteis. Numa carta dos oficiais da Câmara de São Paulo destinada à rainha Dona Catarina e datada de 20 de maio de 1561(...), os oficiais pediram à rainha que enviasse para a cidade de São Paulo de Piratininga, na Capitania de São Vicente, ‘degredados que não sejam ladrões’, a fim de que pudessem ser ‘trazidos a esta vila para ajudarem a povoar’. Acrescentam: ‘Há aqui muitas mulheres da terra, mestiças, com quem casarão e povoarão a terra’.¹¹⁷

Aos degredados solteiros enviados para o Brasil no período Colonial, por exemplo, casar-se com uma das “órfãs do rei” desembarcadas nos portos brasileiros também poderia ser uma saída para pedir o perdão ou abrandamento da pena, ou mesmo para conseguir ascender socialmente em cargos importantes nas Capitânicas. Da mesma forma, em Guarapuava, o casamento dos degredados com indígenas poderia significar para o condenado a aquisição de status perante as autoridades paulistas na Povoação. Esse fato também encontra raízes no período colonial. Por exemplo, “em 1568, o padre Nóbrega, então vigário do Rio de Janeiro, celebrou o casamento de Maria Brás e Diogo Martines, um degredado que Mem de Sá aprovou para ocupar um cargo político na condição de contrair matrimônio com essa moça. Dessa vez, o perdão para esse condenado foi concedido graças ao casamento”.¹¹⁸

Senhora de Belém de Guarapuava, 1828 e 1835. Cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS. Curitiba, UFPR; “População do Districto da Freguesia do Belem pertencente ao Municipio da Villa de Castro, 1835” Arquivo Público Benjamim Teixeira, Guarapuava; LOURES, Antonio da Rocha. *Relação dos Índios que se achão existentes na Freguesia de Nossa Senhora de Bellem nos Campos de Guarapuava aos 19 de outubro de 1830*. AESP, caixa 1025; LOURES, Antonio da Rocha. *Relação dos Índios existentes nesta Freguesia de N. S. do Bellem aos 12 de novembro de 1831*. AESP; LOURES, Antonio da Rocha. *Lista dos Empregados nesta Expedição de Guarapuava e povoadores existentes nesta Povoação aos 30 de março de 1832*. AESP, caixa 230, ordem 987; LOURES, Antonio da Rocha. *Relação dos Empregados, Povoadores, Índios e degredados nesta Povoação de Guarapuava, Janeiro de 1833*. AESP, caixa 230, ordem 1025; e BORBA, Oney Barbosa. “Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, em o ano de 1840.” Dados transcritos do original da Câmara de Castro. RHGB. Curitiba: vol. XXXIV, 1977.

¹¹⁶ Sobre processos de incorporação nas Américas ibéricas, ver MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero: Cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

¹¹⁷ PIERONI, Geraldo. *Vadios e Ciganos, Heréticos e Bruxas: Os degredados no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ Fundação Biblioteca Nacional, 2000, p.64.

¹¹⁸ Idem.

No caso de Guarapuava, tais casamentos poderiam servir de exemplo para os outros índios kaingang - os quais dificilmente aceitavam o casamento monogâmico em detrimento dos costumes poligâmicos das tribos -, além de permitirem, pelo não uso de calcetas nos pés durante a execução de trabalhos na povoação e no aldeamento, maior mobilidade para esses homens condenados, certamente por se encontrarem casados. Os índios, tendo entre seus parentes um “português” responsável pela execução de determinados trabalhos, também ficavam mais envolvidos com a rotina e o estilo de vida dos colonos portugueses nas povoações, num processo incorporativo baseado no exemplo e na convivência.

Como já notou Silvana Cassab Jeha em seu trabalho sobre o mesmo período e região¹¹⁹, na década de 1820, quem explicitou com todas as letras os objetivos principais da civilização de índios foi o indigenista e ex-deputado José Arouche de Toledo Rendon, em sua *Memória sobre as aldeias de índios da província de S. Paulo*. Com a civilização, a assimilação dos índios se daria de duas formas: a primeira seria pela mistura racial, ao transformar os índios em brancos: “Vendo-se os mapas estatísticos da província de S. Paulo, encontra-se um grande número de brancos. Mas não é assim; a maior parte é gente mestiça [...]. Eles já têm sentimentos, e quando na fatura das listas são perguntados [...] declaram que são brancos”.¹²⁰ A segunda seria pelo trabalho: Nas projeções de Rendon, repetindo a frase tantas vezes dita naquele tempo, seu plano de civilização de índios daria “milhares de braços à agricultura” e aliviaria o Brasil, “em parte, da necessidade do negro comércio da raça africana”.¹²¹

Também o alvará de 4 de abril de 1755, depois incorporado ao Diretório Pombalino de 1757, incentivava os portugueses a se casarem com índias. É digna de nota a opinião de Antônio M. Rangel, o almoxarife da expedição de 1810, sobre o assunto. Antes mesmo de haver aldeamento, sugeriu ao então ministro da Guerra, conde de Linhares, a respeito das “índias que se forem domesticando”, mover “algumas pessoas a se esposarem com elas, de cujas alianças dimanariam felizes resultados”.¹²²

Os degredados enviados na década de 1820 foram os responsáveis pela maior parte dos casamentos mistos realizados em Guarapuava, participando de sete das nove uniões desse tipo documentadas pela Igreja nas décadas de catequese indígena dos kaingang na região, entre 1812 e 1840. Dessa maneira, pouco tempo depois da chegada da segunda leva de degredados

¹¹⁹ JEHA, Silvana Cassab. Op., cit.

¹²⁰ José Arouche de Toledo Rendon, “Memoria sobre as aldeas de indios da provincia de S. Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798 — opinião do autor sobre a sua civilização”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, v.4, 1842, p. 299.

¹²¹ Ibidem, p. 317.

¹²² Manuel Antônio Rangel, almoxarife da expedição. Carta para o ministro conde de Linhares, 22/7/1810. AESP, Ordenanças de Castro, caixa 303.

da carta de guia de 1821 era realizado o primeiro casamento entre um degredado e uma índia aldeada.

Entretanto, é importante salientar, antes de iniciar as trajetórias, que nem todas as uniões de degredados foram do tipo misto, envolvendo indígenas. Também havia casos, em menor número, como veremos, de casamentos homogâmicos - ao menos no tocante à cor, em dois casos documentados - e ascendentes, envolvendo um degredado negro casado com mulher branca.

José Gomes, o degredado precursor

A partir da trajetória de José Gomes, pretendemos apresentar as condições iniciais das uniões entre degredados e indígenas. A partir de reflexos sobre os significados das relações familiares, descrevemos processos incorporativos de degredados e indígenas, baseados nas relações de compadrio e no convívio direto com os indígenas aldeados.

Segundo consta na carta de guia remetida junto com os condenados de 1821¹²³, o liberto José Gomes tinha dezoito anos e era solteiro quando foi degredado para Guarapuava. Soldado no regimento de Santos, ele tinha se envolvido na revolta de julho de 1821, sendo condenado a vinte anos de degredo para Guarapuava, chegando ali na segunda leva daquela carta de guia, em maio de 1822. Menos de um ano depois de ser apresentado na povoação, em vinte e quatro de janeiro de 1823, José se casava com a índia kaingang aldeada Barbara Gatén, com cerimônia realizada no oratório da Freguesia, na sede da povoação. Foram padrinhos o comandante Rocha Loures e o escrivão Francisco Aires Araújo. Seu casamento com a indígena foi o primeiro casamento misto envolvendo um degredado e uma índia, porém, outros cinco casamentos desse gênero – envolvendo colonos e mulheres indígenas – já haviam acontecido, entre fins de 1812 e fevereiro de 1815.

Como explica Hebe Maria Mattos, o casamento tinha o significado profundo do estabelecimento de relações com uma família ou um grupo delas na região onde os não-brancos pobres estavam vivendo. Significava, em outras palavras, deixar de ser estranho à comunidade, além da formar uma auto-imagem de respeitabilidade camponesa, permeada pela obtenção de condições essenciais para o estabelecimento autônomo em um sentido

¹²³ “Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

econômico, onde a produção camponesa é baseada na produção familiar.¹²⁴ Por outro lado, a incorporação dos degredados pelo casamento também significava a entrada do condenado numa relação de pobreza, assim como na sujeição aos proprietários mais poderosos, com a posse da terra. Dessa forma, os processos de incorporação pelo casamento também perpassam uma incorporação na hierarquia de pobreza da povoação.

Convém também ressaltar que Barbara era filha do índio Antonio José Pahy, grande aliado do padre Francisco das Chagas Lima no início da catequização a partir de 1812, morto por índios não aldeados no final daquela década de 1810. Barbara Gatén foi a segunda kaingang a ser batizada em Atalaia, enferma, ainda em fevereiro de 1812, quando lhe foi referida a idade de quatro anos e meio. Dessa maneira, a índia deveria ter cerca de dezesseis anos quando se casou com o degredado José Gomes, de dezenove.

A união pode ter sido facilitada pelo fato de, desde novembro do ano anterior ao casamento, terem permanecido, com autorização do padre, dois soldados, um degredado - o espanhol Miguel Morrones Galafre (de quem falaremos logo em seguida) - e um paisano¹²⁵ na aldeia de Atalaia, em função de haverem apenas nove soldados na povoação. A estratégia de colocar soldados para conviver com os índios aldeados parece ter sido aprovada pelo reverendo responsável pela catequização, uma vez que depois do casamento de José e Barbara e de outros três soldados degredados de Santos que também se casaram com índias até o final daquele ano, e que mencionaremos à frente, foram feitas novas substituições na guarda de Atalaia.

Em oito de março de 1824, em ofício ao governo da província, o comandante da povoação, Antonio da Rocha Loures, informa que permaneciam na aldeia de Atalaia apenas um soldado e, no lugar dele, ficavam, desde novembro de 1823, quatro degredados casados com índias.¹²⁶ Entretanto, como veremos durante o decorrer do texto, esses degredados não permaneceram residindo todo o tempo em que estiveram em Guarapuava apenas no aldeamento de Atalaia. Juntamente entre os soldados de linha e as tropas de ordenanças, os degredados também eram responsáveis pela execução de trabalhos na povoação, tal como a preparação de

¹²⁴ Cf. MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudoeste Escravista* (Brasil, séc. XIX). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p.28.

¹²⁵ Estamos nos referindo ao soldado da tropa de linha Bento José Gonçalves, vindo do regimento de Curitiba, e sendo casado com a índia aldeada Genoveva Gonçalves Fuiró em cinco de fevereiro de 1815, com celebração na capela da aldeia de Atalaia, e apadrinhamento do comandante Diogo Pinto e do ajudante Inácio Pereira Bastoz. O mesmo soldado continuava destacado na defesa dos índios em março de 1826, Cf. ARAÚJO, Elias de. (cabo de esquadra da expedição de Guarapuava) “*Relação das Praças de Tropa de Linha, Ordenanças e Prezos Sentenseados que se axão nesta Povoação com de Claração dos Seos Empregoz, Como abaixo Semostra.*” Quartel da Freguesia de Nossa Senhora de Belém aos 13 de Marso de 1826. AESP. Caixa192, Ordem 987.

¹²⁶ LOURES, Antonio da Rocha. *Carta ao governo da Província de São Paulo*, 15 de março de 1824. AESP, caixa 192, ordem, 987.

alimentos e a assistência aos enfermos no quartel da povoação. Dessa forma, os processos incorporativos dos degredados de Guarapuava também perpassavam a execução de tarefas de responsabilidade do Estado.¹²⁷

Isso pode ser percebido pelos indícios presentes no relato de um fato bastante trágico acontecido em Atalaia. Na noite do dia vinte e seis de abril de 1825,¹²⁸ deu-se um ataque de grupos indígenas não-aldeados que viviam no sertão. Segundo o padre Chagas Lima, estes índios “barbaros” eram inimigos dos indígenas aldeados. Ao final do confronto, somaram-se vinte e oito mortes entre os mais de cento e trinta índios que se encontravam no aldeamento. Na sua maioria, as vítimas eram mulheres e crianças que estavam dormindo no local. Isso se deve principalmente ao fato de a maioria dos aldeados serem as índias e seus filhos, uma vez que os índios homens permaneciam a maior parte do tempo no sertão, retornando ao aldeamento apenas em determinados períodos do ano.¹²⁹

De acordo com os relatos do padre Chagas, que se encontrava pernoitando na aldeia para realizar alguns sacramentos na época da Páscoa e escapou do aldeamento com seu escravo às pressas logo que se viu sob ataque, a desastrosa defesa feita pelos indígenas aldeados, ajudados por apenas dois soldados, um colono e um único degredado casado com índia catequizada que morava em Atalaia deveu-se, sobretudo, à chegada inesperada e em grande número dos invasores.

Os indígenas de Atalaia, convivendo com os degredados e soldados ali estacionados, aprendiam a utilizar armas de fogo para situações de ataque. No entanto, como narra Chagas Lima na mesma correspondência, a habilidade dos mesmos com as armas não era das melhores. No início do ataque, um indígena sobrecarregou uma espingarda, que, ao ser disparada, acabou retrocedendo e arrancando os dentes do índio que a disparou.

Como descreve o padre Chagas, após a matança, a aldeia foi incendiada e quase completamente destruída pelos invasores. Os setenta e três indígenas que permaneceram na catequese junto ao padre tiveram que ser levados para um lugar bem mais próximo dos degredados. Primeiramente os nativos acabaram permanecendo na própria povoação, até que

¹²⁷ ARAÚJO, Elias de. (cabo de esquadra da expedição de Guarapuava) “*Relação das Praças de Tropa de Linha, Ordenanças e Prezos Sentenseados que se axão nesta Povoação*”. Op., cit. A partir dessa altura do texto, toda vez que citarmos a relação das Praças de 1826, estaremos nos referindo à esse documento.

¹²⁸ LIMA, Francisco das Chagas. Carta ao presidente da Província de São Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros. Data: 20 de maio de 1825. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 192, Ordem: 987.

¹²⁹ Uma discussão mais aprofundada a respeito da condição dos indígenas aldeados e dos então denominados “semi-bárbaros”, que avançavam e retrocediam constantemente a fronteira borrada do sertão, vide TAKATUZI, Tatiana. Op., cit.

pudesse ser construído, alguns meses depois, um novo aldeamento em separado, logo nominado “aldeia de Nova Atalaia”, construído a apenas seis quilômetros da povoação.¹³⁰

Novos passos da trajetória de José Gomes, após o ataque de abril de 1825, foram documentados dois meses depois, quando foi batizada solenemente no oratório da Freguesia a primeira filha do degredado com Bárbara Gatén: Josefa, de seis dias, teve como padrinhos o casal de povoadores José Caetano de Almeida e Anna Joaquina. Assim como nos outros batismos descritos no decorrer do trabalho, todos os dados referentes aos nomes e datas aqui citados são descritos na documentação eclesiástica da paróquia Nossa Senhora de Belém, já mencionada no início do capítulo.

Em 1826, numa relação das praças da tropa que se encontrava em Guarapuava, dos vinte e oito soldados, dois eram índios de Atalaia, contados nas tropas de linha, e onze ordenanças, responsáveis por vários trabalhos, como veremos no decorrer desse capítulo, eram degredados.¹³¹ Entre eles está relacionado novamente José Gomes, trabalhando sem a utilização de calceta de ferro presa aos pés - como acontecia aos degredados solteiros ou sem ofício específico - no “serviço da povoação”. Convém ressaltar nesse ponto, adiantando algumas questões que serão tratadas no tópico sobre os degredados fugitivos, que o uso de calcetas de ferro presas aos pés e a ausência de uniões matrimoniais está diretamente relacionado com as fugas perpetradas por um grupo de degredados entre 1827 e 1832, como veremos num tópico à frente.

Na lista de habitantes de 1832, José não é inserido quadro de degredados, constando como solteiro, mestiço e de apenas vinte anos de idade. Esses dados nos fazem acreditar que o José Gomes referido a partir de então na documentação não é o mesmo degredado que chegou em 1822, mas sim um soldado homônimo.

Após passar nove anos sem ser relacionado nas listas de habitantes da povoação, o soldado José Gomes reaparece na lista de habitantes de 1835, constando como “pardo”, livre, de trinta e nove anos de idade, e estando como militar estacionado. Como de sua propriedade consta a produção de trinta alqueires de milho e cinco de feijão além da posse de uma cabeça de gado vacum. Entretanto, sua condição civil é a de solteiro.

¹³⁰ LIMA, Francisco das Chagas. Carta do vigário ao governador da Província de São Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros. Data: 8 de abril de 1826. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 192, Ordem: 987.

¹³¹ Cf. LOURES, Antonio da Rocha. Relação das Praças de Tropa de linha, Ordenanças e Prezos Sentenseados que se axão nesta Povoação com declaração dos seus empregos como abaixo se mostra. Quartel da freguesia de Nossa Senhora de Belém aos 13 de março de 1826. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 192, Ordem: 987.

Em 1842, o soldado José Gomes é novamente relacionado como soldado. De cor parda, ele tem referida a idade de 38 anos, sendo morador do primeiro quarteirão da Freguesia. No entanto, junto consigo vive uma índia, Francisca, relacionada como agregada do soldado.

Dado que nos faz acreditar que o degredado José Gomes faleceu antes de 1832 é o registro do segundo casamento de Barbara Gatén, com outro degredado da mesma leva de José, acontecido em janeiro de 1832, onde é relacionado o nome da índia como viúva. Não encontramos o registro de óbito desse condenado, uma vez que a povoação ficou sem um reverendo permanente entre fins da década de 1820, com a saída de Chagas Lima em 1828, e a chegada de um novo pároco regular, acontecida somente em 1842.

Miguel de Málaga: de marinheiro a Diretor dos índios e Procurador dos proprietários

O percurso do marinheiro Miguel Morones Galafre denota, além de um processo incorporativo transpassado pelo casamento homogâmico no tocante à cor, uma trajetória de incorporação baseada no aumento do status em função da entrega de responsabilidades em relação à administração indígena. Através de seu percurso na povoação, podemos perceber o envolvimento dos degredados após a conclusão de suas penas com a mobilidade dos negócios de tropas, e ponderar sobre a questão do status daqueles degredados que se envolviam com o trabalho junto aos índios.

O marinheiro espanhol natural de Málaga, Miguel Morones Galafre foi o segundo degredado a se casar em Guarapuava, apenas três meses depois de José Gomes, entretanto seu casamento foi horizontal, ou seja, sua mulher também era branca, uma vez que em nenhum documento é mencionada a cor dos contraentes. Miguel chegou em março de 1822, ainda na primeira leva de degredados da carta de guia de 1821¹³². Solteiro, tinha vinte anos de idade e era filho legítimo de Bernardo Morones e Antonia Munhós.

A bordo do bergantin “Alliança das Nações”, de Isidoro do Botelho, também chamado “Isidoro do Congo” Miguel foi acusado do furto de trezentos mil réis, e depois condenado pela Junta de Justiça de São Paulo em cinco anos de degredo para Guarapuava. Ainda em novembro de 1822, Miguel Morones foi colocado junto com dois soldados e um paisano na proteção no aldeamento de Atalaia, sob autorização do padre Chagas Lima, como já citamos.

¹³² “Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

Suas ações junto aos índios podem ser notadas nos batismos de duas crianças kaingang recém-nascidas, em março de 1823.

O compadrio foi realizado juntamente com duas índias kaingang, uma delas, Gertrudes Ningá, sendo a futura esposa de outro degredado, cujo casamento aconteceu em dezembro daquele ano, e do qual o degredado espanhol fora padrinho, como veremos no decorrer desse capítulo. Em outro casamento, o padrinho referenciado junto ao degredado espanhol foi o cabo de esquadra Elias de Araújo, funcionário responsável pela elaboração do termo de apresentação de Miguel e dos demais degredados apresentados em 1822.

Um ano depois de sua chegada à povoação, em vinte e dois de março de 1823, casou com Maria Joaquina Ferreira, filha de povoadores de Castro que haviam se transferido para as novas terras em Guarapuava. Em seu registro de casamento é omitida a condição de degredado do espanhol Miguel. Seus padrinhos foram as mesmas autoridades presentes no casamento de José Gomes: o comandante Rocha Loures e o escrivão Francisco Aires Araújo.

Em correspondência já citada à Junta da Fazenda da província de São Paulo - órgão responsável pelo pagamento dos soldos das tropas de Guarapuava – em quinze de março de 1824, Antonio da Rocha Loures informava as autoridades paulistas da elevação do degredado Miguel Morones ao cargo de Administrador e Diretor dos Índios, além de transferir outros três degredados para a defesa do aldeamento. De acordo com Loures, a presença portuguesa em Atalaia era imprescindível para evitar ataques de grupos indígenas rivais dos aldeados, como segue:

Os Índios Cayerez, ou Macacos, seresentirão, huma vez que subirão estava guarneçada a Talaia degente portuguesa, com hua pessa de Artilharia. Não avendo como a experiência tem mostrado no Destacamento Soldado algum, que pudesse manter com honra este posto, senão hum de nome Joaquim Leite; em tal cazo de acordo com o Revº Sr. Vigario a sentamos nestes últimos tempos mandar para lá commandamos quatro homens, que vierão para esta Freguesia degradados pela Justiça, a saber Miguel Moraes Galafre vencendo o soldo de 90 reis por dia, como Administrador e Diretor dos Índios, e os mais sem soldo vensendo somente osmunicios, evistiarario moderado, que precisarem, os quais todos os cazados levarão suas mulheres consigo.¹³³

Nesse trecho, notam-se como os degredados estavam incorporados aos serviços próprios do Estado na defesa do aldeamento. O fato de estarem casados com indígenas aumentou o status dos condenados em relação aos soldados arregimentados na Povoação, sendo mais confiáveis e mais úteis que estes militares sem o estigma do degredo na defesa do aldeamento. Juntamente com suas esposas índias, os degredados também se mostravam úteis no aldeamento ao servirem de exemplo de vida conjugal monogâmica aprovada pela Igreja e pelo

¹³³ LOURES, Antonio da Rocha. *Correspondência às autoridades do Governo da Província de São Paulo em quinze de março de 1824*. AESP, Caixa 230, Ordem 1025.

projeto catequético e civilizatório de formação de casais “portugueses” em meio aos indígenas aldeados

Os Cayeres compunham um grupo kaingang não-aldeado e inimigo dos outros grupos kaingang que se encontravam no aldeamento, sendo eles os responsáveis pelo ataque de abril de 1825 que incendiou Atalaia e causou dezenas de mortes. Como podemos perceber, os casamentos desses degredados com indígenas permitiu sua transferência da povoação, onde teriam que permanecer trabalhando com calceta de ferro presa aos pés, para o aldeamento de Atalaia, onde estariam envolvidos num processo de incorporação de mão dupla, envolvendo degredados e indígenas, além de receberem os munícios e fardamento.

No caso do marinheiro espanhol Miguel Morones, que já se encontrava a mais de um ano no aldeamento, pela agregação da função na Administração e Direção dos índios nos trabalhos do aldeamento, foi incorporado um soldo do mesmo valor que o que era pago aos soldados das ordenanças da povoação: Miguel passou a receber noventa réis por dia.

Embora não estivesse casado com uma indígena kaingang, o degredado parece ter participado diretamente dos processos da assimilação através dos ritos religiosos. Depois de elevado ao cargo no aldeamento, o espanhol degredado foi padrinho de dois casamentos indígenas. No primeiro deles, acontecido em junho de 1824 numa casa particular da aldeia, Miguel apadrinhou os noivos kaingang aldeados juntamente com outro degredado casado com índia, seu compadre Mariano Antonio, marido de Gertrudes Ningá.

Miguel Morones também atuou como padrinho em quatorze dos trinta e quatro batismos de índios de diversas idades realizados na aldeia de Atalaia no ano de 1824. Desses batismos, dez foram realizados com sua esposa Maria Joaquina e os outros quatro com índias aldeadas, sendo dois deles novamente registrados em companhia da índia Gertrudes Ningá, casada com outro degredado, dos quais Miguel era padrinho de casamento, como já mencionamos e iremos tratar mais a fundo em seguida. Em março de 1825, juntamente com sua esposa Maria, Miguel foi padrinho do batismo de uma menina recém-nascida, Cândida, de pai e mãe kaingang, aldeados, com cerimônia solene no oratório da Freguesia, diferentemente das quatorze cerimônias análogas de que participou no ano anterior, na capela do aldeamento de Atalaia.

A incorporação dos ritos católicos junto aos indígenas na região de São Paulo no período Colonial foi entendida por John Monteiro como um processo de socialização e inserção do índio ao mundo hierárquico português, dito civilizado. Com efeito, o batismo significava para os agentes religiosos a imposição de uma distância definitiva da sociedade primitiva, e a introdução do cristianismo nas relações entre portugueses e indígenas tornou-se

legitimadora desse processo. Nesse sentido, a religião foi observada como a reafirmação das relações de dominação, em que o batismo seria o primeiro passo para incorporar o índio numa sociedade hierarquizada e subordinada por meio da tutela e do apadrinhamento.¹³⁴

Retornando à rotina da aldeia de Atalaia, ficamos sabendo pelos relatos da documentação que, em maio de 1825, depois do ataque e destruição do fortim do aldeamento de Atalaia, Miguel acabou sendo despedido do cargo, referido por Chagas Lima como “o Diretor Português, de quem se queixavão” os índios. De certo modo, parece que havia insatisfação do reverendo missionário com relação à presença de não-índios no aldeamento de Atalaia. Os moradores da região também criticavam o padre. Segundo Chagas Lima, em 1825, depois da luta que ocorreu no aldeamento — que acabou completamente destruído —, eles fizeram um requerimento a favor da extinção dos índios e da preservação dos menores, para serem vendidos¹³⁵. Em carta ao Governo paulista, o reverendo respondia aos moradores. Nas palavras de Chagas Lima, seu sacerdócio era questionado em três artigos principais:

- 1.º) Por que, dizem eles, o nosso reverendo vigário não corrigia aos índios batizados em seus desvarios?
- 2.º) Por que não quer ele consentir, que se mandem na presente ocasião escoltas de gente portuguesa sobre os selvagens malfeitores, que os extingam de todo?
- 3.º) Por que não tem aldeado; e agora mesmo não aldeia os índios dentro desta freguesia de Belém, ou lugar a ela contíguo?¹³⁶

O padre responde à primeira pergunta argumentando que, em 1824, quando quase todos os índios abandonaram Atalaia, ele foi a cavalo atrás deles, acompanhado de dois portugueses (certamente o espanhol Miguel entre eles) e de uma índia — “para servir de guia” —, e os trouxe de volta. Rendeu o diretor português de quem se queixavam e doou terras com gado contíguas à aldeia, “doação semelhante a aquela que um pai faz aos seus filhos”, sempre exortando o bem espiritual dos seus catecúmenos.

Em relação à segunda questão, argumentou que nas vilas de Lages e da Faxina os portugueses faziam “mortíferas entradas” contra o gentio, que tinham como retorno o medo permanente de vinganças que sofriam os moradores e os viajantes, nas estradas. Além disso, acusava-os de “querer tirar a sardinha das brasas com a mão do gato, na pretensão [...] de adquirir a posse das terras de Guarapuava com a extinção dos selvagens”. A parte mais contundente da resposta é quando ele explicita sua opinião a respeito dos soldados e sua inabilidade em relação aos índios:

¹³⁴ Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

¹³⁵ Carta ao presidente Lucas Antônio Monteiro de Barros. Freguesia de Nossa Senhora de Belém em Guarapuava, 20/5/1826. AESP, Offícios de Castro, caixa 192, ordem 987.

¹³⁶ Ibidem.

Que pessoas quereis vós sejam empregadas para guias dessas entradas ao sertão em que moram os selvagens? Porventura os índios restantes na Atalaya? Estes o não devem ser; porque seria isso concorrer para sua destruição total. Quais hão de ser os agentes dessas invasões? Meia dúzia de soldados, outros tantos de degradados, outros tantos de vadios dos campos gerais de Curitiba, que por aqui se juntam, dos quais sendo uns efeminados e outros temerários, todos sem experiência, que partido terão com aquelas feras humanas dentro dos bosques? Ali perecerão todos: entretanto rompida a boa inteligência em que estão há doze anos os selvagens com os portugueses, quem mais poderia parar em Guarapuava?¹³⁷

Finalmente, respondeu à terceira pergunta sem se dirigir aos colonos — alegando serem intrusos em matéria que não podiam julgar —, e sim ao presidente da província: “Os índios foram aldeados na Atalaya dentro das terras que lhes foram consignadas para sua vivenda como possuidores primários e originários do país. Agora mesmo depois do abrasamento da Atalaya não podem ser aldeados em outra parte senão nas mesmas terras suas (...)”¹³⁸.

A opinião de Chagas Lima também se refletia sobre o comandante da povoação, responsável pelo destacamento de degradados na aldeia. Quando tomou a frente da expedição o tenente Antônio da Rocha Loures, Chagas Lima tinha com ele alguma simpatia e amizade. Entretanto, alguns anos depois, Loures também foi alvo das reclamações de Chagas Lima, “Já mais não poderá ser conveniente, conservarem-se os comandantes de Guarapuava por muitos anos neste emprego. Dos que tem havido passados cinco ou seis anos de comando, discreparam bastante de seu primeiro zelo que todo se empenhava em promover com fervor o bem público da conquista”.¹³⁹

Todavia, mesmo com a destruição e mudança da aldeia e a exoneração do cargo junto aos índios, o espanhol Miguel continuou participando de serviços na povoação, juntamente com outros degradados, o que dá notas de que sua incorporação na aldeia e junto aos colonos ultrapassava os limites do que prescreviam suas atividades remuneradas como administrador e diretor dos indígenas.

Menos de um ano após sua saída da administração dos trabalhos no aldeamento de Atalaia, na relação dos soldados feita em março de 1826, Miguel Morones é referido como “cabo alvorado”, a maior patente entre os soldados e degradados relacionados entre os ordenanças, e indicado como “encarregado do serviço público”. Uma vez que outros dez degradados são mencionados nessa mesma lista em outras funções na povoação, torna-se possível afirmar que o cabo alvorado Miguel ficava responsável pelo trabalho dos demais

¹³⁷ Ibidem, p. 11.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ LIMA, Francisco das Chagas. Carta ao presidente Lucas Antônio Monteiro de Barros. Freguesia de Nossa Senhora de Belém em Guarapuava, 8/4/1826. AESP, Ofícios de Castro, caixa 182, ordem 987.

condenados na povoação, criando certa hierarquia de superioridade dentre os demais degredados.

Outro sinal de diferenciação entre os condenados está no fato de apenas três deles usarem calcetas de ferro presas aos pés. Essa diferenciação se aplicava justamente aos degredados que não tinham se casado até 1826¹⁴⁰ ou que chegaram à povoação sem constar que soubessem algum ofício. Dessa forma, a mão-de-obra especializada também gerava estratificações hierárquicas entre os degredados remetidos para Guarapuava.

Em 1827 se completavam os cinco anos da pena de Miguel Morones. Assim, na lista de habitantes de 1828 não encontramos dados referentes à sua presença na povoação. Entretanto, em 1829 o ex-degredado escreve e encaminha um ofício em nome dos proprietários de Guarapuava, endereçado ao comandante da Freguesia de Palmeira, sendo relacionado como “procurador dos proprietários” da freguesia de Guarapuava, e também em nome do comandante Francisco da Rocha Loures.¹⁴¹

No documento, escrito e assinado de próprio punho por Miguel Morones, os proprietários de Guarapuava pedem a manutenção da antiga picada aberta entre as duas Freguesias, uma vez que o novo caminho que estava sendo aberto pelo comandante de Palmeira possuía vários problemas. De acordo com o espanhol, escrevendo em bom português, a nova picada não possuía águas suficientes para a marcha das tropas de gado, além de atravessar uma região habitada pelos “Bugres bravos” e ser repleta de mato fechado.

Segundo os suplicantes representados na carta, o antigo caminho de nove ou dez léguas entre as duas localidades era muito mais seguro, pois, além das águas para os animais, cortava campos onde são a maior parte de “descortinados matos” que evitavam os sustos com o gentio. Esperando que fosse convencido da manutenção do caminho já existente, o qual deveria passar por um serviço de conservação, Miguel Morones encerra a carta esperando que se evitassem os prejuízos daquele grande e dispendioso trabalho.

O trânsito e comércio de gado entre as duas freguesias refletem a ligação dos proprietários das duas localidades. Como escreve Miguel, diversos fazendeiros de Palmeira haviam enviado prepostos para cuidar de novas terras angariadas em Guarapuava. De outro modo, habitantes de Guarapuava sem ligação familiar direta com Palmeira aproveitavam a existência de comerciantes e entrepostos comerciais na outra freguesia para comercializar seus animais com outros fazendeiros, tropeiros e comerciantes estabelecidos em Palmeira.

¹⁴⁰ ARAÚJO, Elias de. (cabo de esquadra da expedição de Guarapuava) “*Relação das Praças de Tropa de Linha, Ordenanças e Prezos Sentenseados que se axão nesta Povoação*”. Op., cit.

¹⁴¹ MORONIS, Miguel. “Procuração em nome dos proprietários de Guarapuava, endereçada ao comandante da Freguesia de Palmeira. 27 de janeiro de 1829”. AESP, caixa 192, ordem 987.

Casado coma filha de ex-moradores de Castro, Vila bastante próxima da Freguesia Palmeira, Miguel Morones deve ter entrado nos negócios da família, se valendo da rede de relações de negócios já existente por parte da família de sua esposa, passando a ser proprietário e a “viver sobre si”, passando a ser morador itinerante das três localidades.

Não temos dados sobre suas idas a Palmeira ou Castro, entretanto, essa condição fica clara na lista de habitantes de Guarapuava de trinta de abril de 1832, último documento que faz menção a Miguel Morones em Guarapuava. Relacionado como branco e casado com Maria Ferreira, ela com vinte e cinco anos de idade e ele já com trinta e dois, Galafre “vive de seus negócios” enquanto cria sua filha Valeriana, de três anos de idade.

Sua trajetória demonstra um processo de incorporação horizontal de profunda mudança, uma vez que, de marinheiro de um bergantim, o espanhol Miguel Morones Galafre passou a administrador e diretor civil de um aldeamento religioso indígena, depois a cabo alvorado responsável pelo trabalho público de outros degredados, para então desaparecer da documentação em meio a seus negócios como negociador de tropas, assimilado e sendo posto como representante dos proprietários de toda a povoação nos trâmites de um processo movido pela mobilidade do tropeirismo oitocentista.

Felix Pereira, o soldado jornaleiro e padrinho dos índios

A trajetória do degredado Felix Pereira também traz novas reflexões sobre os processos incorporativos junto aos indígenas aldeados através dos sacramentos cristãos do casamento e do batismo. A percepção de que, mesmo com o final de sua pena, Felix não se retira da povoação denota um forte processo de enraizamento baseado na família, no trabalho na agricultura.

Participante da segunda leva de soldados de Santos envolvidos no levante de 1821¹⁴² e condenados pela Junta de Justiça de São Paulo em dezembro daquele ano, Felix Pereira chegou a Guarapuava em vinte e dois de maio de 1822 com seu processo na carta de guia mencionando-o como homem livre, solteiro, natural da Vila de Conceição do Itanhaém, povoação distante vinte e cinco léguas de Santos. Com vinte anos de idade, Felix só poderia retornar à sua terra natal quando tivesse o dobro de sua idade, ou seja, depois de cumprir vinte anos de degredo.

¹⁴² “Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821”. Op., cit.

Menos de um ano depois de ser remetido preso em ferros até a povoação, e apenas um dia depois do casamento do degredado Miguel Morones, Felix Pereira contraía matrimônio com Genoveva Iagnan, índia de dezenove anos, batizada solenemente três anos antes na capela de Atalaia. No registro de casamento do casal consta a paternidade do degredado e da índia, sendo ele filho legítimo de Antonio Pereira e Filippa de Oliveira, e Genoveva constando como filha dos índios Erarê e Iangrain. A relação dos padrinhos desse casamento misto seguia o mesmo padrão descrito anteriormente: Antônio da Rocha Loures e o escrivão e cabo da esquadra Elias José do Espírito Santo são relacionados na cerimônia, que aconteceu no oratório da Freguesia.

Um ano depois, após ser transferido em março de 1824 juntamente com José Gomes, Miguel Morones e outros dois degredados (dos quais trataremos mais à frente) para o aldeamento de Atalaia, já percebemos sinais da incorporação do degredado junto aos indígenas. Dos trinta e quatro batismos de índios, entre recém nascidos e índias viúvas de cerca de cinquenta anos de idade, realizados pelo padre Chagas Lima naquele ano, sete tiveram Felix Pereira como padrinho, todos eles realizados solenemente na capela da aldeia de Atalaia.

Sua esposa Genoveva participou de cinco destes sacramentos, sendo madrinha também em outro batismo de recém-nascido naquele mesmo ano, juntamente com o líder indígena que postulou o lugar de Antonio José Pahy, o índio Luís Tigre Gacom. Da mesma forma, Felix acompanhou outra índia, Andreza Grendoró no batismo de uma moça kaingang de dezesseis anos, e, juntamente com a indígena Manuela Coctain, participou do apadrinhamento de batismo de uma índia de mais de cinquenta anos de idade ainda em 1824. A trajetória de Felix se assemelha bastante com a de não-brancos livres pobres em processo de incorporação estudados por Hebe Maria Mattos. De acordo Hebe,

A formação de uma família, sancionada pela Igreja Católica, implicava um certo tempo de permanência na área, convivência e aceitação por parte das outras famílias já existentes na região, formando um leque de relações que tendia a se ampliar, através do batismo dos filhos e das relações de parentesco ritual (compadrio) que gerava. A mobilidade em liberdade representava, assim, uma potencialidade de romper o desenraizamento e de reinserção social no restabelecimento da trama de relações pessoais e familiares.¹⁴³

Após o ataque ao fortim Atalaia em 1825, Felix Pereira não voltou a participar dos sacramentos de indígenas, sendo relacionado na lista das praças destacadas na Freguesia, em

¹⁴³ MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudoeste Escravista* (Brasil, séc. XIX). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p.28.

1826, como soldado dos ordenanças, trabalhando sem o uso de calceta aos pés na “factura da farinha”, na povoação.

Dois anos depois, quando, pelos cálculos da idade mencionada a Felix na carta de guia de sua chegada, ele estaria com vinte e sete anos de vida, o mesmo é relacionado como “degradado” de quarenta e dois anos de idade. Pardo e casado com índia não relacionada, o degradado de Itanhaém é ainda distinto como “proprietário” nessa lista nominativa de 1828.

Em 1830, numa lista de indígenas aldeados, no tópico dos “portugueses casados com índias”, além de outro degradado e outros dois homens que não eram condenados e que estavam casados com índias, está relacionada “Genoveva casada com Fellix”. Nas listas nominativas seguintes, as mudanças em sua condição são apresentadas aos poucos. Relacionado como marido de uma das indígenas em doze de novembro de 1831, com idade declarada de quarenta anos, o soldado degradado está nominado com “Genoveva sua mulher”. Felix ainda é mencionado com uma agregada - a menina Anna, branca, solteira e de onze anos de idade.

Na lista de empregados e povoadores existentes na povoação em trinta de março de 1832, feita pelo comandante Rocha Loures, a referência a Felix Pereira mantém a menção ao casamento com índia. Relacionado com a mesma idade de quarenta anos, o que muda nesse documento é a referência à cor do degradado, denominada Mestiça ou Mulata. No ano seguinte, a listagem dos povoadores o menciona da mesma forma, acrescido de um ano na idade.

Informações menos lacônicas só são encontradas na lista de 1835, quando o degradado Felix, com trinta e nove anos de idade mencionados, é denominado índio, livre, e de ocupação descrita como “jornaleiro”. Sua mulher também sofre mudanças na descrição, sendo nominada de Genoveva Joaquina, num claro processo de incorporação dos nomes portugueses por parte dos índios, desprendendo-se até mesmo do sobrenome de descendência indígena. Genoveva também é descrita como índia, com trinta e cinco anos de idade, no entanto, sua cor denominada é “branca”.

Felix só volta a aparecer na documentação com a descrição lacônica de sua condição de degradado na lista de habitantes de 1840. Em 1842 sua pena de degredo expiraria, podendo sair da povoação e retornar às vilas próximas a Santos, de onde veio remetido. Todavia, ele permaneceu na povoação. Quatro anos depois de cumprida sua pena, Felix deixava viúva a índia Genoveva, em dezessete de outubro de 1846. Em seu registro de óbito, novamente a idade do degradado é alterada, sendo relacionado como tendo mais de cinquenta anos de idade.

Athanazio Lopes, de soldado amotinado a “feitor das índias”

Através da trajetória de Athanazio Lopes, queremos realizar reflexões sobre os processos de manipulação das identidades através da cor atribuída, assim como sobre a acumulação de bens nas condições dessa situação que combina fronteira agrária, violência, deslocamentos de pessoas e relações interétnicas.

Seguindo essa mesma linha de trajetórias de incorporação, encontramos indícios na documentação referentes ao liberto Athanazio Lopes, com um processo de incorporação bastante interessante do ponto de vista do status adquirido por um pardo pobre.

Solteiro e também natural da Vila de Conceição de Itanhaém, Athanazio era soldado na praça de Santos em 1821, e esteve envolvido na revolta iniciada pelo primeiro batalhão de caçadores, do qual fazia parte, quando foi preso. Condenado em dezembro de 1821¹⁴⁴, o soldado Athanazio, de vinte e seis anos de idade, deveria passar vinte anos em degredo na Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

Passados sete dias do casamento de Felix da Silva e Genoveva Iagnan, Athanazio Lopes se casou com a índia kaingang Clemência Maria Aranheram, também de dezenove anos de idade, batizada em 1815 aos onze anos de idade, tendo como padrinhos de batismo o então comandante Diogo Pinto e sua esposa. Mostra-se instigante a constatação de que a índia Clemência Maria já havia batizado um filho seu, o recém-nascido Manuel – primeira criança batizada no recém-construído oratório da Freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava, em julho de 1822. Filho de pai incógnito, o mesmo não mais aparece na documentação que envolve sua mãe, o que presume sua criação por outras pessoas da família ou outros indígenas do aldeamento, sob alguma forma de apadrinhamento de criação indígena.

A cerimônia de casamento de Felix e Clemência foi também realizada no oratório da Freguesia, em vinte e nove de abril de 1823, sendo a união apadrinhada pelo sempre presente, comandante Rocha Loures e o ajudante de cirurgia Gabriel José Mendez.

É digno de nota o fato de Gabriel Mendez fazer parte do grupo dos nove soldados de linha da povoação. Em 1826, ao enviar carta liberando um desses soldados que se encontrava com enfermidade grave e necessitando de tratamento adequado, Rocha Loures acabou explicando que todos aqueles nove soldados tinham sido enviados do “Regimento de

¹⁴⁴ “Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821”. Op., cit.

Cassadores da Villa e Praça de Santoz”, estando ali estacionados desde 1816. Assim sendo, percebemos que o envio dos soldados degredados da mesma vila em 1822 seguia um padrão de envio já iniciado quase uma década antes.

Tal como os degredados já mencionados, Athanazio também passou um período residindo na aldeia de Atalaia, entre fins de 1823 e início de 1825. Nesse tempo, não apadrinhou nenhum catecúmeno kaingang. Tal evento só aconteceu depois da destruição de Atalaia e da mudança dos aldeados que restaram para local mais próximo da sede da povoação. Numa passagem da narrativa de Chagas Lima referente à fuga que teve que fazer em meio ao ataque que destruiu Atalaia e matou mais de vinte índios aldeados em 1825, o padre cita o texto de Santo Atanazio, “Apologia de sua fuga”, onde o doutor da Igreja, que viveu em Constantinopla no século IV, narra as fugas que teve que realizar em meio aos ataques e invasões das tropas de Jorge da Capadócia.

Coincidentemente, Santo Atanazio também fora sentenciado ao exílio durante sua vida, passada a maior parte dela fora de Constantinopla¹⁴⁵. O pardo Athanazio Lopes seguiu a mesma proporção de tempo longe de sua terra natal, não retornando mesmo após seu degredo ter acabado. Mas, será que ele queria voltar? Em junho de 1825, o degredado batizou juntamente com sua esposa Clemência Aranheran a também índia Maria, recém-nascida, filha de pai e mãe kaingang aldeados.

Na relação das praças da tropa de linha enviada às autoridades da província de São Paulo pelo comandante Rocha Loures em março de 1826, Athanazio é relacionado entre as tropas de ordenança como degredado trabalhando sem o uso de calceta de ferro presa aos pés, “na factura da farinha” da povoação. Dois anos depois em meio à lista de habitantes de 1828, Athanazio consta como “Pardo” casado com índia não denominada, com quarenta e três anos de idade, sendo “proprietário” na povoação.

Em outubro de 1830, o degredado pardo consta na relação de índios da Freguesia - tão próxima da aldeia de Nova Atalaia que a mesma já era considerada parte da Freguesia – como casado com Clemência, ela já com vinte e seis anos de idade e três filhos da união com Athanazio. Francisco e Anna Maria tinham dois anos, outra menina, recém-nascida, aguardava o batismo para receber um nome.

Um ano depois, na lista de índios existentes na povoação, Athanazio é relacionado como marido de Clemência, e sua filha mais nova já consta com o nome de Vitorianna, de um ano de idade, junto com seus irmãos já mencionados, todos batizados. Três meses depois, o

¹⁴⁵ Cf. ATANÁSIO, Santo. *Apologia de sua fuga*. São Paulo: Paulus, 2002.

condenado é referenciado na lista de degradados, em meio aos povoadores, como Mestiço, de quarenta e seis anos de idade e, da mesma forma, casado com índia. Os mesmos dados se mantêm na lista de 1833, com exceção da idade, que diminui cinco anos, e do fato de não constar o nome dos filhos.

Anexo a essa mesma lista de 1830 segue um “Mappa da Força do Destacamento de Guarapuava”,¹⁴⁶ escrito em outubro de 1834, que nos fornece uma importante informação sobre a trajetória de Athanazio Lopes. Nesse documento, sem constar nomes, o número de degradados relacionados é maior que o de soldados destacados: enquanto este último grupo compõe-se de treze homens, entre eles índios que também venciam soldo, os degradados acabam por somar quatorze pessoas. Todavia, com referência aos degradados, três eram mulheres (as quais estão relacionadas mais à frente), quatro degradados são isentos dos serviços públicos e seis homens são empregados nos trabalhos da povoação, sem receber vencimentos.

Entretanto, em nota de observação ao final do documento, ficamos informados de que um degradado estava omitido desses números, pois exercia o cargo de Diretor dos Índios, vencendo soldo de quatro mil réis por mês. Seu salário era baixo se comparado ao do ferreiro da expedição, que recebia o dobro, oito mil réis. Por outro lado, seus rendimentos eram superiores ao dos soldados índios e da pequena tropa de ordenanças da povoação, relacionados no mesmo “Mappa” com soldos de noventa réis diários, não ultrapassando os três mil réis mensais. Enquanto o número de soldados mantidos nas ordenanças somava seis pessoas, os índios em serviço não ultrapassavam três indivíduos, como explica Rocha Loures em outro ofício ao governo, escrito em 1832. No entanto sua presença era fundamental nos quadros da povoação.

Os indícios que nos levam a afirmar que o diretor dos índios aldeados em Nova Atalaia, referido no documento acima, era o degradado Athanazio Lopes, estão presentes na lista de habitantes de Guarapuava de 1835. Com quarenta e um anos de idade, e referenciado como “Índio livre”, o degradado tem como ocupação o cargo de “Feitor das Índias”. Além de constar que o “índio” Athanazio recebia soldo, a lista também menciona a propriedade de um prédio urbano onde mora com sua esposa, a índia Clemencia, já com trinta e cinco anos de idade e de cor denominada “branca”. É instigante percebermos nesse caso como se dá o processo de manipulação das identidades e fronteiras nessa situação que combina fronteira agrária, violência, deslocamentos de pessoas e “contatos” interétnicos e inter-situacionais.

¹⁴⁶ LOURES, Antonio da Rocha. *Mappa da Força do Destacamento de Guarapuava*, outubro de 1834. AESP, caixa 230, ordem, 1025.

Em 1835, a produção agrícola de Athanazio se resumia a vinte alqueires de milho e à mesma quantidade de feijão. Também consta a propriedade de duas cabeças de gado e de três porcos. Nessa lista, dos filhos que o casal tem são referenciados apenas dois, Uma delas com nome diferente: Maria, de dez anos de idade, e Vitoriana, de apenas sete anos. Francisco, o filho homem, pode ter sido enviado para trabalhar e viver como agregado na propriedade de algum fazendeiro, ou mesmo ter falecido. Porém, há uma lacuna nos registros de óbito da década de 1830, em função da troca de sacerdotes, que impossibilita a avaliação desses dados.

Na função de diretor, vivendo em campos anexos ou próximos aos terrenos destinados aos índios desde o início da colonização da região, o destino da produção de Athanazio Lopes pode ter sido a alimentação dos próprios índios aldeados. Era o que acontecia ao diretor, anterior, que havia ficado no cargo depois da destruição do fortim de Atalaia e da dispensa de Miguel Morones no cargo, entre 1825 e o início da década de 1830, quando Athanazio assumiu o cargo.

Estamos falando de Antonio Villa Nova, homem pobre remetido sob ordens do imperador D. Pedro I, ao que tudo indica sem crimes a pagar, juntamente com outros quatro indivíduos, a fim de serem “úteis ao aumento dessa conquista”, em dezembro de 1822. No mesmo documento em que comenta a chegada destes homens, Rocha Loures informa que já lhes fornecera terrenos para que comesçassem seus trabalhos¹⁴⁷. Em ofício ao governo da província escrito em outubro de 1830, o comandante Loures informa que, como administrador das índias, Vila Nova recebia soldo de quatro mil reis mensais desde que assumiu o posto, em abril de 1827.¹⁴⁸ Esse salário se manteve para Athanazio.

Todavia, como comenta Loures em outra correspondência ao governo paulista, era muito pouco seu ganho, uma vez que gastava tudo com as índias. Com o elevado número de mulheres aldeadas sem os maridos, ou viúvas em função da cultura bélica dos kaingang, eram elas que compunham a parte aldeada que realizava trabalhos previstos pela administração portuguesa aos índios. Nesse ínterim, a função de Villa Nova era a de administrar as índias nos trabalhos na roça: “isto hé, colher, plantar, carpir, menos rossar”.¹⁴⁹

Não temos informações de até quando Athanazio permaneceu nessa função. Na lista de habitantes de 1840, assim como para todos os degredados arrolados, as informações são mínimas, constando apenas sua condição de degredado. Dois anos depois, em 1842, o

¹⁴⁷ LOURES, Antonio da Rocha. *Relação de Cinco Homens que vierão para esta Expedição*. Ofício ao governo da província de São Paulo em 10 de Dezembro de 1822. AESP, caixa192, ordem 987.

¹⁴⁸ Cf. nota inserida no livro de batismos da paróquia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, Villa Nova havia assumido o cargo de Diretor da Aldea de Atalaia em 30 de abril de 1827.

¹⁴⁹ LOURES, Antonio da Rocha. Ofício ao governo da província de São Paulo em 26 de Outubro de 1830. AESP, caixa192, ordem 987.

degredado feitor das índias completava seus vinte anos de degredo, podendo se retirar da povoação, caso fosse de sua vontade.

Entretanto, no “Rol de Parochianos da Freguesia de Belém de Guarapuava” desse mesmo ano, produzido pelo padre Antonio Braga de Araújo, Athanazio consta como morador do primeiro quarteirão da Freguesia, com cinquenta e oito anos de idade, casado com Clemência, de quarenta anos, e com as filhas Anna Maria e Vitoriana com dezesseis e quatorze anos, respectivamente. Além disso, são mencionados três agregados ao quadro familiar de Athanazio: Manoel e Antonio do Amaral, de vinte e dois e vinte e sete anos de idade, respectivamente, são arrolados juntamente com Francisco, criança de apenas quatro anos de idade. Certamente, os dois mais velhos eram irmãos.

Para o jovem, migrante ou forro, capaz de realizar determinadas funções que exigiam um certo nível de especialização, a forma mais fácil de se conseguir terras era através da condição da agregados. Nesse caso, os agregados de Athanazio não poderiam exigir terras de um não-branco livre sem muitas posses. Caso fossem recém-chegados à fronteira aberta, trabalhando temporariamente para o ex-degredado, poderiam conseguir estabilidade e conhecimento do sistema de acesso à terra na região, além de estarem afirmando suas condições de liberdade frente à realidade da escravidão.¹⁵⁰

Vinte e um anos mais tarde, em abril de 1863, o padre Antonio Braga retornaria a listar o “Rol de moradores da Freguesia de Belém de Guarapuava, Bispado de São Paulo”. Nesse documento, Athanazio, já com setenta anos de idade, continua mencionado como morador de Guarapuava, estando ainda casado com a índia Clemência Maria. De quarenta e cinco anos de idade presumidos na lista. Athanazio havia se mudado, passando a viver no segundo quarteirão de Guarapuava, e, como agregado, mantinha Pedro, de dezoito anos e ainda solteiro, e Raymundo, de nove anos de idade, ambos relacionados como netos do casal.

A trajetória de Athanazio em Guarapuava só iria ter fim em 1869, vinte e sete anos depois de concluída sua longa pena de degredo. Em vinte e seis de março daquele ano, em seu leito de morte, já enfermo, recebeu a extrema unção e a absolvição sacramental dada pelo padre Antonio Braga, não podendo se confessar, pois já estava privado da fala. Athanazio deixou a índia Clemencia viúva naquele mesmo dia. Constando em seu registro de óbito a idade de mais de oitenta anos, não é mencionada a condição de ex-degredado, que o trouxe para a região.

¹⁵⁰ Cf. MATTOS, Hebe Maria. Op., cit., p.47.

Mariano Antonio: de padrinho de casamentos a viúvo precoce

Com a história de Mariano Antonio, queremos refletir sobre a violência presente nos processos de contato em meio à fronteira aberta. Fechando o quadro dos quatro degredados que se casaram com índias no ano de 1823, encontramos dados sobre a trajetória do soldado do regimento de Santos, Mariano Antonio, apresentado em Guarapuava na segunda leva de degredados descritos na carta de guia de 1821¹⁵¹. Depois de caminhar por meses acorrentado a outros degredados, entre eles José Gomes e Felix Pereira, Mariano chegou à povoação em maio de 1822, tendo sua condição denominada na carta de guia como sendo, liberto, solteiro, também natural de Conceição de Itanhaém, no litoral paulista próximo de Santos, e de vinte anos de idade. Envolvido na revolta de 1821 de maneira mais branda, o soldado deveria passar dez anos em degredo na Freguesia de Guarapuava.

Em dezembro de 1823, pouco mais de uma semana antes de seu casamento, Mariano foi padrinho de quatro crianças kaingang. Em dois casos, a madrinha foi sua noiva, a índia Gertrudes Ningá. Em outras duas situações, o degradado acompanhou outras índias no apadrinhamento dos neófitos kaingang. Uma semana depois do último batismo de que participou naquele ano, em dezesseis de dezembro, casou-se com Gertrudes Ningá, índia do aldeamento. Diferentemente dos três casamentos mistos anteriormente citados, Mariano e Gertrudes se casaram na capela de Atalaia, e tiveram como padrinhos, além do cabo Elias de Araújo, o degradado Miguel Morones Galafre.

O ritual realizado em meio aos indígenas aldeados poderia servir de exemplo a outros casamentos cristãos entre os indígenas, fomentando a monogamia apregoada pelo padre Chagas Lima. É digna de nota a constatação de que os únicos casamentos envolvendo indígenas no ano de 1823 foram os quatro casamentos mistos dos degredados José Gomes, Felix Pereira, Athanazio Lopes e, por último, de Mariano Antonio.

Ao que tudo indica, Mariano e Gertrudes permaneceram em Atalaia até o início de 1825. Em julho de 1824, o casal apadrinhava a índia Maria Mangrê, de vinte anos de idade, numa cerimônia de batismo realizada solenemente na capela do aldeamento. Um mês depois, foi a vez de o casal misto acompanhar o sacramento do menino kaingang Joaquim Pororom, de oito ou nove anos de idade, também batizado em Atalaia.

¹⁵¹ “Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821”. Op., cit.

Outro ponto importante a ser notado em relação à incorporação de mão dupla de Mariano nos processos incorporativos junto aos kaingang aldeados, diz respeito aos casamentos realizados em 1824. Naquele ano, dos dezenove casamentos horizontais entre índios sacramentados, nove tiveram apadrinhamento de degredados. Um em especial, realizado “em casa particular da aldeia” no mês de junho, entre o índio Custodio Frangrein e a kaingang Ignes Guaiaandó, teve como padrinhos dois degredados, Mariano Antonio e Miguel Morones.

Mariano ainda participaria de sete casamentos no segundo semestre daquele ano. Quatro deles foram apadrinhados no mês de agosto, em companhia de Manoel Antonio Villa Nova, o mesmo povoador enviado da Corte, que anos depois se tornaria diretor das índias, e que participou de outros seis casamentos e de doze batismos kaingang no mesmo período. Mariano Antonio também apadrinhou, antes do final do ano de 1824, outros três casamentos em companhia do cabo Joaquim Leite, mencionado no início daquele mesmo ano por Rocha Loures como o único soldado que podia manter com honra a guarda de Atalaia presente no aldeamento, também sendo padrinho de um batizado kaingang no oratório da Freguesia. Esses dados nos revelam as sociabilidades mantidas pelos degredados com indígenas e demais pessoas na povoação, permeando processos incorporativos múltiplos.

Referência que ressalta a incorporação do degredado Mariano no aldeamento está na menção ao local de realização das cerimônias de casamento das quais foi padrinho no mesmo ano. Todos os oito sacramentos foram os únicos ministrados por Chagas Lima na própria capela da aldeia de Atalaia.

Convém lembrar que os dezenove casamentos entre indígenas aldeados realizados em 1828 equivalem a maior número que todos os casamentos dessa natureza realizados desde o início da chegada dos índios à aldeia, em 1812, que somavam até então apenas dezesseis uniões sacramentadas. Também é maior que os demais casamentos entre índios e índias realizados no período posterior a 1824 até a última união kaingang documentada, referente ao ano de 1856. Ao todo, nesse período de mais de trinta anos, foram registrados apenas outros dezesseis casamentos monogâmicos sacramentados.

Retornando a focar a trajetória do soldado degredado Mariano Antonio, percebemos na lista de praças das tropas de linha, ordenanças e presos sentenciados na povoação, que ele permanece realizando serviços não estipulados na região. Assim como os demais degredados casados em Guarapuava, depois da destruição do fortim Atalaia, Mariano não usava calcetas de ferro presas aos pés na execução desses serviços. Na lista de habitantes de Guarapuava

referente ao ano de 1828, já com vinte e seis de idade, o pardo Mariano continua casado com índia não denominada, e mantém uma propriedade também não estipulada na povoação.

A trajetória de Mariano sofre modificações em outubro de 1830, quando sua esposa kaingang, Gertrudes Ningá, foi assassinada por outros índios enquanto trabalhava no monjolo da povoação, onde Mariano também ajudava na “factura da farinha”. Tal fato se deu no dia doze daquele mês. Em carta narrando o fato às autoridades paulistas, o comandante Rocha Loures afirma não saber se o ataque havia sido feito por índios “mansos” ou “bravos”, uma vez que sete dias depois do assassinato de Gertrudes, um grupo de cinco índios “mansos” já aldeados e evadidos de Atalaia anteriormente, tinham saído novamente da aldeia de Nova Atalaia.

A suspeita sobre esses índios recaía no fato de que no mesmo dia em que se ausentaram, haviam atacado a fazenda de Anna Maria de Jesus, a três léguas da Freguesia. Pelas três horas da tarde, os mesmos chegaram à casa da fazenda, onde se encontravam três homens armados de espingardas e duas mulheres. Dizendo que estavam seguindo para se apresentar na Freguesia, os cinco kaingang pediram algo para comer, pedido que, pelo medo de não agradar os mesmos, foi atendido prontamente pelos moradores. Entretanto, logo os índios aproveitaram um momento de desatenção dos homens da casa para avançar sobre eles com facas, lanças e porretes, matando um deles, José Francisco Ferreira, e ferindo outro com uma lança no braço. O terceiro homem da fazenda, “peleando forte”, conseguiu tomar a faca da mão de um dos índios, matando-o logo em seguida com a mesma faca. Feito isso, os outros índios fugiram, levando consigo duas espingardas.

De acordo com a narrativa feita por Rocha Loures para sensibilizar as autoridades paulistas, desde a destruição do fortim de Atalaia, os ataques dos indígenas do sertão aos que buscavam refúgio no aldeamento desatendido de proteção havia aumentado. Todavia a proteção que os soldados da povoação poderiam dar se restringia ao período das colheitas, pois os ataques e emboscadas aos povoadores também passaram a ser mais freqüentes, atrasando a colheita e o feitiço de novas roças naquele ano.

Com um número de sete soldados e alguns ordenanças, Rocha Loures se queixava daqueles números serem suficientes apenas para a guarnição da Freguesia. Assim, comunicava sobre a necessidade de envio de maior número de soldados da vila de Castro, entre trinta e quarenta homens, a fim de realizar diligências sobre os índios no sertão, assim que estas fossem autorizadas pelo governo provincial. Ainda de acordo com Rocha Loures, os povoadores de Guarapuava não poderiam fazer esse trabalho, pois deixariam suas famílias desprotegidas, além de muitos deles estarem trabalhando na melhoria da estrada para Curitiba,

onde sete homens tinham sofrido uma emboscada dos índios, conseguindo, com sorte, fugirem ilesos.

No entender de Rocha Loures, a povoação, já contando com mais de vinte mil animais nas propriedades, não poderia retroceder por causa dos ataques indígenas. Nesse período entre 1826 e 1830, o medo grassava, a discórdia e a violência eram uma constante nas relações com os índios do sertão. Conviver mais de perto com os kaingang, tal como os degredados casados com índias ou no serviço junto dos aldeados não devia ser tarefa fácil. Tal sentimento por parte dos povoadores pode ser sentido no seguinte trecho:

Mas sempre me desgosta a terra em razão de grande perigo de bugres em que sempre se vive [...] Eu vivo em tal cautela que mudei a minha cama para o armazém que estou entregue dele por ser casa de pedra e coberta de telha e logo que da Ave-Maria fecho-me e conservo uma arma de fogo carregada e vivo sempre pronto para o que pode suceder.¹⁵²

Essas palavras são do Praça Francisco Manoel de Assis França, morador da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, Guarapuava, e foram escritas para sua mãe, moradora de Curitiba, em 1828. Este também foi o ano em que o padre Chagas Lima interrompeu seus relatórios sobre a expedição em Guarapuava. O tom apocalíptico de Chagas Lima se encerrava, e a premência da violência ainda era um denominador comum daqueles que moravam na região. Depois do fim de Atalaia e da saída do missionário Chagas, índios considerados mansos e bravos se imiscuíam no mesmo grupo, vivendo cada vez mais próximos e com contatos mais constantes e diretos com os demais povoadores. A fronteira, já borrada, entre aqueles que viviam no sertão e no aldeamento, era cada vez menos nítida.¹⁵³

Nesse sentido, podemos refletir sobre a motivação de cada ator para participar dessas batalhas, fossem elas físicas, morais ou culturais. Os processos de incorporação que envolviam os colonos, degredados e indígenas também consistiam num processo doloroso, muitas vezes violento.

Como sugere Silvana Cassab Jeha¹⁵⁴, admitir a violência é fundamental, mas deve-se compreender como se dá a sobrevivência e incorporação desses grupos ou indivíduos em processo de colonização, a fim de narrar também a história dos viventes e incorporados, e não só a dos mortos e mal adaptados. Os índios, apesar de todas as mudanças, mantiveram muitos princípios básicos de sua cultura, entre eles, incluída a guerra.

¹⁵² “Carta de Francisco Manoel de Assis França, praça acantonado na freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava”. Apud. MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios kaingang: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994, p. 135.

¹⁵³ Sobre as relações entre os indígenas aldeados e a fronteira borrada com o sertão, ver TAKATUZI, Tatiana. Op., cit., especialmente o capítulo dois.

¹⁵⁴ JEHA, Silvana Cassab. Op. cit.

Depois do acontecido, o degredado Mariano Antonio, viúvo, aparece na lista de povoadores de 1832 com denominação de cor Mestiça ou Mulata, e trinta e cinco anos de idade. Um ano depois, na lista de janeiro de 1833, ele é referenciado com a mesma denominação de cor, de estado civil “solteiro”, e trabalhando como “jornaleiro”. No ano anterior, sua pena de dez anos de degredo havia expirado. Sem dados que comprovem seu retorno às povoações próximas de Santos, sabemos ao certo que Mariano Antonio não permaneceu em Guarapuava por muito tempo depois disso. Viúvo e sem filhos, pôde viver de seu trabalho em qualquer uma das vilas paulistas, uma vez que o mesmo não é relacionado mais na documentação a partir de 1833.

José Moreira, “cidadão votante”

A partir da trajetória de José Moreira, podemos refletir sobre a incorporação dos degredados que estavam presentes em Guarapuava na segunda metade do século XIX, e que puderam participar do processo de escolhas das lideranças da então Vila de Guarapuava, denotando a incorporação em meio aos “homens de bem” da freguesia.

José Moreira da Silva foi o precursor de três degredados remetidos que se casaram com índias kaingang em Guarapuava na década de 1830, além de ser o primeiro condenado que não havia sido remetido por ser soldado sentenciado do regimento de Santos a formar esse tipo de união. Solteiro, nascido na Vila de Guaratinguetá e de apenas dezoito anos de idade, era também o degredado mais jovem enviado na primeira leva de condenados que chegaram remetidos à povoação em março de 1822¹⁵⁵.

Como nos outros processos das cartas de guia referentes a degredados civis, nos dados de José Moreira constam o nome de seu pai, denominado apenas pelo sobrenome, “Brás e Moreira”. O nome de sua mãe não é relacionado, o que sugere que já fosse órfão de mãe. Condenado pela Junta de Justiça de São Paulo em dezembro de 1821, o rapaz chegava para cumprir dez anos de degredo por assassinar Mariano Vaz em São Paulo.

Sem estar casado e não sabendo nenhum ofício em particular que fosse de primeira necessidade, seus primeiros anos na povoação foram destinados aos trabalhos públicos, sempre por uma calceta de ferro presa aos pés. Outros dois condenados também executavam serviços dessa maneira. Em 1828, já com vinte e cinco anos, de cor denominada branca e

¹⁵⁵ “Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821”. Op., cit.

ainda solteiro, Moreira da Silva é listado entre os degredados presentes na povoação sem posses ou produção nenhuma.

Todavia, sua condição mudaria consideravelmente a partir de 1832, quando contrai matrimônio, em janeiro de 1832, com a índia aldeada de nome Maria Joaquina. Na lista de habitantes de março daquele mesmo ano, José Moreira consta como lavrador, de cor mestiça, com vinte e oito anos de idade e casado com Maria, de sobrenome “da Costa”, também referida como mestiça e de dezoito anos de idade. Nove meses depois, em janeiro de 1833, José Moreira está relacionado entre os povoadores, fora da lista de degredados, sendo registrado como jornaleiro casado com índia, de cor mestiça e com vinte e sete anos de idade.

A principal mudança em relação à sua condição mencionada em 1828 é descrita na bastante completa lista de habitantes de Guarapuava de 1835. Aos trinta e dois anos de idade, quatorze anos depois de chegar à região, José Moreira é pardo livre, e tem criação de duas cabeças de gado vacum, dois cavalos e dez porcos, além de ter colhido cinquenta alqueires de milho e quinze de feijão. Segundo a historiadora Hebe Maria Mattos, qualquer atividade agrícola, mesmo a simples roça de subsistência, pressupõe a existência de uma família constituída e do acesso costumeiro à terra. Para ambas as condições era necessário estabelecer laços na região, o que demandava um profundo processo de socialização, incorporação e permanência já enraizada na área.¹⁵⁶

Demonstrando a grande mudança em seu status na Freguesia na década de 1830, José ainda consta como proprietário de um prédio urbano. Casado com a índia parda Maria Joaquina, referenciada com dezoito anos de idade, tem também duas filhas – Firmina e Rosa, meninas pequenas, de seis e três anos de idade, respectivamente. Mesmo com oito anos de degredo ainda por cumprir, ao invés de estar referido no rol dos “degradados” da Freguesia, Moreira da Silva é registrado entre os demais povoadores, tendo como única observação em sua listagem o fato de não saber ler. Num espaço onde mais de oitenta por cento da população era analfabeta, não deveria ser vergonhoso estar nessa condição, principalmente com a mudança de situação econômica e social sofrida por José em menos de uma década.

Em 1842, José Moreira termina de cumprir sua pena. Ao invés de se retirar da povoação, o ex-degredado se preocupa em aumentar sua prole. Com descrição de habitação no primeiro quarteirão da Freguesia, no “Rol de Parochianos da Freguesia de Belém de Guarapuava” desse ano, José Moreira, já com trinta e oito anos de idade, é citado com sua

¹⁵⁶ MATTOS, Hebe Maria. Op., cit., p.41.

esposa Maria Joaquina e seis filhos - a filha primogênita Rosa com dez anos de idade, e o mais novo, José, com menos de um ano de idade.

As uniões matrimoniais estáveis e a formação de famílias numa região estavam diretamente ligadas com a passagem dos primeiros anos da infância dos filhos do casamento. Depois dessa difícil fase, os pais começavam a estabelecer relações de continuidade com a posse da terra e relações de solidariedade horizontais e verticais com a vizinhança, configurando-se definitivamente como lavradores incorporados e enraizados na região, mesmo que não contassem com a propriedade legal das terras.¹⁵⁷

Voltando à trajetória de José, onze anos depois, permanecendo em Guarapuava e já livre do estigma oficialmente declarado do degredo, que o proibia por lei imperial de exercer os direitos do “cidadão brasileiro”, José Moreira da Silva consta na lista de “Qualificação de Votantes” do ano de 1853, quando a província do Paraná estava em processo de emancipação de São Paulo.¹⁵⁸

Residindo ainda no primeiro quarteirão da então Vila de Guarapuava, casado e já com quarenta e nove anos de idade mencionados, o ex-degredado tinha como ofício o cabo da enxada, trabalhando como lavrador. Depois de 1850, começam a desaparecer identidades sócio-profissionais de homens livres expressas pelas expressões “viver de...”, que no início do século XIX os diferenciavam do escravo que “servia a...”.

Assim, progressivamente, designações profissionais substantivas, como “jornaleiro” e “lavrador” passam a tomar conta nas designações de status social qualificado. Essa tendência também pode ser notada no caso dos ex-degredados de Guarapuava, também livres pobres incorporados, em suas designações na segunda metade do século XIX. A vida de José Moreira se encerrou em Guarapuava, em onze de abril de 1874, passados trinta e quatro anos do fim de sua pena. Falecido por enfermidade com mais de setenta anos de idade e quarenta de casamento, como consta em seu registro de óbito.

Felisberto “vive de seu trabalho, carpinteiro”

Com os dados referentes a Felisberto Ferreira, podemos notar a importância da existência de pessoas com ofícios especializados nos trabalhos da povoação, o que lhes

¹⁵⁷ Idem, p.58.

¹⁵⁸ Lista de qualificação de votantes de Guarapuava, no ano de 1853. Arquivo Histórico Municipal, Guarapuava, UNICENTRO.

conferia um status comparável àqueles degredados que acabaram se casando com indígenas no primeiro ano de suas sentenças. Embora Felisberto não tenha se casado na primeira década de sua pena em Guarapuava, enquanto permanecia no serviço da povoação, não precisou usar calcetas de ferro na execução de seus trabalhos como carpinteiro.

A penúltima descrição da trajetória de vida referente a um degredado casado com mulher kaingang aldeada é de um soldado de Santos, Felisberto Ferreira Campello. Remetido na primeira leva de degredados da carta de guia de 1821, ao se apresentar junto com outros seis condenados acorrentados em março de 1822, Felisberto era descrito na carta de guia como homem “livre”, solteiro, nascido na própria Vila de Santos - onde se envolveu na revolta de junho de 1821 -, já com vinte anos de idade e vindo para passar outros vinte anos como degredado em Guarapuava. Diferentemente dos outros degredados já relacionados, este soldado de Santos tinha na carta de guia de seu envio a menção à sua mão-de-obra especializada, sendo “oficial de Carpinteiro”.

Sem residir em Atalaia, Felisberto vivia no quartel da freguesia, juntamente com os soldados estacionados, onde também havia uma sala destinada à cadeia e manutenção de presos. Todavia, o degredado também participava dos ritos que envolviam os índios aldeados. Alguns meses depois de destruído o fortim Atalaia, em outubro de 1825, Felisberto foi padrinho de batismo da pequena Rosa, de apenas quinze dias de vida, filha de pais Kaingang. Acompanhando-lhe no apadrinhamento do sacramento religioso estava Anna Quadros Silveira, esposa do povoador Salvador Silveira Caldas, o qual também foi padrinho de batismo de uma índia de vinte e quatro anos, um mês antes do batismo de Rosa, juntamente com sua mulher, Anna Quadros.

Porém, o soldado degredado tinha suas ocupações no trabalho da povoação. Na relação de Praças da tropa de Guarapuava de 1826 ele é mencionado como responsável pelo serviço de carpintaria na povoação, e, mesmo sem estar casado ou residindo em local próprio, trabalhava sem o uso de calceta de ferro presa aos pés. Já em 1828, Felisberto é relacionado como pardo e viúvo, de idade de quarenta e oito anos. Diferentemente do degredado casado Athanazio Lopes, por exemplo, que era relacionado na mesma listagem como “proprietário”, Campello nenhuma posse tem mencionada.

Sem constar nos registros de casamento, em novembro de 1831, Felisberto é mencionado na lista de portugueses casados com índias como marido de Bárbara, índia de vinte anos de idade, e com uma filha de nome Josefa, já batizada e de oito anos de idade! A confusão só foi clarificada quando encontramos o registro de casamento de vinte e sete de

janeiro de 1832, em que Felisberto contrai matrimônio com a viúva de José Gomes, a índia kaingang Barbara Gatén, filha do também falecido cacique Antonio José Pahy.

Embora já vivessem juntos pelo menos desde o ano anterior, a legalização da relação de concubinato de Felisberto e Barbara através do casamento dos dois deveria ser bem consentido na povoação: seus padrinhos eram o comandante Antonio e seu filho mais velho, Francisco da Rocha Loures, (que mais tarde viria a se tornar figura importante na administração do aldeamento de Guarapuava, a partir de fins da década de 1840).

Na listagem de povoadores de janeiro de 1833, Felisberto é mencionado como mestiço, casado com índia e de idade de cinqüenta e um anos. Dados mais completos sobre sua condição são mencionados em 1835. Na lista de habitantes desse ano, o degredado é relacionado com quarenta e nove anos de idade, sendo pardo livre, assim como “vive de seu trabalho, carpinteiro”. Para complementar a renda, ele e sua mulher também estavam fazendo a colheita de doze alqueires de milho, além de possuir duas cabeças de gado e um cavalo. Sua mulher, Bárbara Gatén, é relacionada como índia de cor branca. Quanto ao filho da índia, não existe menção nenhuma.

A questão da utilização variável dos termos “pardo”, “mestiço”, ou mesmo “índio” servia para muito mais do que fazer referência à cor mais clara da pele do mestiço. Antes de qualquer coisa, servia como forma de registrar uma diferenciação social variável da condição geral de não-branco. Representando uma inserção intermediária entre os “homens bons” e os escravos, fossem ou não mestiços, de acordo com Hebe Mattos, “o qualitativo pardo sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação social no mundo escravista. Para tornarem-se simplesmente ‘pardos’, os homens livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, constituído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam”.¹⁵⁹ Dessa maneira, mesmo que não correspondesse, no caso dos degredados forros, a representação de suas condições de homens livres, ao menos tendiam a ser um primeiro signo de status diferenciado dos escravos, diminuindo as possibilidades de reescravização em meio a uma comunidade amplamente composta por homens não-brancos livres pobres.

Nenhum dado dá referências sobre o paradeiro de Felisberto depois de 1835. A única pista que temos é a de que estava morto antes de 1843, pois sua mulher, anotada como viúva, casa-se novamente em 1843 com o povoador João Barros.

¹⁵⁹ Cf. MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*. Op., cit., p.30

Felix da Silva, o pedreiro votante

A trajetória de incorporação de Felix da Silva nos leva a refletir sobre o vínculo entre a prática de ofícios importantes para uma povoação em formação, e a incorporação social junto aos “homens bons” votantes da região.

A sétima e última trajetória de um degredado enviado para Guarapuava atravessada por uma união com índia kaingang é relacionada ao pardo Felix da Silva. Solteiro e com vinte e quatro anos de idade, ele é mencionado no rol dos degredados com pena a cumprir em 1835. Sem fazer menção ao crime ou ao local de onde veio remetido, sua sentença é o único dado disponível na falta de uma carta de guia. Felix da Silva deveria cumprir dez anos de degredo em Guarapuava.

Sete anos mais tarde, no rol de paroquianos de 1842, Felix da Silva é relacionado com trinta e seis anos de idade pelo padre Braga de Araújo. Morando no primeiro quarteirão da Freguesia na situação de povoador casado, o pardo Felix tem como esposa mencionada a índia Symphorosa, de vinte e dois anos de idade. Como ocupação, é referido ao degredado o ofício de pedreiro.

Em virtude da omissão de registros de casamento, óbito e batismos referentes a quase toda a década de 1830, decorrente da falta de um sacerdote fixo na povoação, não temos informações que nos elucidem as condições de realização desse casamento misto, tal como os dados da noiva indígena e o local de origem do degredado.

Com o encerramento de sua pena em 1845, Felix da Silva continuou morando e atuando com status social em Guarapuava, com sua mobilidade comprovada através da menção a uma mudança de domicílio realizada antes do fim daquela década. Diferentemente do rol de paroquianos de 1842, em ata de revisão dos votantes da Freguesia em 1848, o ex-degredado é referenciado como morador casado do segundo quarteirão da Freguesia, além de permanecer com o ofício de pedreiro.

O último indício da presença de Felix da Silva na Freguesia é referente ao ano de 1864. Em dez de outubro daquele outono, faleceu a filha recém-nascida de Felix com a índia Symphorósa Maria. É digna de nota a constatação de que, filha de pai pardo e mãe kaingang, a criança é denominada em seu registro de óbito como Maria, “índia” inocente.

Francisco, africano “preto degradado”, casado com mulher branca, pai de sete filhos

Outro caso interessante envolvendo o casamento de um degradado é descrito na década de 1840, mais especificamente em 1847. Entretanto, dessa vez, a união do degradado se fez na direção de uma mobilidade ascendente. Nesta situação, estamos falando do único de cinco degradados, descritos como negros e remetidos para Guarapuava, que conseguiram arrumar casamento na povoação.

Estamos nos referindo ao degradado Francisco, negro nascido em “Costa de Leste”, também denominado gentio da Guiné, sem sobrenome, e batizado na Freguesia do Bom Jesus do Brás, na cidade de São Paulo, de onde veio remetido por crime indeterminado. Assim como outros cinco degradados sem cartas de guia de apresentação na Freguesia, o africano Francisco tem seu nome citado pela primeira vez em documentação referente a Guarapuava na lista de habitantes de 1835, provável ano de sua chegada à povoação. Nessa listagem, o degradado, denominado na seção da lista intitulada de “Relação de pessoas apresentadas neste Districto para cumprirem degredo”, Francisco é citado como de cor negra e com vinte e cinco anos de idade, junto com outros quatro condenados a degredo perpétuo na povoação.

Como regra geral para o século XIX, os termos “negro”, “preto” e “escravo” eram utilizados como sinônimos,¹⁶⁰ da mesma forma, percebemos que a cor “branca” e, em lugares como Guarapuava, o termo “pardo” assumia a definição isolada do status social específico da condição de liberdade, independente de qualquer outra relação social para ser reconhecida como verdadeira.

Quanto à condição de Francisco, o mais impressionante a ser notado neste caso, no entanto, diz respeito a um aviso publicado na “Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1836.”¹⁶¹ onde o Coronel Francisco Alves Ferreira do Amaral, da província do Rio de Janeiro, requeria ao governo regencial que seu escravo de nome Francisco, com pena de morte comutada em degredo perpétuo “para a colônia de Guarapuava”, não fosse remetido para a região sem que se tivessem “os meios necessários para se fazer conservar em perfeita segurança” este seu escravo.

Com condenação a degredo perpétuo, o que interessava ao proprietário de Francisco fazer impedir que sua propriedade fosse remetida para tão longe? Ele tentaria “reaver” a sua posse? De qualquer forma, a Regência expediu esse requerimento, endereçado ao presidente

¹⁶⁰ Cf, MATTOS, Hebe Maria. Op., cit., p.50.

¹⁶¹ “Aviso de 23 de março de 1836 – N.º 185 – Justiça – Ao Presidente da Província de São Paulo providenciando sobre a remessa de degradados para a colônia de Guarapuava.” In: *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1836*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1861. p. 117.

da província de São Paulo, a fim de garantir a segurança de Francisco e de “quaisquer outros degradados para alli destinados”. Entretanto o coronel Francisco Alves do Amaral não veria novamente seu escravo, ao menos nos trinta anos decorridos após sua petição.

Aos trinta e sete anos de idade, em julho de 1847, Francisco, “degradado neste Presídio”, se casou com a branca Feliciano Cardoza de Lima, filha de Anastácio Cardoso de Lima e Joana Francisca, nascida em Guarapuava. Foram seus padrinhos os povoadores Manoel Ferreira de Almeida e João Eduardo Pereira Ramos.

Em 1863, com idade presumida de sessenta e cinco anos de idade, o “preto degradado” permanecia casado com Feliciano, de idade de trinta e dois anos, mencionados no “Rol de moradores da Freguesia”, que ficava de posse do padre Antonio Braga, na paróquia de Nossa Senhora de Belém. Na mesma relação, são citados sete filhos do casal – três meninos com idades de nove, seis e dois anos, e quatro filhas, duas delas moças, com quatorze e treze anos, ainda solteiras. Duas meninas recém-nascidas também são nominadas: Benedita havia sido batizada em maio daquele ano, enquanto Ygnes, colocada na lista em 1866, acabou falecendo pouco tempo depois do batismo, em fevereiro daquele ano. Nenhuma outra informação sobre o degradado Francisco foi anotada nos documentos consultados.

Maria Vieira, a viúva

Situação de casamento homogâmico, no mesmo sentido do caso descrito de Miguel Morones Galafre, envolveu a degradada Maria Vieira de Lima. Na carta de guia de seu envio em 1828, a degradada é descrita como branca, de vinte e seis anos de idade, era natural da povoação de Parnaíba e tinha pais legítimos denominados Antonio Vieira Machado e Isabel Moreira. Viúva, Maria era culpada de assassinato de seu marido Candido da Costa.

Não há informações na carta de guia que nos elucidem, ao certo, quais foram as circunstâncias ou mesmo os motivos do crime, entretanto, nos diz a documentação que na mesma cidade de São Paulo Maria Vieira foi presa e condenada pela Junta de Justiça da província de São Paulo, em seis de marco de 1828, “a degredo por toda a vida para a

Povoação de Guarapuava [e] em cinquenta milreis para as despesas da Junta de Justiça e nos custos dos autos”¹⁶².

Após a condenação, Maria Vieira de Lima permaneceu presa na cadeia da capital provincial aguardando seu envio. Dezoito dias depois, em vinte e quatro de março de 1828, saiu de São Paulo, chegando no início de julho daquele mesmo ano em Guarapuava, onde foi apresentada acorrentada juntamente com outros seis condenados ¹⁶³ ao tenente-comandante da Povoação, Antonio da Rocha Loures. Seria ele, dali em diante, o responsável pelo confinamento daqueles degredados recém-chegados na região.

Na lista de habitantes de 1828, a branca Maria é relacionada com idade de trinta anos, sem maiores informações. Quatro anos depois, em seis de março de 1832, ela se casava novamente com Fortuoso José, nascido em Taubaté, e soldado da tropa de linha relacionado na lista de Praças da povoação em 1826. No final do mês em que se casaram, Fortuoso, descrito como jornaleiro, e Maria de Lima, de quarenta e cinco e quarenta anos de idade, respectivamente, e de cor branca, são mencionados na lista de habitantes juntamente com três filhos. Prudente, de doze anos, Maria e Anna, de três e um anos de idade, na respectiva ordem. Prudente deve ter sido trazido por Maria de São Paulo, sendo fruto de seu primeiro casamento. As outras duas crianças, nascidas depois de sua chegada na povoação, certamente eram filhos de sua união com Fortuoso no período anterior ao casamento religioso, num relacionamento de concubinato.

Esse tipo de relação se mostra bastante intrigante, uma vez que demonstra a importância dos laços sociais na fronteira aberta. O ônus que se pagava pela migração – forçada ou voluntária – gerava o afastamento da família num sentido amplo para os dois. Neste caso, o afastamento por vários anos por parte do soldado Fortuoso José, e a falta da figura do marido na família de Maria Vieira de Lima, faziam aquela união receber um caráter substitutivo das relações abandonadas ou nunca experimentadas pelos dois contraentes desse matrimônio.

Na lista de povoadores de janeiro de 1833, com os três filhos novamente mencionados como seus, Maria Vieira de Lima é relacionada no rol de mulheres degredadas. Entretanto, sua condição civil é declarada novamente como viúva, sem constar o nome de Fortuoso em

¹⁶² Dados transcritos da “*Carta de guia que acompanha os reos condenados em Junta de Justiça desta Imperial Cidade para a Povoação de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava a degredo*”.1828. Arquivo Histórico Benjamim Teixeira, Guarapuava.

¹⁶³ Entre os sentenciados havia penas entre 1 a 4 anos, ou ao degredo perpétuo (4 casos) na localidade.

nenhum outro documento. Em função da omissão dos dados referentes à década de 1830, decorrente da falta de um sacerdote fixo na povoação, não temos informações que elucidem se Maria foi abandonada ou se Fortuoso realmente faleceu. De qualquer forma, a degredada não volta a aparecer na documentação. O destino desconhecido seguido por Maria Vieira e seus filhos pode estar relacionado a um pedido de comutação de pena, ou de mudança no local de degredo, uma vez que sua pena era de degredo perpétuo.

2.2 Trajetórias de incorporação e casamentos pressupostos

Outros cinco degredados apresentam trajetórias com possíveis casamentos não relacionados na documentação da Paróquia Nossa Senhora de Belém. Tais casos podem estar ligados com o interregno na documentação dos sacramentos da Igreja na região durante a década de 1830. A possível condição de casados desses homens foi extraída das listas de habitantes e de óbito. Entretanto, por questões de aproximação dos perfis das trajetórias, elencaremos aqui esses casos. Como a documentação de cada um desses degredados é limitada em comparação às trajetórias apresentadas até aqui, não faremos tópicos específicos para cada caso.

O primeiro deles é o do “cabra natural da Villa de Itu”, Constantino Antonio. Descrito dessa forma na carta de guia que o acompanhou juntamente com duas mulheres também condenadas a degredo para Guarapuava em 1827, o degredado era acusado do assassinato de Francisco de Paula em sua vila de origem, com culpa decretada pela Junta de Justiça de São Paulo ainda em outubro de 1824¹⁶⁴.

Na decisão da sentença de trinta e um de maio de 1827, conforme a prescrição que lhe era reservada - ímpar entre todas as cartas de guia consultadas -, Constantino deveria seguir de cadeia em cadeia até chegar à povoação de Guarapuava. Condenado a degredo perpétuo e a pagar os custos dos autos de seu processo, sem outras informações na Guia, o criminoso também é descrito como sendo casado na época de seu envio.

Não temos anotações quanto à data de chegada de Constantino Antonio em Guarapuava. Na lista de habitantes de 1828 o mesmo já se encontra relacionado. Mencionado

¹⁶⁴ “Guia que acompanha os Reos Constantino, Anna Gertrudes e Maria Ignacia (...) aos trinta e hum de maio de 1827”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

como negro e com quarenta anos de idade, o condenado tem uma modificação em sua condição descrita, sendo elencado como solteiro. Quatro anos depois, na lista de moradores da Freguesia de março de 1832, o mesmo Constantino é descrito como homem pardo, com cinquenta e quatro anos de idade e, diferentemente das duas últimas descrições, como viúvo.

A condição de pardo e viúvo se mantém na lista de janeiro do ano seguinte, todavia com a modificação de sua idade para quarenta e um anos. Dois anos depois, nas duas listas referentes ao ano de 1835, sua condição descrita é modificada novamente, porém, mantém-se um equilíbrio entre os dados das duas listas. Numa delas, Constantino Antonio é relacionado como negro livre, de quarenta e cinco anos de idade. Brasileiro, o condenado trabalhava como jornaleiro, e pela primeira vez na documentação produzida na povoação, é mencionado como sendo casado, sem filhos e sem constar o nome da esposa¹⁶⁵. Na outra lista de habitantes do mesmo ano, Constantino mantém a descrição de negro casado, com idade de quarenta e quatro anos.

Caso o degredado Constantino tenha tomado conhecimento de que se tornara viúvo da união que deixara em Itu, nada o impedia de se casar novamente entre 1832 e 1835, período em que faltam registros de casamento para Guarapuava. Entretanto, não podemos comprovar essa hipótese. O último documento referente a Constantino não esclarece essa situação: apenas atesta o triste fim a que levou esse degredado na povoação. Em cinco de setembro de 1842 o padre Antonio Brada de Araújo, sucessor de Chagas Lima, fazia seu registro de óbito. Descrito como tendo cerca de sessenta e oito anos de idade, o degredado foi assassinado por pessoa desconhecida.

Após missa de corpo presente, Constantino foi sepultado no cemitério da Freguesia com todas as recomendações da Igreja, tal como descreve padre. Independentemente de seu crime e do fato de não termos encontrado evidências de um segundo matrimônio, o rito de seu sepultamento pressupõe uma aceitação do degredado pela Igreja, o que constitui parte de um processo de incorporação pela sociedade oitocentista da povoação. Os motivos de sua morte podem estar atrelados a vários fatores: vingança pelo crime passado em Itú ou novos desentendimentos em Guarapuava. De qualquer modo, Constantino Antonio teve seu tempo em Guarapuava marcado pela mudança de sua situação matrimonial.

Antonio José da Luz é o segundo degredado com um casamento pressuposto na década de 1830. Sem uma carta de guia que relacione o tempo de degredo a cumprir, seu

¹⁶⁵ Listas de Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, 1835. Cópia microfilmada pertencente ao DEHIS. Curitiba, UFPR.

nome figura pela primeira vez na lista de habitantes de março de 1832 como sendo pardo, viúvo e com cinquenta e seis anos de idade. O condenado é novamente relacionado dez meses depois, em janeiro de 1833. No entanto, além de sua idade diminuída em cinco anos, sua condição matrimonial também aparece alterada nessa lista, mencionado como casado.

Nas duas listas de habitantes de 1835, Antonio tem suas referências como sendo negro e casado. Numa delas, o condenado é descrito com idade de cinquenta anos de idade¹⁶⁶. Na relação mais completa, além da idade de cinquenta e um anos, o brasileiro, negro e livre Antonio da Luz figura com a ocupação de jornaleiro. Além de não constar o nome de sua esposa, fica ainda mencionado que o degredado não tinha filhos¹⁶⁷.

Depois de ter o nome relacionado na lacônica lista de 1840, o degredado só tem outros dados anotados com referência ao seu falecimento em onze de setembro de 1858. No registro de óbito, Antonio é mencionado pelo padre Antonio Braga como viúvo, “preto” e tendo cerca de noventa anos de idade. Ainda de acordo com o padre, o degredado era nascido em “Baipendy”, Minas Gerais, e fora casado na cidade de Lorena, na Província de São Paulo.

Nesse ponto, convém ressaltar que Antonio era um migrante negro antes do degredo. Nascido em Minas, casou no Vale do Paraíba paulista. Essa mobilidade como migrante interno sugere a origem pobre e itinerante do degredado. Caso realmente tenha sido casado em Guarapuava, isso não trazia necessariamente uma melhoria em sua condição social. Embora o casamento também significasse, mesmo que pela indução, uma tentativa de inserir o degredado numa vida “normal”, por outro lado, significava também uma vida continuada em pobreza, estigmatização da cor e sujeição aos colonizadores de maiores posses.

Na sua enfermidade, Antonio se confessou e recebeu o sacramento da extrema unção. Antes de falecer, pediu ainda ao padre que fosse realizada uma missa de corpo presente por sua alma antes do sepultamento no cemitério da povoação. Nesse ponto, nota-se como alguns níveis de incorporação também podem ser percebidos nos ritos fúnebres da Igreja.

João Francisco de Oliveira também compõe o grupo de cinco degredados com um casamento pressuposto durante o tempo que estiveram cumprindo pena na povoação de Guarapuava. Seu nome aparece na lista de pessoas apresentadas para cumprir degredo na

¹⁶⁶ “População do Districto da Freguesia do Belem pertencente ao Municipio da Villa de Castro, 1835” Arquivo Público Benjamim Teixeira, Guarapuava.

¹⁶⁷ Listas de Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, 1835. Cópia microfilmada pertencente ao DEHIS. Curitiba, UFPR.

povoação numa das listas de habitantes do ano de 1835¹⁶⁸. Solteiro e com vinte e sete anos de idade, o pardo João Francisco estava condenado a degredo perpétuo. Em outra lista de moradores do mesmo ano, o degredado de nacionalidade brasileira é relacionado como solteiro, com os mesmos vinte e sete anos e, de forma diversa, como índio.

Sete anos depois, o condenado a degredo perpétuo morria em Guarapuava, em doze de novembro de 1842. Todavia, com idade mencionada de trinta e dois anos mais ou menos, João Francisco é relacionado pelo padre Antonio Braga como sendo casado com Emília Maria das Dores – união que não podemos comprovar. Falecendo após ter se confessado, assim como os outros condenados em sua mesma situação acima descritos, o degredado teve missa de corpo presente e sepultamento no cemitério da Freguesia.

Outro caso de suposto casamento envolve o degredado Fellipe de S. Thiago. Aparecendo pela primeira vez na documentação de Guarapuava na relação de pessoas apresentadas para cumprir degredo na região em 1835¹⁶⁹. Negro e solteiro, estava condenado a degredo perpétuo. Contava com apenas vinte e quatro anos de idade.

Sem nenhuma outra informação sobre sua vida em Guarapuava no tempo em que esteve na Freguesia, Fellipe só volta a aparecer na documentação referente aos óbitos do ano de 1878, em três de abril, quarenta e três anos depois de sua chegada. Descrito como preto liberto, o degredado é mencionado pelo padre Antonio Braga como tendo mais de setenta anos de idade, e sendo nascido na cidade de Caxias, na província do Maranhão. Ainda segundo o padre, além de “viúvo por óbito” de Maria Alves da Costa, também preta liberta, Felipe era filho de Joaquim de S. Thiago e de Josepha, esta última “escrava de José Ferreira dos Passos”. Recebendo os sacramentos antes de seu falecimento, Fellipe teve missa de corpo presente e foi sepultado no cemitério municipal. Sem constar maiores dados, encerra-se sua instigante trajetória: teria Fellipe se casado com Maria Alves em Guarapuava? Qual foi seu trabalho durante as quatro décadas em que esteve na região?

Tão lacônica e instigante quanto a história de Fellipe de S. Thiago é a trajetória de Mariano Pereira. Sem nenhuma informação sobre sua chegada à Guarapuava, o único documento que o relaciona como degredado é seu registro de óbito - feito pelo já citado padre Braga de Araújo - em vinte e três de agosto de 1863. Descrito como degredado e com cerca de sessenta e seis anos de idade, Mariano foi lembrado pelo padre como sendo nascido na vila de

¹⁶⁸ “População do Districto da Freguesia do Belem pertencente ao Municipio da Villa de Castro, 1835” Arquivo Público Benjamim Teixeira, Guarapuava.

¹⁶⁹ Idem.

São Francisco, na província de Santa Catarina. Ainda de acordo com o padre, o condenado era casado com Bárbara “de Tal”.

Sem conseguirmos dados que evidenciem o casamento de Mariano Pereira em Guarapuava, o que sabemos sobre a vida do degredado diz respeito à menção do padre de que o mesmo não recebeu os sacramentos antes da morte por não o terem procurado. Sem mais, o reverendo encerra seu registro de óbito informando que Mariano havia sido enterrado no mesmo cemitério que os demais paroquianos, após missa de corpo presente na igreja da povoação.

Através das trajetórias de degredados que tiveram uniões matrimoniais em Guarapuava, podemos concluir, com a análise desses dados, que os processos incorporativos dos degredados remetidos acabaram permeando a civilização dos índios kaingang da região.

Além de prestarmos atenção naquilo que as condições locais condicionavam os degredados, podemos também inverter a questão e pensar no que a presença dos degredados no Brasil meridional oitocentista influenciou sobre as condições vigentes em áreas de fronteira não exportadora, tal como Guarapuava. Da mesma forma, essas trajetórias de incorporação nos informam a respeito da sociedade brasileira de um modo mais geral, tratando de questões referentes à violência, à relação e utilização dos degredados com autoridades e Estado, à família, à relação e ao lugar da cor, assim como ao lugar da condição jurídica desses condenados, e ao papel da autonomia na busca pela sobrevivência para aqueles que conseguiram suas próprias terras, produziram sua própria subsistência, e voltaram a migrar, tal como no caso do ex-marinheiro Miguel Morones, envolvido com o comércio de gado ao final de sua pena.

2.3 Processos incorporativos desvinculados de uniões matrimoniais

Ezequiel: branco, pardo e índio

Nascido na Corte, Ezequiel Profeta tinha vinte e quatro anos quando foi remetido para Guarapuava, em 1835. Sem uma carta de guia, ele é descrito na “Relação de pessoas

apresentadas neste Districto para cumprirem degredo”, em meio à lista de habitantes de 1835¹⁷⁰. Com uma condenação estipulada em oito anos, Ezequiel deveria permanecer em Guarapuava até o ano de 1843. Denominado como sendo de cor branca nesse primeiro documento, Ezequiel é referenciado como “índio” em outra lista de habitantes daquele mesmo ano.

Tal como para os outros degredados citados na lista de habitantes de 1840, a informação sobre sua situação na Freguesia se resume à lacônica referência de “degredado” ao lado de seu nome. Dois anos mais tarde Ezequiel Profeta consta ainda como solteiro, residindo sozinho em habitação de sua propriedade no primeiro quarteirão da freguesia. No quesito cor, desta vez a referência à pele “parda” foi mencionada. No decurso de sete anos de seu degredo, sua cor determinada na documentação foi alterada três vezes.

Embora não tenha se casado no decurso de sua vida em Guarapuava, Ezequiel não deixou de realizar contatos com pessoas importantes na povoação e de adquirir confiança de alguns povoadores. Em setembro de 1844, ele faz a intermediação de negócios em nome da proprietária Maria Antonia, finalizando a compra de pedaços de terra nos campos e faxinais próximos à região do Pinhão, então distrito da Freguesia Guarapuava, trocados por alguns animais.¹⁷¹

Depois de cumprida sua pena, o degredado poderia se ausentar da sede da povoação, vivendo de suas ações e negócios realizados em todas as localidades próximas e mais distantes. De qualquer forma, o ex-degredado permaneceu nas regiões adjacentes à povoação até seu falecimento, já com mais de cinquenta anos de idade, em vinte e três de dezembro de 1862. Natural do Rio de Janeiro, solteiro e sem família própria para chorar a sua morte ou ao menos fornecer alguns dados sobre sua descendência ao padre responsável por seu registro de óbito, Ezequiel Profeta terminou a vida sem que ao menos se fizesse constar o nome de seus pais no documento.

Constantino, padrinho de indígena com pena dobrada

Alguns degredados remetidos para Guarapuava tiveram penas relativamente curtas para cumprir, variando entre um e quatro anos de permanência. Entretanto a pequena estadia na povoação entre a chegada e o retorno à suas vilas de origem não significaram uma

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Cf. Livro de Notas nº1, 16 de setembro de 1844, p.11-12. 1º Tabelionato de Notas Gouveia. Guarapuava.

participação apagada ou inexistente junto aos processos incorporativos que estavam acontecendo na povoação.

Constantino Ribeiro era soldado em Santos, e também esteve envolvido na revolta que ocasionou o degredo de sete praças para Guarapuava em 1821-1822¹⁷². De acordo com a carta de guia de sua apresentação na Freguesia em vinte e dois de maio daquele ano, Constantino era livre, casado e nascido na povoação de Conceição de Itanhaén. Com apenas vinte anos de idade, o soldado degredado deveria passar apenas dois anos em Guarapuava. Permanecendo nos trabalhos da povoação, Constantino Ribeiro foi o único padrinho de batismo do rapaz kaingang Clemente Guengrexó, sacramentado em setembro de 1823, em situação ímpar de “necessidade” não denominada no registro, com realização na capela de Atalaia.

Sua pena expiraria em 1824. Todavia, foi somente em março de 1826 que o comandante Rocha Loures o liberou do degredo, aproveitando o despacho de outro soldado de Santos, Manoel Lemes Gonçalves, que se encontrava destacado desde 1816 na povoação, e que seguia para buscar tratamento médico para uma doença séria não mencionada. Juntamente com o soldado dispensado seguia seu termo de dispensa e uma carta de guia de soltura¹⁷³, devendo Manoel e Constantino se apresentar com o documento anexo ao governo da província, onde estavam guardados os documentos e processos dos dois soldados liberados.

Maria Ignacia, criadora de gado

A “cabra forra” Maria Ignacia chegou em Guarapuava no último dia do mês de maio de 1827. Nascida na Freguesia de Cutia, de acordo com sua carta de guia, Maria esperava seu envio para Guarapuava desde sua condenação em novembro de 1824. Culpada pelo assassinato de Gertrudes Maria Joaquina, Maria deveria passar o resto da vida na região, sendo apresentada ao capitão Antonio da Rocha Loures juntamente com outros dois condenados que estavam na mesma condição de espera - Constantino Antonio e Anna Gertrudes¹⁷⁴.

¹⁷² Cf. “Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

¹⁷³ LOURES, Antonio da Rocha. “Correspondência ao Governo Provincial de São Paulo, aos sete de março de 1826”. AESP. Caixa 192, Ordem 1025.

¹⁷⁴ “Guia que acompanha os Reos Constantino, Anna Gertrudes e Maria Ignacia (...) aos trinta e hum de maio de 1827”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

A carta de guia de Maria não informa sua idade ou estado civil. Entretanto, pela lista de habitantes de 1828 ficamos sabendo que a degredada era solteira e contava vinte e cinco anos de idade um ano depois de chegada na freguesia. Além disso, sua cor denominada é, desta vez, denominada negra. Quatro anos mais tarde, em março de 1832, já com trinta e cinco anos de idade mencionados, Maria Ignacia é relacionada na lista de habitantes entre as mulheres degredadas, constando como solteira, e, diferentemente de 1828, de cor parda. Essa descrição é também mantida na lista de janeiro de 1833, mas com idade reduzida para trinta e um anos.

Com relação a 1835¹⁷⁵ temos as informações mais reveladoras sobre as atividades da degredada. Numa das listas, Maria volta a ser descrita como negra, mantendo a condição de solteira, e com idade mencionada de trinta anos. Na relação de habitantes mais completa produzida nesse mesmo ano, a condenada a degredo perpétuo volta ser relacionada como parda, livre, solteira e com idade de trinta e um anos.

O que nos chama atenção é o fato de estar mencionado que a degredada vive em uma residência “rústica” a favor de J. Antonio Miranda, além criar duas cabeças de gado vacum. Nesse caso, mostra-se interessante a mistura entre dependência (mora de favor) e autonomia (tinha umas cabecinhas de gado). De certa forma, a situação de Maria resume à sua maneira todas as ambigüidades dos processos de incorporação. Depois de 1835, Maria não retorna a aparecer descrita em nenhuma outra fonte de documentação. Entretanto, pelos dados que foram encontrados podemos perceber o grau de incorporação em meio aos habitantes da freguesia.

José Maria, jornaleiro

Nascido na Freguesia de São Miguel, José Maria é descrito como mulato forro na carta de guia que o acompanhou, juntamente com outros quatro homens e uma mulher, condenados em degredo para Guarapuava no dia vinte de dezembro de 1829¹⁷⁶. Viúvo e de quarenta e oito anos de idade, José era filho de Ignácio Pinto e Jeronima Antunes, vivendo “de fazer valos” na vila de Nova Bragança. Culpado da morte de seu irmão Joaquim Maria, nessa mesma vila

¹⁷⁵ Listas de Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, 1835. Cópia microfilmada pertencente ao DEHIS. Curitiba, UFPR.

¹⁷⁶ “Carta de Guia para os Reos abaixo declarados na Povoação de N. S. de Belém de Guarapuava (...) aos vinte de outubro de 1829” Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

foi preso e encaminhado, após uma devassa realizada pelo Juízo Ordinário dessa vila, à decisão da pena de dez anos de degredo pela Junta de Justiça de São Paulo.

Diferentemente dos quatro degredados que também são mencionados na mesma carta de guia – os quais foram apresentados juntos na povoação em vinte e seis de janeiro de 1830 -, o mulato José Maria só chegaria a Guarapuava em oito de maio daquele ano, quatro meses depois de seus companheiros de sentença¹⁷⁷.

Depois de sua chegada, o nome de José só volta a aparecer na lista de habitantes de março de 1832. Com idade mencionada de quarenta e cinco anos, o degredado continua sendo descrito como mulato e viúvo. Dez meses depois, na lista de habitantes confeccionada em janeiro de 1833, seus dados permanecem os mesmos. Percebemos modificações na condição de José a partir das duas listas de habitantes de 1835. Numa delas, o degredado é relacionado como índio, viúvo e de quarenta e seis anos de idade.

Em outra lista realizada naquele mesmo ano, José Maria é relacionado com quarenta e sete anos de idade, sendo brasileiro, negro e livre. Viúvo e trabalhando como jornaleiro, o condenado não é mencionado como degredado nesta lista, mesmo havendo tal nominação para os outros condenados que, assim como José, ainda tinham pena a cumprir.

Depois de 1835, José Maria só reaparece mais duas vezes na documentação. Uma delas é na lacônica lista de 1840, onde os degredados são referidos apenas pelo nome e pela condição de condenados. A última notícia que temos sobre o jornaleiro José está relacionada a seu registro de óbito, com seu falecimento datado em vinte e nove de outubro de 1842, quase três anos depois de finalizada sua pena de degredo. “Estando nesse presídio cumprindo penna de degredo”, como se referiu o padre Antonio Braga em seu obituário, José sucumbiu de moléstia pouco depois de se confessar, tendo recebido missa de corpo presente antes de seu sepultamento no cemitério da povoação.

¹⁷⁷ Idem.

3. Capítulo 3

Processos assimilativos falhos ou pouco documentados

Através desse capítulo sobre os casos de fuga, buscamos esclarecer um pouco mais sobre as múltiplas relações entre degredados, indígenas aldeados e outros colonos e autoridades na povoação, assim como sobre os processos incorporativos incompletos, falhos ou diferenciados dos degredados incorporados através do casamento ou dos trabalhos na região.

3.1 Alianças de Fuga: Relações e estratégias de fuga de degredados em Guarapuava

Tendo em vista as dificuldades de adaptação e aproveitando-se da precariedade do sistema de guarnição dos condenados, alguns degredados tentaram a fuga de seus locais de exílio. Todavia, como explica Geraldo Pieroni,¹⁷⁸ o não-cumprimento do tempo completo de degredo também era considerado crime de lesa-majestade pela falta de respeito com as ordens reais, o que poderia incorrer em aumento do tempo de duração da pena e mudanças do local de cumprimento da sentença, ou - no caso de condenados à perpetuidade - em punição com a pena de morte, conforme o Título cento e quarenta e três do Livro V das Ordenações Filipinas:

Se algum degradado for achado fora do lugar para onde foi degradado, sem mostrar certidão publica, per que se possa saber, que tem cumprido o degredo, seja logo preso, e o tempo, que ainda lhe ficar por servir, posto que para sempre fosse degradado, se era degradado para o Couto de Castro-Marim, seja-lhe mudado, e o vá cumprir, e servir a África. E se era para África, vão cumprir ao Brazil. E o que era degradado para o Brazil, se por tempo, dobre-se-lhe o degredo, que tiver por cumprir. E se era para sempre, morra por isso, não cumprindo o dito degredo. E fugindo do Navio em que stiver embarcado, para ser levado para o Brazil para sempre, morra por isso.¹⁷⁹

Seguindo essa ordem de idéias, o objetivo desse tópico é abrir novas perspectivas para melhor compreender as inaptações dos degredados paulistas que chegaram às terras guarapuavanas, especialmente as alianças e estratégias de fuga utilizadas pelos condenados enviados de São Paulo para a povoação de Guarapuava.

¹⁷⁸ PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino: A Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília/SP: UnB/ Imprensa Oficial do Estado, 2000.

¹⁷⁹ Título 143 do Livro V das Ordenações do Reino – Código Filipino. In: PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2ªed., 2001, p.216.

Relações entre degredados fugitivos e indígenas aldeados

Protagonista do primeiro caso de fuga noticiado, Joaquim Martins Rodrigues, ao que tudo indica de cor branca, nasceu e cresceu na Vila de Taubaté, na então Província de São Paulo, sendo filho legítimo de José Félix e Anna Francisca de Jesus. Em três de dezembro de 1821, solteiro e com dezenove anos de idade, Joaquim foi preso em sua Vila pelo porte de uma faca de ponta.¹⁸⁰ Embora a documentação não traga maiores informações acerca de sua prisão, fica bastante claro pelo Livro V das Ordenações Filipinas que o porte de arma branca para defesa pessoal nas possessões do Reino só era permitido até que o sino de recolher fosse tocado no início da noite. “Para evitar os delitos à noite, quando a escuridão provavelmente dificultava a identificação do criminoso, decretava-se toque de recolher e, para aqueles que teimassem em permanecer nas ruas, a pena prevista era bastante dura (...)”.¹⁸¹

A sentença para os que transgredissem essa norma consistia no pagamento de uma pena pecuniária e no degredo para a África, neste caso, comutado pela Junta de Justiça de São Paulo em degredo para Guarapuava conforme ordenava a Carta Régia de 1º de abril de 1809. Depois de ser levado até a Junta de Justiça da capital provincial, Joaquim foi condenado a cinco anos de degredo para Guarapuava, e remetido em janeiro de 1822¹⁸².

Joaquim Martins Rodrigues deveria permanecer até dezembro de 1826.¹⁸³ Em março do último ano de sua pena, já com vinte e quatro anos, o degredado permanecia solteiro e trabalhava com calceta de ferro¹⁸⁴ presa aos pés no serviço público da povoação, alojado junto a outros degredados no aquartelamento dos soldados.¹⁸⁵ Nessa função, pelo que veremos, mesmo trabalhando no local onde foi erigida a paróquia, ou seja, afastado do aldeamento

¹⁸⁰ Cf. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira. *Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821*. Guarapuava.

¹⁸¹ NEPOMUCENO, Gabriela Murici. *Crime e Castigo no Antigo Regime Português: o degredo civil nas Ordenações Filipinas*. (Dissertação de mestrado). Brasília: UnB, 2003, p.123.

¹⁸² Cf. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira. *Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821*. Guarapuava.

¹⁸³ Cf. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira. *Relação dos Reos sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821*. Guarapuava.

¹⁸⁴ Argola de ferro presa aos pés do condenado, juntamente com uma corrente presa à sua cintura ou a outros encalcetados.

¹⁸⁵ Cf. LOURES, Antonio da Rocha. *Relação das Praças de Tropa de linha, Ordenanças e Prezos Sentenseados que se axão nesta Povoação com declaração dos seus empregos como abaixo se mostra. Quartel da freguesia de Nossa Senhora de Belém aos 13 de marso de 1826*. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 192, Ordem: 987.

indígena como pretendia o vigário Chagas Lima, Joaquim e os outros degredados a serviço da povoação estavam frequentemente em contato com os indígenas em processo de catequização.

Em princípio, deveria haver o afastamento dos indígenas em relação aos degredados e demais colonos e soldados da povoação. Todavia, com a mobilidade dos indígenas e as fronteiras pouco delimitadas entre o sertão, a povoação e a aldeia, eram comuns os contatos dos nativos aldeados com os outros habitantes, resultado das idas e vindas pelo território que abrangia os dois locais.

Após o ataque indígena que destruiu Atalaia em 1825, não foi construído um novo fortim para guarnecer os ranchos indígenas. Os indígenas que permaneceram junto ao padre Chagas foram alocados nas margens do rio Coutinho, numa distância bem mais próxima da sede da povoação, a cerca de seis quilômetros. A maior proximidade entre o aldeamento e a povoação poderia aumentar as chances de defesa em casos de novos ataques, e, da mesma forma, aumentar o contato entre os índios aldeados com colonos, soldados e degredados. O vigário Chagas não se mostrava nem um pouco contente com os freqüentes contatos entre os indígenas aldeados e os demais moradores da povoação.

Em documento datado de oito de abril de 1826, o cabo de esquadra da povoação, a pedido do padre, escrevia numa folha anexada na carta do vigário às autoridades paulistas uma cópia do “Capítulo 5º” das regras de polícia prescritas na povoação em nove de dezembro de 1819, onde se proibia a entrada de aguardente no local, comprada por qualquer colono ou soldado que fosse, em função do prejuízo que as bebidas alcoólicas traziam aos índios. Para reforçar o pedido de proibição de entrada de tais bebidas, como exemplo dos danos, o padre cita as “inumeráveis desordens” provocadas pelos soldados embriagados, o que presume o maior contato dos mesmos com os catecúmenos após a destruição do primeiro aldeamento.¹⁸⁶

Após descrever algumas querelas nas relações entre as autoridades ligadas ao aldeamento e os demais colonos e degredados na região, voltemos aos degredados. Além de Joaquim Martins Rodrigues, outro envolvido diretamente no primeiro caso de fuga era o liberto Francisco Manoel, com vinte e seis anos em 1821¹⁸⁷. Não encontrei o nome de seus pais, porém era solteiro e natural do Rio de Janeiro. Em dezembro do mesmo ano, Francisco foi acusado de arrombamento e furto às casas de Delfino Pereira, na cidade de São Paulo.

¹⁸⁶ Manuscrito anexado. In: LIMA, Francisco das Chagas. Carta do vigário ao governador da Província de São Paulo... Idem.

¹⁸⁷ Cf. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira. *Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821*. Guarapuava.

Nota-se, neste mesmo caso, que se trata de outro negro que fora migrante interno: pobre e itinerante. Nove dias após a condenação de Joaquim, Francisco também era condenado pela Junta de Justiça da cidade de São Paulo a cinco anos de degredo em Guarapuava, sendo enviado na mesma leva de condenados que trouxe Joaquim para a Povoação.

Faltando nove meses para o final de sua pena, em março de 1826, Francisco, já com trinta e um anos de idade, também continuava solteiro, e trabalha como “servente dos enfermoz”¹⁸⁸ da Povoação. Assim sendo, o degredado certamente havia entrado em contato com os indígenas feridos, levados para a povoação após o ataque ao aldeamento um ano antes. Mesmo assim, exercendo a função de enfermeiro e já na etapa final de sua pena, o condenado também cumpria suas atividades com uma calceta de ferro presa aos pés.

Além de terem sido condenados ao mesmo tempo e local de degredo e de continuarem solteiros e encalçetados nos últimos meses da sentença a cumprir, o que mais havia em comum entre o livre Joaquim Martins e o liberto Francisco que pudesse diferenciá-los dos nove degredados que também cumpriam suas penas no ano da fuga? Dentre eles, apenas mais um condenado, também solteiro, trabalhava com calceta de ferro presa aos pés. Dos demais, apenas o degredado Joaquim Antonio de Oliveira não era obrigado a usar calceta de ferro presa aos pés¹⁸⁹. O mesmo não realizava nenhum trabalho em 1826, permanecendo como uma incógnita exceção sua condição na região. Entretanto, veremos mais adiante que este degredado acabou tendo ligações com uma das situações de fuga.

Outros dois degredados que também realizavam trabalhos sem utilizar calcetas presas aos pés, embora não estivessem no grupo dos casados, exerciam ofícios considerados importantes no dia-a-dia da povoação - um deles sendo alfaiate e cozinheiro dos soldados, e o outro, carpinteiro - o que lhes permitia maior mobilidade na povoação.¹⁹⁰

Como vimos, Joaquim e Francisco pertenciam a uma minoria de degredados que cumpriam suas penas em um regime diferente do restante dos sentenciados. Fechando o elo de ligação entre os dois condenados solteiros e encalçetados no trabalho, encontrei duas cartas enviadas às autoridades da capital provincial, responsáveis pelo envio dos degredados, escritas pelo comandante da povoação, Antonio da Rocha Loures, dando conta de um caso de fuga envolvendo Joaquim Martins Rodrigues e Francisco Manoel, acontecido em seis de

¹⁸⁸ Cf. LOURES, Antonio da Rocha. Relação das Praças de Tropa de linha, Ordenanças e Prezos Sentenseados que se axão nesta Povoasão com declaração dos seus empregos como abaixo se mostra. Quartel da freguesia de Nossa Senhora de Belém aos 13 de março de 1826. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 192, Ordem: 987.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Sobre formas de mobilidade articuladas ao exercício de ofícios nos fins do período colonial brasileiro, ver LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Trabalho, negócios e escravidão: artifícios na cidade do Rio de Janeiro (1790-1808)*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

outubro de 1826, ou seja, a apenas dois meses da conclusão das penas dos dois sentenciados. A primeira carta foi escrita em vinte e cinco de novembro daquele ano.

Alianças de fuga: rumo ao extremo sul

De acordo com o comandante, a pouco tempo de concluírem seus degredos, Joaquim Martins Rodrigues e o “Preto de nome Francisco Manoel” desertaram da Povoação, levando consigo duas índias de nomes não descritos no documento, as quais foram retiradas do aldeamento de Nova Atalaia, sendo uma delas viúva e outra - casada dentro dos ditames eclesiásticos de catequização -, raptada de seu legítimo marido. A carta acaba sem relatar o que aconteceu com as índias capturadas: Rocha Loures apenas informava que Joaquim já se encontrava preso na cadeia da Vila de Castro – a mais próxima da Povoação -, enquanto Francisco estava perto de ser recapturado. Não é informado onde o primeiro se escondia no momento da recaptura ou em que região pretendia encontrar Francisco Manoel¹⁹¹.

Em outra carta do comandante, o mesmo descreve um ofício enviado para Rocha Loures em seis de janeiro de 1827, informando que Francisco também havia sido recapturado, e juntamente com Joaquim, remetido para a cadeia de Itapetininga, distante cento e sessenta e seis quilômetros a oeste da cidade sede da capital provincial, São Paulo.¹⁹² Porém, o que me surpreende é o fato de, neste ofício, conforme descreve o comandante de Guarapuava, o Governo de São Paulo informar que os dois degredados tinham fugido novamente – desta vez da cadeia de Itapetininga - poucos dias após chegarem à prisão.

Conforme segue a descrição na carta de Loures, embora tenham sido dadas ordens de recaptura dos dois fugitivos, do liberto Francisco Manoel não mais se pôde descobrir o paradeiro. Quanto ao degredado Joaquim, o mesmo estranhamente se reapresentou, por conta própria, dois meses depois no aquartelamento dos soldados de Guarapuava, em vinte de março daquele ano. Foi logo preso, até que pudesse ser remetido à capital provincial para novo julgamento, conforme previam as leis para os degredados fugitivos.

Entretanto, menos de um mês após sua recaptura, perto das onze horas da noite do dia vinte e um de abril de 1827, Joaquim tentou fugir novamente, desta vez levando consigo uma arma de fogo com cartuchos para pólvora e balas, além de um machado de uso dos soldados.

¹⁹¹ LOURES, Antonio da Rocha. *Carta ao presidente da Província de São Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros*. Data: 25 de novembro de 1826. AESP Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 192, Ordem: 987.

¹⁹² LOURES, Antonio da Rocha. *Carta ao presidente da Província de São Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros*. Data: 12 de julho de 1827. AESP Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 192, Ordem: 987.

Segundo indícios contidos na carta, o degredado tramava, junto com outros condenados que ali se encontravam, seguir para o sul pela “picada de Missoens” caminho indígena rumo ao extremo sul.

Até a década de 1840 povoado somente pelos nativos kaingang da região, essa vereda passava pelos campos de Palmas, chegando até os campos de Vacaria, na Província do Rio Grande do Sul, de onde gado e mulas eram levados por tropeiros até o registro de Sorocaba, rumo ao Sudeste do Império. O uso desse caminho para o transporte de tropas encurtaria o trajeto, trazendo novas possibilidades de enriquecimento para os colonos que se instalassem na região por onde o caminho passava, tendo sido sua abertura planejada desde a primeira década de colonização de Guarapuava.

No entanto, em 1827 o caminho ainda se mostrava impossível de ser atravessado com vida sem o apurado conhecimento das passagens que os Kaingang aldeados percorriam antes de entrarem para a catequese: os poucos colonos que o tentaram fazer sozinhos acabaram mortos pelas tribos que habitavam e percorriam a região.¹⁹³ Sabendo dessas dificuldades, Joaquim já havia convidado Antonio Coverê, índio de cerca de vinte e oito anos de idade batizado com nome português em 1814, com idade presumida de treze anos, e casado com a indígena Caetana Hereicang em 1816,¹⁹⁴ conhecedor do caminho, para lhe servir de guia. Tal atitude demonstra que o contato dos colonos e demais pessoas que se encontravam na povoação não se restringia à catequização promovida pelo padre Chagas, existindo a movimentação entre a aldeia e a povoação em ambos os sentidos.

Seguindo estratégias de penetração nos sertões parecidas com aquelas formuladas pelos empreendimentos colonizadores paulistas, pela rota de fuga escolhida, o degredado Joaquim não pretendia retornar para sua vila ou pedir o perdão ou comutação de sua pena. Tais estratégias corroboram com o que foi esmiuçado por Maria da Glória Porto Kok sobre as experiências comuns aos paulistas em seus deslocamentos pelo sertão adentro. Segundo a autora “os paulistas desenvolveram estratégias de sobrevivências e sociabilidade originais,

¹⁹³ Cf. RODERJAN. *Raízes e pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1991, p. 85.

¹⁹⁴ Mostra-se interessante a constatação de que esse casal indígena Antonio e Caetana, teve, primeiramente, dois filhos homens batizados em 1820 e 1822, ambos com poucos meses de vida na época dos batismos. Porém o casal só voltou a batizar um filho seu em março de 1827, pouco mais de um mês antes da fuga de Joaquim, neste caso, uma menina já de dois anos de idade. Todavia, no mesmo mês do batismo da primeira filha documentada do casal, Antonio Coverê batizou outro filho seu, um menino de oito para nove anos de idade, fruto de uma relação sua com outra índia, a kaingang solteira Joanna Aranhohê. Pouco mais de um ano depois, Antonio batizava sua segunda filha com sua mulher ‘oficial’, em abril de 1828: a pequena Gertrudes, com doze dias de vida na ocasião do batismo. Como se nota, as uniões sacramentadas dos indígenas, mesmo aquelas realizadas solenemente na capela de Atalaia, não impediam a continuação de suas relações poligâmicas, e mesmo as suas saídas por longos períodos para o sertão, retornando ao aldeamento anos depois, já com os filhos crescidos, e, mesmo assim, apanhados pela tentativa de incorporação através do sacramento do batismo.

deixando as marcas de uma colonização singular, avessa, na maioria das vezes, aos padrões litorâneos”.¹⁹⁵

A planejada fuga para o extremo sul, aliada ao índio Coverê como guia, demonstra uma peculiaridade desses degredados paulistas. Ao contrário do que freqüentemente acontecia nos casos de fuga dos condenados enviados de outras possessões lusitanas durante os três primeiros séculos de povoamento das terras brasílicas, Joaquim conhecia bem as estratégias de locomoção por um território vasto e semi-desconhecido. Após fugir de Itapetininga, ao invés de retornar para sua vila natal de Taubaté, a trezentos quilômetros, e ter retornado por conta própria ao aquartelamento, buscando ajuda do indígena e perfazendo alianças junto a outros degredados, o condenado pretendia seguir por caminhos pouco conhecidos, com destino a lugares onde as possibilidades de escapar e mudar de vida poderiam ser melhores que as encontradas no sudeste. Neste sentido, “a itinerância significava o ‘remédio para a pobreza’”.¹⁹⁶

Todavia, seus planos de seguir para o sul se viram encerrados na mesma noite da fuga. Sendo perseguido pelos soldados e pelo comandante, Joaquim não se rendeu, sendo necessário, às ordens do Rocha Loures, acertá-lo com chumbo pelas pernas para que se rendesse. Três meses depois, já recuperado dos ferimentos que sofreu, Joaquim Martins Rodrigues era remetido a São Paulo com a mesma carta em que Antonio da Rocha Loures narra seus feitos e intenções, seguido do pedido de que o mesmo degredado fosse transferido para outro local.

Seguiu juntamente um de seus cúmplices na última fuga, como explica Rocha Loures, a fim de se evitarem outros danos. Tratava-se do já citado Joaquim Antonio de Oliveira, também enviado em 1822, e que permanecia como exceção quanto ao uso de calceta presa aos pés, ao trabalho e aos casamentos na povoação em 1826¹⁹⁷. Tendo chegado aos vinte e oito anos de idade, casado em São Paulo, de pais legítimos denominados e sendo natural da Vila de Guarulhos, Joaquim Antonio cumpria uma sentença de vinte anos de degredo por assassinato.¹⁹⁸ Nenhuma outra informação sobre o que aconteceu depois disso com Joaquim Martins Rodrigues foi encontrada. Já com relação a Joaquim Antonio de Oliveira, o mesmo

¹⁹⁵ KOK, Maria da Glória Porto. “*O Sertão Itinerante*”: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. (Tese de Doutorado). FFLCH-USP: São Paulo, 1998, p.36.

¹⁹⁶ Idem, p.30.

¹⁹⁷ Cf. LOURES, Antonio da Rocha. Relação das Praças de Tropa de linha, Ordenanças e Prezos Sentenseados que se axão nesta Povoação com declaração dos seus empregos como abaixo se mostra. Quartel da freguesia de Nossa Senhora de Belém aos 13 de março de 1826. op., cit.

¹⁹⁸ Arquivo Histórico Benjamin Teixeira. *Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821*. Guarapuava, folha 6.

acabou sendo reenviado à Guarapuava. Tentando a fuga novamente, esse degredado não mais fracassaria, como veremos a seguir.

Outra questão que deve ser levada em consideração para darmos sentido ao movimento de fuga em direção à província do Rio Grande por estes degredados está relacionada com as possibilidades de traçar uma nova vida em local onde não constariam seus crimes no passado. O naturalista alemão Hermann Burmeister, de passagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais em 1850, percebeu as fendas na estrutura judicial, por onde os degredados poderiam incorporar novos rumos: “A autonomia jurídica de cada Província facilita tais empreendimentos, pois o Tribunal de uma não pode condenar o criminoso de outra. Todo ladrão, assassino ou patife está livre ao pisar o território de uma Província na qual não tenha cometido crime”.¹⁹⁹

Outro viajante, o francês Auguste de Saint-Hilaire, também percebeu essas fissuras na estrutura judicial por onde os criminosos ainda sem julgamento ou condenação poderiam imiscuir-se frente à autonomia de cada província. De passagem pela mesma região, entre os anos de 1816 e 1822, ele narra seu encontro inusitado com alguns criminosos foragidos:

Um criminoso foge para algumas léguas de distância do local onde cometeu o crime, e está ao abrigo de qualquer inquietação. Mais de uma vez, no decurso de minhas viagens, encontrei desses criminosos foragidos, e não pude deixar de ficar surpreendido pela indiferença com que me confessavam a causa de sua mudança de domicílio: pronunciavam essas palavras, *sou criminoso*, mais ou menos no mesmo tom com que diriam, *sou comerciante* ou *lavrador*.²⁰⁰

Depois de cumpridos cinco anos de seus tempos de degredo, na tentativa de burlarem as autoridades ou na busca por novos horizontes, Joaquim Martins Rodrigues e Joaquim Antonio de Oliveira optaram por uma rota inversa ao caminho de suas terras natais. As mal-fadadas alianças feitas entre os condenados e posteriormente com o índio Antonio Coverê podem ser interpretadas como estratégias utilizadas pelos fugitivos para o aumento das possibilidades de êxito na tentativa de fuga rumo ao extremo sul, em meio às condições de mobilidade e do conhecimento do território nessa região do Brasil meridional durante seu processo de povoamento. Como veremos nas duas tentativas posteriores de fuga envolvendo Joaquim Antonio e outros degredados enviados para Guarapuava, ocorreram configurações e sortes distintas das que descrevi até agora.

¹⁹⁹ BURMEISTER, Hermann. op. cit., p.342.

²⁰⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. e Notas de Claro Ribeiro de Lessa. São Paulo: Editora Nacional, tomo I, 1938, p.299-320.

Alianças de fuga: rumo à terra natal

Corria o ano de 1828. Em onze de junho eram apresentados sete réus condenados a degredo na povoação de Guarapuava.²⁰¹ Suas penas variavam entre um e quatro anos, além de quatro sentenças de degredo perpétuo. Dentre os sentenciados à pena máxima estava Joaquim Lemes Dias, de trinta e dois anos de idade. Além dessas informações, o degredado é denominado na Carta de Guia trazida pelo soldado que o acompanhou até sua apresentação ao comandante Rocha Loures como “branco”, casado e natural da Vila de Mogimirim, na Província de São Paulo, onde morava, tendo sido filho legítimo de Gonsalo Leme e Garcia Maria. Sem mais informações – se tinha filhos ou ocupação estável –, Joaquim Lemes era culpado pelo assassinado de Ignácio Dias Delgado.

Outro condenado à perpetuidade, o índio Timotheo Domingues, foi o único caso entre todos os nomes das cartas de guia que encontramos fazendo referências a um indígena degredado. Assim como o já citado Joaquim Antonio de Oliveira, Timotheo tinha mais de trinta anos e era casado quando foi preso. Natural e morador de Itapetininga, sendo filho legítimo de João Domingues e Maria de Lima, o índio de tribo não denominada no documento tinha sido preso por uso de faca de ponta na mesma povoação onde se encontrava a cadeia que aprisionou por alguns dias, até nova fuga, os degredados Joaquim Martins Rodrigues e Francisco Manoel, entre fins de 1826 e os primeiros dias de 1827.

Condenado a “galés por dez annos de serviços públicos”, talvez já sabendo do inferno vivido pelos condenados ao trabalho no convés dos barcos, onde “se morria aos poucos”, sem perspectiva de sobrevivência por mais de três anos,²⁰² Timotheo entrou com pedido de comutação na Junta de Justiça de São Paulo, tendo seu pedido aceito e a pena substituída pelo “degredo para Garapuava por toda a vida” e o pagamento dos custos dos autos.²⁰³ Três meses após a chegada, aproveitando-se do momento de fuga para o sertão de cinquenta dos cento e trinta e sete índios, na sua maioria mulheres e crianças, que se achavam aldeados na povoação

²⁰¹ Cf. Arquivo Histórico Benjamim Teixeira. *Carta de guia que acompanha os reos condenados em Junta de Justiça desta Imperial Cidade para a Povoação de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava a degredo*. Data: 11 de junho de 1828. Guarapuava, folha 2.

²⁰² Cf. COATES, op. cit.

²⁰³ Arquivo Histórico Benjamim Teixeira. *Carta de guia que acompanha os reos condenados em Junta de Justiça desta Imperial Cidade para a Povoação de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava a degredo*, op. cit., folhas 2 e 3.

de Nova Atalaia em setembro de 1828, os dois degredados escaparam do exílio, levando consigo uma arma de fogo e oito cartuchos de munição.²⁰⁴

Não encontramos dados na documentação que explicitem para onde os dois fugiram, porém, em carta remetida às autoridades paulistas, Antonio da Rocha Loures já havia avisado a todos os comandantes dos Campos Gerais – caminho ao norte de Guarapuava em direção às vilas de Mogimirim e Itapetininga - que organizassem forte diligência em busca dos fugitivos, entretanto, sem nenhum sucesso.²⁰⁵ Fugir aos pares, levando consigo armas de fogo e munição, mais do que um meio de dificultar a recaptura, pode ter funcionado como uma estratégia vital para a sobrevivência dos degredados em meio às matas, repletas de animais selvagens e sob ameaça indígena.

Em função dos perigos, o constante estado de alerta de muitos viajantes e moradores nas matas paulistas resultavam em atitude parecida por parte dos degredados fugitivos: “armas sempre nas mãos, mesmo quando trabalhavam a terra; caminhando sempre aos pares, mesmo quando iam buscar a água que tinham ao lado da casa.”²⁰⁶ Outras necessidades também exigiam o porte de armas de fogo no meio das matas. Com o intuito de evitar a fome, os paulistas que se internavam no sertão praticavam a caça sempre que podiam, utilizando na maioria das vezes o mesmo instrumento que levaram Joaquim Lemes e Timotheo Domingues: uma espingarda munida de chumbo e pólvora.

Ao encerrar a carta, mais uma vez Rocha Loures pedia ao governo provincial que cessasse o envio de degredados, desta vez dando como motivo a falta de soldados para fazer a vigilância tanto dos sentenciados quanto dos indígenas que ainda permaneciam, cada vez em menor número, no aldeamento.²⁰⁷ Nenhum documento dando conta da possível recaptura de Timotheo Domingues e Joaquim Lemes foi encontrado. Ambos tinham mais de trinta anos de idade e, casados, cada um deles certamente também possuía filhos em seus povoados: pela prematura fuga que tiveram e pela indicação da possibilidade de seus paradeiros nos Campos Gerais – caminho de volta para suas vilas próximas à capital provincial – certamente seus destinos pretendidos eram o retorno para suas famílias: são estes os indícios.

²⁰⁴ LOURES, Antonio da Rocha. Correspondência às autoridades paulistas. Data: 27 de outubro de 1828. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 192, Ordem: 987.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ SOUZA, Laura de Mello e. “Formas provisória de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações.” In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, v. 1, 1997, p.66.

²⁰⁷ LOURES, Antonio da Rocha. Correspondência às autoridades paulistas. Data: 27 de outubro de 1828. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 192, Ordem: 987.

Como estamos vendo, o planejamento das fugas em duplas de condenados tinha melhores êxitos. É o que podemos observar no último caso de fuga noticiado, acontecido por volta de outubro de 1829, ou seja, pouco mais de um ano após a escapada de Timotheo Domingues e Joaquim Lemes. Dessa vez, Joaquim Antonio de Oliveira - que quase três anos antes havia tentado fugir para o extremo sul acompanhado de outro degredado e do nativo Antonio Coverê - utilizaria outro caminho, levando consigo um animal roubado na Povoação e tendo como companhia uma mulher, a degredada Francisca Maria Constância.

A “branca” Francisca havia sido enviada para o local pouco mais de um ano antes. Solteira, nascida em Iguape e de pais nominados na carta de guia trazida pelo oficial que a acompanhou até Guarapuava juntamente com os fugidos Joaquim Lemes e o índio Thimoteo, não encontramos a descrição de seu crime no documento, embora tenha sido sentenciada a degredo perpétuo e no pagamento dos custos de seu processo à Junta de Justiça paulista.

Com vinte e seis anos de idade na época da fuga, aparentemente a degredada não realizava nenhuma atividade específica na povoação: não encontramos nenhum documento que dê conta de sua ocupação. O tipo de relação existente entre Francisca Maria e Joaquim Antonio no período em que os dois permaneceram em Guarapuava também é omitida nos documentos. Sabemos que ele era casado na cidade de São Paulo. Francisca permanecera solteira.

Em outro trecho da carta, Rocha Loures ainda informa que todas as providências já haviam sido tomadas em avisar os capitães-mores de Curitiba, Castro e Lapa, a fim de que fizessem “toda a diligência de apreender” os dois fugitivos. Todavia, nenhum documento posterior dá conta da recaptura de Joaquim Antonio e Francisca Maria. Fugindo, ao que tudo indica em direção norte no rumo de suas Vilas natais, os dois degredados não escaparam de mãos vazias. Segundo Rocha Loures, embora sem levar nenhuma arma, no momento da fuga Joaquim acabou roubando um animal, o qual – presumimos - poderia servir de moeda de troca por objetos de maior importância e alimentos.

Como já notou Laura de Mello e Souza em trabalho sobre o período colonial, também referente aos livres pobres envolvidos com processos de migração forçada nas Minas Gerais setescentistas, era comum que os condenados fugissem de seus locais de degredo, retornando às suas antigas vilas: “No desterro, muitos, renitentes, voltavam para as Minas”.²⁰⁸ Nestes casos, o governo da capitania dava novo destino aos fugitivos, geralmente nos presídios em meio ao sertão repleto de indígenas, com a finalidade de dificultar novas fugas.

²⁰⁸ MELLO e SOUZA, Laura de. *Os desclassificados do ouro*. Op. cit., p.197.

Como se pode notar na documentação dos degredados enviados no período posterior a 1835, as tentativas de fuga dos degredados paulistas, embora sem grande expressão numérica, resultaram em mudanças no processo de envio dos condenados para a região. Observando novamente o Gráfico I, nota-se a brusca diminuição do número de degredados enviados no período posterior.

Analisando os documentos referentes aos condenados remetidos daquele ano até o último envio em 1859, percebemos que a maioria das penas não apresenta mais a duração perpétua, nem mesmo sentenças de cinco, dez ou vinte anos. Segundo relatos do presidente da Província, Tobias de Aguiar, em 1835 e do ex-senador do Império Diogo Antônio Feijó, essa mudança levava em consideração o maior número de colonos na região e a maior facilidade de evasão dos condenados após a abertura dos caminhos que ligaram Guarapuava às Vilas próximas.²⁰⁹

Entretanto, mais que as mudanças e adequações provocadas no processo de envio subsequente, a documentação disponível sobre os casos de fuga aqui descritos tem sua importância maior a partir do momento em que permitem ao historiador descobrir de que forma os degredados envolvidos nesses casos descritos articularam suas fugas através de alianças com outros degredados e com indígenas aldeados em Atalaia.

3.2 Os tribunais da Corte e as comutações de pena

Artífices de todo o Império: os degredados com ofícios

Alguns degredados enviados para Guarapuava tinham ofícios que lhes davam uma condição diferenciada em meio aos outros condenados. Esse foi o caso de Isidoro Ramos, soldado do Regimento de Santos remetido na segunda leva da carta de guia de 1821. Chegando em Guarapuava acorrentado a outros quatro condenados, Isidoro era nascido em

²⁰⁹ Cf. *COLLECÇÃO das Leis e Resoluções decretadas pela assembléa Legislativa da Província de São Paulo*: contendo os actos das secções de 1835-1836-1837. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1837; e FEIJÓ, Diogo Antônio. “Negócios gerais” (extraído de *O Justiciero*, nº12, de 29 de janeiro de 1835). In: CALDEIRA, Jorge (org.) *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Coleção Formadores do Brasil, Editora 34, 1999, p.265-268.

Villa Rica, de condição civil não declarada, estando com vinte e um anos de idade e sendo condenado a cinco anos de degredo na povoação.

Ao final da carta de guia, era informado o ofício praticado pelo soldado: “Official de Alfaiate”²¹⁰, Isidoro, mesmo não se casando em Guarapuava no tempo em que permaneceu na povoação, não precisava usar calcetas de ferro presas aos seus pés nos serviços da povoação, tal como seus pares na já citada relação de Praças de 1826. Sem calceta, Isidoro trabalhava como cozinheiro do Quartel enquanto esteve em Guarapuava. Com a expiração de sua pena em 1827, não encontramos mais indícios documentais que indiquem sua permanência na povoação depois de cumprida sua pena.

Outro caso interessante envolve a necessidade de um novo ferreiro para a povoação em 1835. Em ofício ao governador Rafael Tobias de Aguiar em julho daquele ano, o comandante Rocha Loures avisa da saída do ferreiro que se encontrava empregado na povoação, pedindo o envio de outro oficial em seu lugar.²¹¹ No mesmo documento, o governador anotou com tinteiro diferenciado, uma petição a ser encaminhada ao inspetor da casa de prisão da cidade de São Paulo, pedindo que ele o informasse se existia algum ferreiro condenado na mesma cadeia, e qual era o tempo de sua condenação. Tobias de Aguiar ainda questionava se, caso existisse tal ferreiro condenado, o mesmo era mestre ou “official bom”. Independentemente do fato desse recado ter chegado até seu destinatário, o fato é que, ainda naquele ano de 1835, de acordo com a “Relação de pessoas apresentadas neste Districto para Cumprirem degredos”, José Rodrigues Coelho havia sido apresentado para cumprir oito anos de degredo em Guarapuava.

Solteiro, branco e de trinta anos de idade, em outra lista também já mencionada para este mesmo ano,²¹² José Rodrigues Coelho aparece com ocupação de “ferreiro e negociante”, morando a favor na casa de Francisco Ferreira. Tão instigante quanto esta constatação é o fato de que, no mesmo domicílio encabeçado por José Coelho, outros onze degredados são listados como moradores. Quase todos eles apresentados na mesma relação de degredados de

²¹⁰ “Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

²¹¹ LOURES, Antonio da Rocha. *Ofício ao Governador da Província, Rafael Tobias de Aguiar*, em 08 de julho de 1835. AESP, caixa 193, ordem 988.

²¹² Lista de Habitantes da Freguesia de Guarapuava de 1835. Cópia micro-filmada pertencente ao DEHIS – Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

1835. Diferentemente dos demais degredados, que continuavam residindo cada um em seu domicílio, tal como os degredados remetidos ainda na década de 1820, casados na povoação, e com processos incorporativos bastante avançados, estes condenados apresentavam uma dependência hierárquica, ao menos formal, em relação ao degredado mais bem qualificado do domicílio. Todavia, José Rodrigues não volta a aparecer em nenhum outro documento.

Comutações de pena

Degredados com processos na Corte do Império também poderiam ser remetidos para Guarapuava. É o que percebemos no caso já narrado do escravo Francisco, e nos últimos quatro casos de remetidos para Guarapuava, principalmente na década de 1840 e 1850. Segundo Timothy Coates²¹³, vários fatores se relacionavam à questão dos perdões: pedidos de perdão por parte da nobreza, comutação de pena para casos em que o criminoso fosse útil para o Estado, ou perdões como forma de demonstração de misericórdia por parte do soberano.

O perdão para pena de morte só era concedido após seguir a burocracia jurídica estabelecida em lei. A Regulamentação formal desse tipo de processo foi feita em 1832, com a promulgação do Código de Processo Criminal do Império do Brasil²¹⁴. Para que o réu entrasse com recurso, deveria fazer primeiramente uma apelação ao Tribunal de Relação. Este órgão encaminhava o pedido à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, pelo relator do processo. Os juizes encaminhavam a apelação à Corte. O conteúdo de cada processo deveria ser rigorosamente analisado, devendo constar uma narração dos fatos e das circunstâncias do crime e da sentença, o exame das provas constantes nos autos, uma declaração das formalidades que foram guardadas ou preteridas e, por fim, uma exposição da conduta e vida pregressa do réu e suas circunstâncias pessoais.

Para se pedir a graça para outra sentença que não fosse a pena de morte, o recurso deveria ser apresentado diretamente à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, ou ao Presidente de Província. O processo deveria conter a certidão de queixa, denúncia ou ordem, e, se houvesse instalado o processo, uma certidão de corpo de delito, quando existente, uma certidão com depoimentos das testemunhas de acusação e defesa, a certidão da sentença e, por fim, todos os demais documentos que parecessem convenientes ao peticionário e aos

²¹³ Coates, T. Op. Cit. p. 169 a 189.

²¹⁴ ‘Decreto de 29 de novembro de 1832 – Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória da administração da Justiça Civil.’ In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*. Parte 2 Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1874. p. 186.

respectivos juizes. A deliberação final sobre cada pedido de perdão, comutação ou anistia era dada exclusivamente pelo Poder Moderador, assim como em Portugal no Antigo Regime, cabia ao soberano.

Sabino José Maciel, de origem não declarada, teve uma pena de dois anos de prisão comutada por um “Decreto de Sua Magestade” o imperador D. Pedro II, em degredo para Guarapuava por igual tempo. Apresentado no “presídio” de Guarapuava no dia cinco de setembro de 1846, em quinze de junho de 1848 Sabino pedia um atestado de boa conduta ao comandante Rocha Loures²¹⁵. A autoridade guarapuavana arquivou uma cópia do documento em meio ao livro de “escriturações de Notas Pendentes ao Juízo de Pás desta freguesia”, denominado “Lançamento”, o qual também esclarece que Sabino Maciel tivera que pagar sessenta reis pelo selo do documento.

Certamente, nesta data se completavam os dois anos da pena a cumprir, a qual considerava o tempo da viagem até o local da pena. Desta forma, tal documento deveria ser levado pelo ex-condenado em sua reapresentação em sua cidade de origem, seja na Corte ou na capital da província, São Paulo.

Também servindo como um salvo conduto em qualquer situação em que fosse solicitada a documentação de origem durante a viagem de volta de Sabino José, Rocha Loures atestava “que no tempo que aqui tem estado tem se comportado como homem onrado”. Dessa forma, o degredado estava livre para retornar à região em que praticara o crime, também não mencionado no documento.

O degredado Francisco José de Bittencourt apresenta uma trajetória bastante interessante para problematizarmos questões em torno dos processos de incorporação, mobilidade e do próprio funcionamento da justiça no Segundo Reinado. Sem uma carta de guia que indique seu crime, Francisco José tem sua condição de degredado exposta pela primeira vez no requerimento de um atestado de boa conduta à câmara de vereadores de Guarapuava no ano de 1863. Alegando já estar há cerca de vinte anos cumprindo pena na região, tal documento foi concedido em Sessão Ordinária do órgão municipal em quatorze de janeiro daquele ano.

²¹⁵ LOURES, Antonio da Rocha. *Lançamento de um atestado, de Sabino José Maciel*. Livro de Notas nº1 (1835-1843). 1º Tabelionato de notas Gouvêia. Guarapuava.

Além de emitir parecer favorável ao pedido do degredado, a nota presente no livro de atas da Câmara de Guarapuava – elevada à categoria de cidade logo após a emancipação provincial do Paraná, na década de 1850 – ainda cita que a mulher de Francisco José, Bibiana Berrièr de Bittencourt, exercia a vários anos o cargo de “professora de primeiras lettras do sexo feminino d’esta Villa”²¹⁶.

A pena de degredo não era estendida à mulher do condenado. Entretanto, nada proibia que um parente próximo rumasse para o local da pena juntamente com o ente. Desde que houvesse condições financeiras para tal viagem.

A partir desse atestado, rastreamos a trajetória do casal no período anterior a 1863. O primeiro dado encontrado se refere à compra de uma propriedade por Francisco em outubro de 1844. Levando em consideração que, de acordo com o atestado de boa conduta, o degredado estava na povoação há cerca de apenas um ano em 1844, e analisando o valor pago pelo imóvel - 450 mil réis – supomos que o casal já possuía bens de valor na época anterior ao degredo, trazendo consigo alguma quantia. Localizada na Rua do Comércio, nas ruas laterais próximas à igreja Nossa Senhora de Belém, tal propriedade certamente era utilizada para realização dos negócios não especificados de Francisco. Ou mesmo, em função da localização central, poderia servir de sala para as aulas de Bibiana.

Cinco anos depois, ainda na década de 1840, mais precisamente em trinta de abril de 1849, ficava registrada no livro de notas da freguesia a ordem de Francisco de Bittencourt, enviando procuradores à Casa de Suplicação da Corte “para resolver suas contendas cíveis e criminais”. Os procuradores são os desembargadores Paulino José Suares de Souza e Manuel José de Sousa França, enviados para, “com todos os poderes necessários em direito, requerer tudo quanto for a seu benefício em demandas cíveis e crime em que for autor ou reo, seguindo em tudo suas cartas”²¹⁷.

Na década seguinte não encontramos nenhuma informação sobre a situação dessa família. Será somente em 1863, atravessados pela petição do atestado de boa conduta e da relação de moradores daquele ano, que teremos outras notícias da trajetória de José e Bibiana²¹⁸.

Todavia, o local de moradia do casal Bittencourt não permanecia o mesmo dois meses depois da expedição do atestado de boa conduta e dos gastos com o envio dos

²¹⁶ *Atestado a Francisco José de Bittencourt e sua mulher, Bibiana Berrièr de Bittencourt*, 14 de janeiro de 1863. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava.

²¹⁷ Livro de Notas nº2. “*Francisco José de Bittencourt manda procuradores à Corte para resolver suas contendas cíveis e criminais*”. 30 de abril de 1849. 1º Tabelionato de Notas Gouveia, Guarapuava.

²¹⁸ ARAÚJO, Antonio Braga de. *Rol de moradores da freguesia do Belém de Guarapuava, Bispado de São Paulo, abril de 1863*. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

desembargadores à Corte. No já citado “Rol de moradores da freguesia” de abril de 1863, a família aparece na listagem dos paroquianos moradores do segundo quarteirão de Guarapuava, localizado em local mais afastado da igreja, assim como da Rua do Comércio. Nessa lista, Francisco José e Bibiana Berrièr constam com idades de quarenta e cinco e quarenta anos de idade, respectivamente.

A partir desses dados, podemos concluir que o casal era bastante jovem quando Francisco foi sentenciado a degredo, ambos em torno dos vinte anos. Com o registro de óbito de Bibiana, em setembro de 1878, aos cinquenta e seis anos de idade mencionados, ficava pressuposta a origem do casal, pois Bibiana era nascida na província de Santa Catarina. Após a missa de corpo presente, Bibiana foi sepultada no cemitério de Guarapuava.

Da mesma maneira, descobrimos que Bibiana trouxera duas filhas pequenas para Guarapuava. Uma delas veio com cerca de três anos de idade – Pedra - já com vinte e três anos de idade em 1863. Outra filha, Maria Virgínia, com cerca de vinte e seis anos na época de confecção da lista, já não constava residindo com os pais, casada que estava com Bernardino de Serma Campos.

Os dados de Maria Virgínia de Bittencourt foram retirados de seu registro de óbito, no ano 1884, então com quarenta e oito anos de idade, onde foram relacionados os pais Francisco José e Bibiana. Além desses dados, é a partir do obituário de Maria Virgínia que podemos encontrar nova menção à origem de seus pais, uma vez que ela era natural da “Cidade do Desterro”, na província de Santa Catarina. Outros dois filhos haviam nascido na primeira década de permanência do casal na freguesia: Francisca, de dezenove anos, e Hygino, com quinze anos, ambos também solteiros e relacionados no rol de moradores da freguesia em abril de 1863.

Embora vivendo a cerca de vinte anos na região, ainda em 1863, dez meses depois da expedição do atestado de boa conduta pela câmara municipal, certamente enviado à Corte juntamente com um pedido de perdão, o presidente da província do Paraná enviava o conteúdo de um ofício do ministro da Justiça do Império a Francisco José de Bittencourt. De acordo com o presidente provincial Sebastião Gonçalves da Silva, pelo ofício, ficava indeferida a solicitação de perdão da pena de degredo perpétuo de Francisco José²¹⁹.

Ao que tudo indica, Francisco vivia na Ilha do Desterro, onde cometeu certo crime. Teve seu processo julgado na Corte, que o sentenciou a degredo perpétuo para Guarapuava.

²¹⁹ SILVA, Sebastião Gonçalves da. “Ofício ao Juiz de direito de Guarapuava”. Data: 13 de maio de 1863. Arquivo Público do Paraná. Ap. 170, pg. 08. Curitiba

Sem ter sucesso, o degredado tentou ao menos duas vezes, entre 1849 e 1863, rever sua pena ou pedir o perdão pelo crime não mencionado.

Com os filhos crescidos e viúvo desde 1878, Francisco continuou vivendo em Guarapuava. Não encontramos informações sobre o ano de sua morte. Até 1886 seu nome não consta nos obituários da cidade. Em função da falta dos registros de óbito municipais entre dezembro de 1886 e 1907, ficamos sem descobrir a data de seu falecimento. Com cerca de sessenta e oito anos em 1886, Após permanecer muitos anos perpetrando recursos junto à Casa de Suplicação da Corte para reaver sua pena, Francisco José de Bittencourt foi, certamente, o último degredado a permanecer vivo em Guarapuava, falecendo, possivelmente, já no período republicano, ou mesmo nos primeiros anos do século XX.

Sua mulher, Bibiana Berrièr de Bittencourt, permanece na história de Guarapuava como a primeira professora da cidade. Uma escola municipal recebeu seu nome no final dos anos 1990. Livros didáticos da história municipal não deixam de constar seu nome como pioneira na educação regional. Independentemente do fato de ter chegado à região acompanhando o marido sentenciado a degredo, Bibiana teve importância histórica reconhecida em Guarapuava, exercendo um ofício que demandava certa imagem de integridade pessoal junto à sociedade local, uma vez que o ensino de primeiras letras preconizado pela professora estava direcionado às filhas dos grandes fazendeiros da região.

Entre retratos e moedas... De Salvador a Guarapuava

José Maria Cândido Ribeiro, português vivendo na cidade de Salvador, na província da Bahia na década de 1840, tornou-se conhecido entre os artistas da região. Segundo Manuel Querino, “não fôra só consumado desenhista, mas reputado retratista a óleo”. Todavia, em 1848 José Maria estabeleceu secretamente uma oficina de gravura em Salvador, ali fabricando moeda falsa em larga escala, “e tão perfeita era a imitação que se tornava difícil distinguir uma nota falsa da verdadeira”²²⁰.

O português falsificador não deixara de desenhar retratos mesmo durante seus depoimentos para a polícia local. Ainda de acordo com Querino, em um de seus interrogatórios ao chefe de polícia, José Maria desenhou a lápis o retrato da autoridade, a quem ofereceu. De qualquer modo, o artista e seus cúmplices acabaram presos e processados.

²²⁰ QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora*. Salvador: Livraria Poggio Editora, 1955, p.319-320.

De acordo com as leis do império, mais especificamente a Lei de três de outubro de 1833 ²²¹, ficava especificado um local de degredo definido para o crime de falsificação de moeda. Na primeira edição do Código, o crime era punido com prisão com trabalho acrescido de multa pecuniária. Como explica Fabrícia Rúbia Guimarães, a partir da promulgação da lei citada, o crime de falsificação de moeda e todas as suas variações (falsificação de títulos públicos, papéis fiduciários da Nação ou de bancos), passaram a ser punidos com galés temporárias ou perpétuas para a Ilha de Fernando de Noronha, acrescido também de multa para os reincidentes no mesmo crime ²²². Nas Ordenações Filipinas, o crime de falsificação de moedas era considerado imperdoável, sendo sua pena a de degredo perpétuo para o Brasil, acrescido de confisco de bens, e, às vezes, de degredo de 10 anos para a África.

Como relata sua carta de guia ²²³, José Maria Cândido Ribeiro teve o crime julgado no tribunal da Relação da Bahia, em Salvador, sendo sentenciado a galés perpétuas. Entretanto, o condenado entrou com pedido de comutação de pena no tribunal da Relação no Rio de Janeiro. No ano de sua condenação, José Maria já contava quarenta e quatro anos de idade em 1848.

Segundo os dados da biografia de seu filho, Cândido Barata Ribeiro, podemos inferir que José Maria já se encontrava em Salvador cinco anos antes de seu preso por cunhar moeda falsa, uma vez que seu filho Cândido nascera na capital provincial baiana ainda em 1843 ²²⁴. Casado com Veridiana Barata Ribeiro, o retratista lusitano chegou à Corte para aguardar o resultado de seu pedido por volta de 1853, ano em que seu filho foi matriculado no Mosteiro de São Bento, aos dez anos de idade ²²⁵.

²²¹ *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1833*. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional. 1873.

²²² Cf. NORONHA, Patrícia Rúbia Guimarães de Souza. *O Império dos Indesejáveis: Legislação brasileira sobre o degredo (1822-1889)*. (Dissertação de mestrado). Brasília: UnB, 2003, p.63.

²²³ “*Carta de Guia que acompanha o Reo José Maria Candido Ribeiro*” 26 de janeiro de 1859. Arquivo Municipal de Guarapuava. UNICENTRO.

²²⁴ Cf. SANTOS, Noronha. *Esboço histórico acerca da organização municipal e dos prefeitos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Of. Gráfs. O Globo, 1945.

²²⁵ Op. cit., Ainda de acordo com essa biografia, Cândido Barata Ribeiro residiu, por concessão especial, num quarto dessa casa conventual durante alguns anos. Como estudante, lecionava cursos preparatórios a outros alunos para se manter. Havendo conseguido os estudos básicos necessários, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de Doutor em Ciências Médicas e Cirúrgicas em dezembro de 1867. Depois de formado, passou a residir na cidade de Campinas, na província de São Paulo, onde foi nomeado Diretor do Serviço Médico e Cirúrgico do Hospital de Caridade da mesma cidade, onde clinicou e também fundou a escola de crianças pobres. Em decreto de 10 de janeiro de 1874, foi nomeado Comissário Vacinador da província de São Paulo. Transferindo sua residência para a capital do Império, entrou em concurso destinado ao magistério da Faculdade de Medicina, sendo nomeado Lente Catedrático, em decreto de 25 de março de 1883. Partidário da abolição da escravatura, atuou na campanha que implantou o regime republicano. Com o advento do regime, ocupou o cargo de Presidente do Conselho Municipal, em 1891, e foi o primeiro nomeado para exercer o cargo de prefeito do Distrito Federal, em dezembro de 1892. Nesse cargo, iniciou melhoramentos na cidade do Rio de Janeiro. Em decreto de 23 de outubro de 1893, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, preenchendo a vaga ocorrida com o falecimento do Barão de Sobral; tomou posse em 25 de novembro

Aguardando a decisão da Justiça na Corte, o artista português alugou o primeiro andar de um sobrado localizado na Rua do Hospício, número duzentos e sessenta e seis, pela quantia de oitenta mil réis ao mês. Entretanto, em setembro de 1856, o proprietário do imóvel, Paulo Roberto Ludwig, movia processo contra o inquilino José Maria no Juízo Municipal da Segunda Vara Cível, pois este “tem não só detonado todo o jardim como passara ao ponto de arrancar parte do assoalho da casa para queimar!”²²⁶.

De acordo com os autos do processo, José Maria estava “arrancando o assoalho para queimar, e soltar quasi todos os dias uma imensidade de galinhas no jardim; q’ o tem estragado, dannificado por este modo todo o prédio em grave prejuízo do supplicante”²²⁷.

Como solução da querela, a favor do proprietário, eram dadas quarenta e oito horas para José Maria se retirar do sobrado, sob risco de ser despejado à força depois desse prazo. Em outra página dos autos do processo, também era dada a alternativa do artista continuar residindo no sobrado, desde que aceitasse o aumento do valor do aluguel para duzentos mil réis mensais. Após a interposição de vários recursos, depois de quase dois meses de inquirições, em quatro de novembro, José Maria entregou as chaves do sobrado, pagando seiscentos e vinte mil réis pelos prejuízos causados.

Sem informações sobre o paradeiro do retratista nos dois anos que se seguiram, os próximos passos de sua trajetória são conhecidos a partir de sua carta de guia, expedida em vinte de dezembro de 1858. Aos cinquenta e quatro anos de idade, José Maria, de “estatura um pouco menor que a ordinária, cabelos e barbas brancos”, teve a pena de galés perpétuas comutada em quatro anos de degredo em Guarapuava. De certa forma, podemos considerar que sua pena foi em grande parte atenuada, ao menos em seu caráter temporal. Apresentado na cidade de Guarapuava dois meses depois, em vinte e cinco de fevereiro do ano seguinte, o retratista português deveria permanecer ali até fins de 1862.

Todavia, a cerca de um ano do encerramento da pena, José Maria enfrentaria outro processo judicial, dessa vez no próprio local de degredo, em fins de 1861. Juntamente com Serafim de Carvalho Batista – retratista em vidro, de vinte e um anos, casado, português da

seguinte. Submetida a nomeação ao Senado da República, este, em sessão secreta de 24 de setembro de 1894, negou a aprovação, considerando desatendido o requisito de “notável saber jurídico”. Em consequência, Barata Ribeiro deixou o exercício do cargo de Ministro em 29 do referido mês de setembro. Foi eleito Senador pelo Distrito Federal em trinta de dezembro de 1899, sendo empossado em vinte e cinco de maio do ano seguinte e tendo exercido o mandato até 1909. Faleceu a 10 de fevereiro de 1910, na cidade do Rio de Janeiro. Foi casado com Ana Borges Barata Ribeiro. Como percebemos, o estigma da condenação do pai, José Maria, não impediu a ascensão social do filho.

²²⁶ “Processo contra José Maria Cândido Ribeiro” Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1856. Juízo da 2ª Vara Cível. ANRJ, Caixa M921, GAL: A.

²²⁷ Idem.

cidade do Porto e residente na Corte -, o degredado era acusado por Carlota Batista por cunhar notas falsas do “Banco Commercial e Agricola”, no valor de duzentos mil réis em Guarapuava²²⁸.

Remetido à comarca de Justiça da Capital da Província do Paraná, em Curitiba para ser interrogado, José Maria declarou ao promotor público ser filho de Luiz Joaquim Ribeiro e Anna Emilia Ferreira. Além de saber o ofício de “retratista e óleo e cravador”, também disse ser natural da cidade portuguesa de Penafiel, e que sabia ler e escrever. Tendo permanecido na Corte durante três anos e meio esperando sua comutação de pena para Guarapuava. Além de ter morado no sobrado da Rua do Hospício, José Maria também declarou ter residido na Rua do Rosário entre 1857 e 1858, “ou entre 1858 e 1859, tendo até uma sala onde tirava retratos, com objecto de pintura”²²⁹.

Negando ter recebido chapas de cobre e reagentes para falsificar notas de duzentos mil réis do Banco Comercial, o retratista explicava que conhecera Serafim de Carvalho Batista – com quem mantinha correspondência - quando o hospedou em sua casa na Corte, encomendando-lhe em sua partida o envio algumas tintas, pincéis, molduras douradas “para daguerreotipo”, alguns agentes químicos e outros objetos para pintura.

Serafim de Carvalho, pelo depoimento de José Maria, também era retratista. De acordo com o degredado, ele mesmo tinha realizado o convite a Serafim, por meio de correspondências, a exercer seu ofício de retratista a óleo na região de Lapa e Morretes, onde havia demanda por esse trabalho. De certa maneira, esse conhecimento denota a possibilidade de José Maria ter passado pela região em sua vinda à Guarapuava, ou mesmo que mantinha contato com pessoas desses locais.

Em função de o degredado ter sua correspondência vasculhada para investigação, na sequência dos autos do interrogatório de José Maria, o retratista foi questionado se conhecia Guilherme Jorge de Noronha. Respondendo positivamente, explicou que dois anos antes, na época de sua chegada a Guarapuava, em 1859, havia trazido uma carta do pai de Guilherme, Felix “de tal” Noronha, que se achava estabelecido em Ponta Grossa, vila localizada no trajeto de Curitiba até Guarapuava.

De acordo com José Maria, Guilherme Jorge se encontrava em Guarapuava cumprindo pena de degredo. Tal degredado, Guilherme, não foi localizado em nenhum outro documento. Como podemos sugerir, a carta foi entregue a José Maria durante o trajeto de sua vinda ao

²²⁸ Processo-crime por reincidência do degredado José Maria Candido Ribeiro. 1861. Arquivo Municipal de Guarapuava, UNICENTRO.

²²⁹ Idem.

local de degredo. Parando em Ponta Grossa para pouso, já a poucos dias de Guarapuava, Felix Noronha pode ter interpelado o retratista letrado a escrever e a levar consigo a carta endereçada a seu filho.

Na seqüência do interrogatório, o retratista português afirmou que, em Guarapuava, em geral tudo era muito caro. Todavia, mesmo em tal “local de tão pequeno recurso, como é Guarapuava”, no tempo em que estivera na região, pintara mais de cinquenta gravuras em sinetes para selos, cobrando por cada um dezesseis mil réis, e outros sete ou oito retratos a óleo, a duzentos mil réis cada um. Ao final da inquirição do processo, sem maiores provas que o incriminassem, o degredado José Maria recebeu ordem para retornar à Guarapuava, onde deveria aguardar a decisão das autoridades judiciais. Entretanto, José nunca mais voltaria ao seu local de degredo.

De acordo com um ofício do delegado de polícia de Ponta Grossa, encaminhado ao presidente provincial paranaense, José Maria, de passagem pela cidade em vinte e quatro de outubro daquele ano de 1861, suicidou-se na casa em que passaria a noite para continuar sua viagem de volta até Guarapuava. Com um pedaço de cianureto – substância utilizada na época para dar brilho a bordas metálicas de pinturas - que o degredado havia recebido do padre de Ponta Grossa, com quem mantinha contato em função do ofício de pintura, comum aos dois, José Maria se envenenou, morrendo logo em seguida²³⁰.

3.3 Degredados com sentenças curtas ou mistas

Alguns degredados receberam penas com períodos de tempo relativamente curtos a cumprir em Guarapuava. Todavia, essas penas eram geralmente acompanhadas do pagamento de quantias em dinheiro para cumprir as despesas e custos dos autos do processo. Pela quantidade diminuta de dados referentes a essas trajetórias - na maioria dos casos se resumindo a um único documento, geralmente a carta de guia – optamos por não elencar cada caso em um tópico.

Essa é a situação de Joaquim Mariano. Considerado branco e nascido na vila de Jacarehi, o jovem de dezoito anos era casado com Emerenes Anna Maria, sendo filho de Hilário do Prado e Florinda Rodrigues.

²³⁰ SILVA, Sebastião Gonçalves da. “*Correspondência ao Presidente da Província do Paraná*”. Data: 31 de outubro de 1861. Arquivo público do Paraná. Ap. 121, pg. 222. Curitiba.

Considerado culpado na devassa do juiz ordinário da vila de Jacarehi pela morte de Antonio Jorge Silva, o réu foi sentenciado pela Junta de Justiça de São Paulo em quatorze de fevereiro de 1828 em dois anos de degredo para Guarapuava e no pagamento de cinquenta mil réis “para as despesas e custos dos autos”²³¹. Chegando à Freguesia em onze de junho daquele ano, foi apresentado juntamente com outros seis condenados ao comandante Antonio da Rocha Loures.

No mesmo ano, Joaquim Mariano foi mencionado na lista de habitantes da povoação de Guarapuava como sendo solteiro, branco e de vinte e três anos idade. Com o fim de seu degredo em 1830, ele certamente saiu da região, retornando para sua terra natal, ou migrado para outra localidade.

Outro condenado nascido em Jacarehi é o denominado branco Joaquim Antonio dos Santos. Sentenciado na mesma carta de guia de 1828²³², o condenado era morador da freguesia de Santa Isabel, tendo por pais Floriano José dos Santos e Maria Correa de Jesus. Casado e com vinte anos de idade, não consta seu crime na carta de guia que o acompanhou juntamente com Joaquim Mariano e outros quatro degredados – incluindo duas mulheres – até Guarapuava.

Entretanto, pela condenação da Junta de Justiça de treze de março de 1828, Joaquim Antonio era sentenciado a quatro anos de degredo “contados do dia em que foi preso na Cadea desta Cidade [de São Paulo] e em vinte milreis para as despesas da Junta de Justiça em custos dos autos”. Ainda na carta de guia, fica explicitada a recusa do condenado em arcar com esse dinheiro, e, “opondo-se com embargos” ao pagamento de tal quantia, lhe foi revogado o ônus da pena pecuniária prevista. Chegando a Guarapuava em onze de junho daquele ano não temos mais informações sobre a trajetória desse condenado²³³.

O alfaiate Galdino José Nonato tinha apenas dezessete anos quando foi degredado para Guarapuava. Pardo, liberto e natural de Curitiba, era também morador dessa mesma cidade “onde se criou”, filho de Boaventura Monteiro do Espírito Santo e Maria Rodrigues de França. Condenado pela morte de Fidelis José, o jovem foi sentenciado pela Junta de Justiça de São Paulo em vinte e oito de fevereiro de 1828 a um ano de degredo em Guarapuava e no pagamento de cinquenta mil réis para as despesas do processo. Após sua apresentação na

²³¹ “Carta de guia que acompanha os reos condenados em Junta de Justiça desta Imperial Cidade para a Povoação de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava a degredo”, 1828. Arquivo Público Benjamim Teixeira, Guarapuava.

²³² Idem.

²³³ Ibidem.

freguesia em onze de junho do mesmo ano, foi ainda referenciado na lista de habitantes de 1828 como sendo negro, solteiro e com dezoito anos de idade²³⁴.

Bem mais velho era Mariano Rodrigues, remetido para Guarapuava em carta de guia expedida em vinte de outubro de 1829 aos trinta e sete anos de idade. Casado e nascido na vila do rio São Francisco, era filho de Sebastião Rodrigues e Thereza Maria de Jesus, vivendo “de lavouras”. Sem maiores informações, acabou sentenciado pela Junta de Justiça de São Paulo – por crime não mencionado – a dois anos de degredo em Guarapuava em vinte e dois de agosto de 1829²³⁵.

Apresentado na povoação em fins de janeiro de 1830 junto a outros dois degredados e uma degredada com penas diferenciadas, sua trajetória junto à sociedade Guarapuavana permanece omitida pelo pouco tempo que o mesmo condenado passou na região.

A expedição da carta de guia não significava que a ida de um condenado para seu local de degredo estava irremediavelmente certa. Comutações de pena, perdões ou mesmo fugas durante o percurso de ida aos destinos das sentenças eram comuns. Destro de alguma dessas possibilidades está o destino de Manoel Adorno de Sampaio. “Branco”, casado e morador da Freguesia de Mogimirim, onde - segundo a carta de guia que o relaciona em 1829 - também tinha nascido, Manoel tinha sessenta e quatro anos quando foi preso e condenado²³⁶.

Filho de Antonio Correa da Sá e Maria Nunes de Siqueira, Manoel foi sentenciado em vinte e nove de agosto daquele ano a dois anos de degredo para Guarapuava por resistir ao recrutamento - juntamente com seu filho – junto às tropas de ordenanças em diligência. Em meio ao combate travado com os soldados “encarregados da mesma diligência”, Manoel e seu filho acabaram por matar o ordenança Francisco Bueno e ferir outros homens.

De acordo com a carta de guia que descreve os fatos, depois de muita resistência, Manoel Adorno e seu filho não nominado acabaram presos por oficiais de Justiça. O idoso acabou sentenciado em degredo, entretanto, Manoel é o único degredado não mencionado na relação de presos que o acompanhavam, nominados na mesma carta de guia, apresentados em janeiro de 1830²³⁷. Disso podemos inferir que o condenado conseguiu interpor recurso, fugir ou ter a pena alterada de alguma outra forma. Com relação a seu filho, também não temos informações de seu destino -, se acabou permanecendo na cadeia ou seguiu no trabalho junto às tropas.

²³⁴ Ibidem.

²³⁵ “Carta de Guia para os Reos abaixo declarados na Povoação de N. S. de Belém de Guarapuava(...) aos vinte de outubro de 1829” Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Ibidem.

Antonio Pires Ramos é o último degredado com sentença relativamente curta e poucas informações a ser descrito nesse momento. Mencionado na “Relação de pessoas apresentadas neste Districto para cumprirem degredo”²³⁸, de 1835 como “branco”, solteiro, com quarenta anos de idade e oito anos de pena a cumprir, o mesmo é relacionado em outra lista de 1835 com os mesmos dados, sendo ainda “Português”. Três anos antes de completar seu tempo de degredo, Antonio Pires é relacionado pela última vez na documentação consultada, em meio à lacônica lista de habitantes de 1840.

3.4 Degredo e suplício: condenados ao baraço e pregão

A trajetória dos portugueses condenados a degredo para o Brasil era composta por um tempo de espera nas prisões do reino até que houvesse lugar em um dos navios que saíam dos portos em direção à Capitania de seu destino na Colônia, quando então se dava o embarque para a viagem. No entanto, os condenados de estamentos desprivilegiados na época não embarcavam sem antes passar pelas penas atrozes que acompanhavam o degredo.

No Livro V das Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas estão enumeradas as penas a serem aplicadas aos condenados de acordo com o grau de seus delitos. Na maioria delas, as penalidades eram severas. Nas Ordenações Filipinas - que vigorou em Portugal de 1603 até a segunda metade do século XIX, e no Brasil até 1830²³⁹ – a mutilação, a marca de ferro ardente e demais penas atrozes não aparecem com tanta frequência quanto nas Ordenações anteriores. No entanto, outras penas tortuosas herdadas do direito romano continuaram a ser amplamente aplicadas.

A aplicação da pena de açoites, prescrita às pessoas denominadas comuns, aparece em quase todas as condenações, inclusive como complemento à pena de degredo, sendo aplicada antes do embarque para as terras de além-mar. A pena filipina a todos os culpados por assassinato (Título XXXV)²⁴⁰ condenava, em julgamentos públicos, ao baraço e pregão pelas ruas da cidade antes do embarque, seguido do decepamento de um membro do corpo do

²³⁸ Cf. “População do Districto da Freguesia do Belem pertencente ao Municipio da Villa de Castro, 1835” Arquivo Público Benjamim Teixeira, Guarapuava.

²³⁹ Vigorou só até 1830 no que toca a questões criminais, pois então foi promulgado o código criminal do Império. Quanto a questões cíveis, esteve em vigor, em sua maior parte, até 1916, quando foi elaborado o primeiro código civil brasileiro.

²⁴⁰ “Ordenações Filipinas” In: PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2ª ed., 2001, p.120.

condenado ou do açoitamento público²⁴¹. Sobreviver a estes tormentos sofridos no embarque e chegar vivo à colônia parece impossível, caso não houvesse abrandamentos nos suplícios daqueles condenados que o Estado português pretendia projetar como povoadores das novas terras.

Na época das Ordenações, a teatralização na execução das sentenças ocupava um papel social fundamental: “a economia da punição passava pelo espetáculo”²⁴². Sobre o corpo incidem os suplícios, a partir do qual se organiza todo o espetáculo punitivo. A encenação da punição e a encenação do poder do rei se confundem tanto nos patíbulo de execução pública quanto no próprio corpo dos condenados, onde se inscrevia a vontade e supremacia do monarca – seu domínio se dava sobre os corpos dos súditos²⁴³.

Tomado como lição pela platéia, o espetáculo punitivo vai além da intimidação, assumindo outras funções de diferenciação hierárquica. A execução pública dos suplícios também funcionava como marca de diferenciação pelas categorias estamentais nobiliárquicas, isentas de tais estigmas em caso de condenação a degredo.

Os “homens de qualidade” de diferentes níveis, incluindo a nobreza, beneficiavam-se de privilégios de linhagem como a ausência da aplicação de castigos físicos e da execução dos autos-de-fé, além de, em alguns casos, poderem evitar o degredo para terras longínquas coloniais, permanecendo nos coutos internos de Portugal. A humilhação ficava reservada às pessoas comuns, nelas imprimindo o estigma da vergonha. O procedimento judiciário para os nobres ficava suavizado pela própria Legislação, que lhes reservava determinados privilégios.

Todas essas punições, até então comuns e complementares à pena de degredo na legislação portuguesa, haviam sido abolidas do leque de suplícios aplicados às pessoas livres pelo governo luso-brasileiro a partir do Aviso expedido por Dom Pedro I, então príncipe regente em 1822, o qual declarava que:

Nenhuma lei, e muito menos a penal, será estabelecida sem absoluta necessidade. Toda a pena deve ser proporcional ao delito e nenhuma deve passar da pessoa do delinqüente. A confiscação de bens, a

²⁴¹ O baraço consistia numa corda envolvida ao pescoço do condenado, enquanto a autoridade judicial ou o inquisidor anunciava a pena pelo pregão (proclamação pública). No caso dos cristãos novos banidos do território português, o suplício era seguido da exposição e cortejo ao longo do auto-de-fé, onde o público geralmente participava do suplício lançando pedras, injúrias e lixo aos culpados pelas ruas que davam acesso ao porto de embarque. Cf. PIERONI, Geraldo. *Banidos: a Inquisição e a lista dos cristãos novos condenados a viver no Brasil*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003, p.22.

²⁴² TOMA, Maristela. Op. cit., p.106.

²⁴³ Sobre a economia das punições no Antigo Regime, ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Tradução de Lígia M. P. Vassallo. Petrópolis: Editoras Vozes, 1977.

infâmia, os açoites, o barão e pregão, a marca de ferro quente, a tortura e todas as mais penas cruéis e infamantes, ficam em consequência abolidas²⁴⁴.

Todavia, como veremos quatro casos a seguir, tal suplício não deixou de ser aplicado durante a década de 1820. Por motivos que independem do crime cometido – uma vez que os crimes de homicídio, cometidos em cada caso por uma mulher e outros dois homens condenados, aparentemente não tiveram punição com tal suplício nos outros casos documentados –, essas pessoas se tornaram protagonistas de uma forma de espetáculo punitivo que caracterizou os reinados no Antigo Regime Português.

A carta de guia de três dessas quatro pessoas se inicia com palavras que justificam o poder do imperador Dom Pedro I, tal como na Constituição de 1824, e finaliza remetendo à organização judiciária da Província, que executara a condenação: “Dom Pedro pela Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Império do Brasil, Faço saber a vós, Comandante Civil ou Militar da Povoação de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, que das Cadeas desta Cidade se vos remetem degradados os Reos seguintes (...)”, através do “Doutor” Rodrigo Antonio Monteiro de Barros, “Fidalgo de Sua Imperial Casa, Ouvidor geral desta Comarca, Juiz Relator na Junta de Justiça desta Província e Juiz dos Degradados”.²⁴⁵

Vale lembrar que, dos cinco degradados nominados nesta lista, referentes ao ano de 1829, apenas três tem o barão e pregão como parte da pena. João José Maria é o primeiro a ser elencado nessa condição. Casado, nascido na cidade de São Paulo e com quarenta e quatro anos de idade, João era filho de Jacinto José e Maria da Conceição e “vivía de lavouras”. Culpado pelos ferimentos e consequente morte de Antonio José Gonçalves, foi sentenciado pela Junta de Justiça, na capital provincial, em dois de agosto de 1829 “a andar de barão e pregão pelas ruas principais, e em cinco anos de degredo para Guarapuava”.²⁴⁶ Certamente, sua pena teve início com a expedição da carta de guia em vinte de outubro do mesmo ano.

Após passar pelo suplício do barão e pregão, João José Maria caminhou por mais de três meses até ser apresentado a Antonio da Rocha Loures, juntamente com outros dois degradados e uma degradada, em vinte e seis de janeiro de 1830. Com pena a cumprir até 1834, João permaneceu em Guarapuava pelo menos até 1840, quando seu nome aparece

²⁴⁴ Apud ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. *Processo criminal brasileiro*. Paris: Typ. Aillaud, Alves & Cia, vol.1, 2.ed, 1911, p.146. Vale lembrar que o castigo físico aos escravos sob a forma dos açoites foi mantido na legislação brasileira até sua proibição em 1886.

²⁴⁵ “Carta de Guia para os Reos abaixo declarados na Povoação de N. S. de Belém de Guarapuava (...) aos vinte de outubro de 1829” Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

²⁴⁶ Idem.

novamente na documentação, assim como todos os degredados relacionados na lista de habitantes de 1840, de maneira pouco esclarecedora de sua situação.

Descrito como branco, Joaquim Antonio é o segundo degredado a receber os suplícios do baraço e pregão antes de ser remetido para Guarapuava em 1829. Com idade mencionada de mais de trinta anos, e sendo filho de Francisco de Paula Rosário e Marianna Custodia, Joaquim morava com sua mulher Anna Leite no Bairro do Pouso-Alegre, na Freguesia de Santa Isabel. Vivendo “do serviço da roça”, o réu foi condenado pelas mortes do escravo Antonio, propriedade de Gertrudes Maria, e do preto forro chamado Thomas, ambos os crimes acontecidos no Bairro de Jaguari, em Santa Isabel, certamente no trabalho de feitio das roças de Gertrudes Maria, do qual podem ter resultado desentendimentos entre o escravo da proprietária, o escravo forro e o livre Joaquim Antonio²⁴⁷.

Julgado culpado em Mogimirim, Joaquim recebeu sua sentença da Junta de Justiça da província em nove de setembro de 1829, condenado “a ser conduzido pelas ruas públicas com baraço e pregão e dois anos de degredo para Guarapuava”²⁴⁸. Assim como João José Maria, certamente, sua pena teve início com a expedição da carta de guia, em vinte de outubro do mesmo ano. Após o suplício e quase três meses de viagem até chegar a Guarapuava, e degredado foi apresentado junto a outros três sentenciados na Freguesia em vinte e seis de janeiro de 1830. Com uma pena curta a cumprir, e sem nenhum incidente noticiado o envolvendo durante o cumprimento da pena, não temos maiores informações sobre João José enquanto esteve em Guarapuava. Com o fim de sua pena, entre 1831 e 1832, o branco livre deve ter retornado à sua terra de origem, onde deixara família.

Joaquina Maria completa o trio de degredados sentenciados pela Junta de Justiça de São Paulo a baraço e pregão pelas ruas da cidade de São Paulo antes de serem remetidos para cumprir degredo em Guarapuava, em cinco de outubro de 1829. Descrita como branca, era nascida na Freguesia de Juqueri, filha “legítima” de Joaquim Dias com Isabel “de tal”²⁴⁹.

Viúva de José Francisco, Joaquina matara Adão Ribeiro, sendo presa na vila de Atibaia, onde esperava sua condenação. Sentenciada “a ser conduzida pelas ruas públicas com baraço e pregão, e em vinte annos de degredo para Guarapuava”, a condenada andou por mais de três meses até chegar e ser apresentada na povoação, em vinte e seis de janeiro de 1830. Com a maior pena entre os condenados a baraço e pregão remetidos pela carta de guia de 1829, a degredada volta a aparecer nas listas de habitantes da década de 1830. Em março de

²⁴⁷ Ibidem.

²⁴⁸ Ibidem.

²⁴⁹ Ibidem.

1832, Joaquina Maria é referida como branca, de quarenta e oito anos de idade, e como solteira. Dez meses depois, em janeiro de 1833, o único dado que aparece alterado é sua idade, diminuída para quarenta e um anos.

A idade de Joaquina se torna mais difícil de precisar nas listas de 1835, reduzida para trinta anos na primeira delas, a degredada ainda é referenciada como parda e solteira. Em outra lista do mesmo ano, Joaquina é referenciada como tendo trinta e um anos de idade, estando na condição de solteira, e sendo, ainda, descrita como parda livre. Sem nenhuma outra informação sobre a degredada, ficamos limitados a traçar sua trajetória até 1835.

José Manuel de Azevedo, descrito em sua carta de guia avulsa de três de janeiro de 1831 como filho de Manoel José de Azevedo e Maria Angélica de Siqueira, casado, nascido na vila do rio São Francisco e com vinte e sete anos de idade, vinha para cumprir cinco anos de degredo em Guarapuava, após receber a pena em pregão público na Casa de Suplicação da Corte. Numa carta de guia que dá vários detalhes do processo, a descrição física detalhada do condenado chama a atenção: “homem branco, (...) de estatura medianna, coxo da perna esquerda, olho claro, Rosto redondo, falto de dentes na frente do lado de cima, cabelos pretos, pouca barba, sobancelha cabeluda”²⁵⁰.

Condenado “por Accórdão da Caza da Suplicação” em dois de setembro de 1826 pelo homicídio de Antonio Rodrigues da Silva, José Manuel enfrentou o processo movido pela viúva de Antonio, Rita Maria da Conceição, no “districto da Ilha Grande”. De acordo com os dados do processo descritos na carta de guia, o falecido Antonio Rodrigues da Silva estava em litígio com o “coxo” José Manuel de Azevedo e Antonio Rodrigues de Santa Anna – este último certamente mais velho -, por questões de posses de terras e colheitas de cafezais.

“Incendiado em ódio” Antonio Rodrigues de Santa Anna havia jurado de morte a Antonio Rodrigues da Silva, mandando seu genro e o “coxo” José Manuel realizarem o serviço, para isso fornecendo pólvora e balas a seu genro, não nominado no documento. No entanto, foi José Manuel quem jurou de morte a Antonio da Silva, num encontro que tiveram durante o serviço de tropas milicianas.

Tal ameaça foi levada a cabo na tarde de treze de fevereiro de 1825, quando Antonio Rodrigues da Silva retornava de seu trabalho na lavoura de café. Passando próximo da casa do

²⁵⁰ “Guia que acompanha o Reo sentenciado José Manoel de Azevedo (...) 3 de janeiro de 1831”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

“coxo” José Manuel, Antonio da Silva foi ferido com um tiro de espingarda, o qual não viu quem o atingiu, vindo a falecer três dias depois na vila da Ilha Grande.

No resumo do processo, descrito na carta de guia de José Manuel de Azevedo, existem descrições do julgamento, realizado na Casa de Suplicação da Corte. De acordo com as testemunhas ouvidas, logo após o disparo, escravos de José Manuel correram atrás do ferido, “dentre os cafesaes”, com fins de matá-lo de uma vez, desistindo desse ato quando ouviram outras vozes próximas do ferido. Após isso, os escravos - não nominados ou ao menos enumerados na descrição - se uniram ao seu proprietário e passaram a observar a movimentação de um ponto alto localizado nos fundos da casa de José Manuel, permanecendo armados²⁵¹.

Naquela mesma noite, de acordo com o documento, “atravesando por matos para a outra costa da Ilha”, José, sua mulher e seus escravos passaram para o outro lado do São Francisco, na vila que levava o mesmo nome do rio, onde permaneceram contrariando as testemunhas e alegando estarem a cinco léguas do local no dia do crime.

No entanto, as querelas e provocações de José Manuel junto a Antonio Rodrigues da Silva já haviam se tornado publicamente conhecidos antes do crime acontecer, o que reforçou sua acusação no julgamento em plenário público, também conhecido como “pregão”, de onde saiu sua sentença. Além disso, testemunhas haviam visto o traslado de todas aquelas pessoas naquela noite, assim como tinham visto as pessoas da casa do José Manuel em momentos próximos do crime.

Ainda de acordo com testemunhas, fora o próprio José Manuel quem atirou em Antonio. O fato de nenhuma pessoa da casa do réu ter auxiliado no socorro ao ferido também pesou na decisão da Casa de Suplicação. Além disso, o também litigante e também mandante do crime, Antonio Rodrigues de Santa Anna, tratou de negar o mandato do crime e provar que se achava em local distante da casa de José Manuel no momento do crime, fazendo recair sobre este último quase toda a culpa.

Sentenciado em pregão e audiência pública a cinco anos de degredo para Guarapuava, José Manuel de Azevedo teve ainda que pagar duzentos mil réis à viúva Rita Maria da Conceição, além de outros cinquenta mil réis à Relação da Corte para os custos dos autos do processo. O outro réu julgado no mesmo pregão, Antonio Rodrigues de Santa Anna, ficou sentenciado apenas à pena pecuniária, alçada nos mesmos valores de José Manuel. Entretanto, apesar de ter sua sentença pronunciada em cinco de setembro de 1826, foi somente em

²⁵¹ Idem. Todos os dados do caso de José Manuel de Azevedo estão descritos em sua extensa carta de guia.

quatorze de outubro de 1829 que o réu iniciou a viagem para degredo, permanecendo, ao que tudo indica, preso na Corte por quase três anos, possivelmente até o completo pagamento das penas pecuniárias pela família. É importante frisar que a autoridade que assina a carta de guia, José Alves Barros, é mencionada como “escrivão dos Degredados” na Corte, função prevista no já citado Regimento dos degredados, ainda do século XVI.

Alguns sentenciados a degredo, vindos de fora da Corte, realmente amargavam tempos de prisão até seguirem rumo ao destino da pena.²⁵² Ao aguardarem a decisão da última instância de justiça da Capitania e do então Vice-Reino, a Casa de Suplicação, esses homens permaneciam na prisão do Aljube, verdadeiro depósito e sepulcro humano. Lá, poderiam construir solidariedades com seus pares, uma vez que os sentenciados eram sazonal ou parcamente separados por cor, condição social ou condenação. De outra forma, poderiam se envolver em conflitos entre os diversos detentos e transformar suas estadias num inferno, como acontecera em 1813, quando o carcereiro foi acionado para encerrar um tumulto na cela dos “degredados brancos” que esperavam o envio para a Índia e Moçambique.²⁵³

O episódio fez com que, três anos mais tarde, os presos que estivessem no Aljube à espera de envio para degredo fossem transferidos para as Fortalezas de Santa Cruz e Ilha das Cobras, a fim de aliviar a pressão dos profissionais que lidavam com a administração e guarda das prisões.

Retornando ao caso de José Manuel de Azevedo, após três anos de espera, o condenado a degredo seguiu, então, em embarcação até o porto de Santos, com sua carta de guia indicando que ele deveria ser apresentado ao Ouvidor e Corregedor da Comarca da cidade de São Paulo, responsável pelo seu envio para Guarapuava a partir de então. Na cidade de São Paulo, conforme anotação presente na própria carta de guia, José Manuel ainda permaneceu na cadeia até três de janeiro de 1835, quase cinco anos depois de expedida sua sentença de degredo, para só então seguir para Guarapuava.

Chegando à povoação, a única informação sobre o período de permanência do degredado no local diz respeito à lista de habitantes de março de 1832. Relacionado como degredado casado, o mesmo teve sua idade modificada para vinte e cinco anos. Independentemente de encontrarmos outros dados referentes a José Manuel, entendemos que o simples fato desse degredado continuar vivo depois de passar tantos anos aguardando o

²⁵² Sobre essas situações de prisão, ver ARAÚJO, Carlos E. M. de. *O Duplo Cativo: escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro (1790-1821)*. (Dissertação de Mestrado) UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

²⁵³ ANRJ. “Ofício enviado pelo Carcereiro José da Fonseca Ramos ao Corregedor do Crime em 12/05/1813.” *Casa de Suplicação*. Caixa 774, pacote 3. Citado em ARAÚJO, Carlos E. M. de., Op., cit., p.106.

envio para Guarapuava, através do sistema prisional do império, já constitui um processo de luta pela própria sobrevivência e uma adaptação à vida no cárcere formidável.

3.5 Trajetórias indeterminadas

Anna Gertrudes, nascida na vila de Itu, foi condenada pela Junta de Justiça de São Paulo a degredo perpétuo pela morte de Paula Maria de Oliveira, em vinte e cinco de outubro de 1824. Com carta de guia expedida apenas em trinta e um de maio de 1827²⁵⁴, a “parda forra” deve ter permanecido na cadeia da capital provincial até ser enviada para Guarapuava. Pistas e peculiaridades em relação aos três degredados remetidos em 1827 foram também relacionadas por Affonso de E. Taunay, ao relatar implicitamente a participação dos degredados que seguiriam para Guarapuava em 1826, e que teriam permanecido algum tempo entre maio de 1826 e o início de 1827 trabalhando na reforma do prédio da cadeia da capital paulista.

Segundo Taunay, “Ficaram as obras concluídas e até 1827 foram aperfeiçoadas. (...) Por esta ocasião o ouvidor mandou que a Câmara desse a cada degredado condenado para Guarapuava 1\$200 réis como ajuda de custo²⁵⁵. De certa forma, estes degredados receberam pelos trabalhos públicos realizados, sem serem dispensados seus destinos de degredo, onde seriam úteis a partir de então. Sem maiores informações sobre sua chegada e permanência na povoação, entendemos que Anna Gertrudes pode não ter sido efetivamente remetida para degredo em Guarapuava, utilizando-se das possibilidades de perdão e comutação de pena.

Antonio Francisco S°. aparece pela primeira vez na documentação referente a Guarapuava em meio a já citada “Relação de pessoas apresentadas neste Districto para cumprirem degredo”, de 1835. Pardo, solteiro e de vinte e cinco anos de idade, o condenado é mencionado com sentença de degredo perpétuo. Na outra lista de habitantes referente ao mesmo ano, Antonio continua com a menção à sua condição de solteiro e de cor parda. Completam a descrição a menção a sua nacionalidade brasileira, e a mudança abrupta na idade para quarenta anos. A última referência ao degredado é feita na pouco esclarecedora lista de habitantes de 1840. Sem outros dados, ficamos sem saber que destino tomou o pardo Antonio Francisco após essa data, embora sua pena fosse perpétua.

²⁵⁴ “Guia que acompanha os Reos Constantino, Anna Gertrudes e Maria Ignacia (aos trinta e hum de maio de 1827 ”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

²⁵⁵ TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo sob o Império (1822-1831)*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1956, p.414.

João Gonçalves é mencionado uma única vez na documentação guarapuavana, justamente em seu registro de óbito. Na questão de sua condição de degredado, esse também é o único registro de sua condição como tal. Em oito de novembro de 1872, João faleceu de enfermidade não declarada após receber o sacramento da confissão pelo padre Antonio Braga de Araújo. Descrito pelo reverendo como tendo mais de oitenta anos de idade, sendo solteiro e natural da cidade de Campos, na província do Rio de Janeiro, João Gonçalves “se achava há muitos annos aqui cumprindo pena de degredo”.

Sem saber o nome dos pais do idoso degredado, o padre Antonio Braga encerra seu registro eclesiástico referindo a missa de corpo presente e o sepultamento de João no cemitério de Guarapuava.

Felix Antonio da Silva também tem sua trajetória documentada na Freguesia de Guarapuava apenas através de seus últimos passos. Com o nome relacionado em meio aos degredados na lista de habitantes de 1840, o último documento a lhe fazer referência é seu obituário, feito pelo padre Antonio Braga em onze de dezembro de 1844. Lembrado como tendo cerca de quarenta e seis anos de idade, também é mencionada sua cidade natal, São Paulo, onde, segundo o padre, fora casado. Achando-se “neste presídio como degredado”, em sua doença recebeu os sacramentos da “Penitência, Eucaristia e Extrema Unção” antes de falecer. Antes de ser sepultado no cemitério da povoação, também teve missa de corpo presente “por sua alma”.

Com menores informações sobre seu degredo em Guarapuava encontramos Joaquim Maria, referenciado apenas na lacônica lista de habitantes de 1840²⁵⁶. Nenhum outro dado, além de seu nome, nos esclarece sobre a situação desse condenado.

Francisco Borba também não tem carta de guia fazendo referência às condições de seu envio para Guarapuava. Seus únicos dados são as listas de habitantes de março de 1832 e de janeiro de 1833. Na primeira delas, sua descrição em meio ao quadro de degredados presentes na povoação são a de sua condição de solteiro, de cor denominada branca e de vinte anos de idade. Na lista produzida dez meses depois, sua condição de solteiro e branco são mantidas, alterando sua idade para vinte e nove anos. Sem maiores informações sobre este caso, acreditamos que Francisco tenha recebido um degredo curto, com cerca de dois anos a cumprir em Guarapuava.

²⁵⁶ BORBA, Oney Barbosa. “Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, em o ano de 1840.” Dados transcritos do original da Câmara de Castro. *RHGB*. Curitiba: vol. XXXIV, 1977

Dois degredados de nome idêntico e penas similares, apresentados em épocas bastante próximas, causam dificuldades na análise de suas respectivas trajetórias, uma vez que as informações sobre cada caso também são diminutas e pouco reveladoras. Estamos nos referindo a dois degredados de nome João José Rodrigues. O primeiro deles está relacionado na já mencionada relação de pessoas apresentadas para cumprir degredo em Guarapuava em 1835²⁵⁷. Pardo, casado e com quarenta anos de idade, João José chegava com degredo perpétuo a cumprir. Em outra lista referente ao mesmo ano, o degredado continua descrito na situação de casado e com idade de quarenta anos, entretanto, é acrescentada a nacionalidade brasileira e alterada sua descrição de cor, mudada para índio.

A última informação referente a este degredado João José Rodrigues vem de seu registro de óbito, em vinte e três de outubro de 1849. De acordo com o padre Antonio Braga, na ocasião de sua morte, João Rodrigues era pardo, solteiro, de cerca de cinquenta anos de idade, e nascido “em uma das províncias do Norte deste império”. “Enviado para esta Parochia a cumprir pena de degredo”, antes de sucumbir a morte, João ainda se confessou junto ao padre em casa e recebeu o sacramento da extrema unção. Antes de ser sepultado no cemitério da povoação, o degredado teve ainda missa de corpo presente na igreja da Freguesia.

Outro degredado de mesmo nome é encontrado pela primeira vez na documentação referente ao mesmo ano de chegada do homônimo João José Rodrigues já descrito. Em meio à lista de degredados que já se encontravam na povoação a mais tempo, este João José Rodrigues de que estamos tratando agora é descrito como solteiro, “branco” e de quarenta e cinco anos de idade, além de ser relacionada sua pena, também de degredo perpétuo.

Em outra lista referente ao mesmo ano, este João José, mais velho, aparece com quarenta e seis anos de idade, tendo sua descrição alterada para “pardo livre”, de origem portuguesa, e sendo também elencado como casado, sem constar o nome da esposa e sem filhos. Sem outras informações, encerramos a trajetória desse degredado apenas com os dados de 1835²⁵⁸.

Outro degredado encontrado na documentação teve sua condição de sentenciado mencionada no dia de Natal de 1845. José, conhecido por Inácio Antônio Mascanha, de trinta e sete anos de idade, foi “justiçado” na povoação de Guarapuava. De acordo com o registro de

²⁵⁷ “População do Districto da Freguesia do Belem pertencente ao Municipio da Villa de Castro, 1835” Arquivo Público Benjamim Teixeira, Guarapuava.

²⁵⁸ Listas de Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, 1835. Cópia microfilmada pertencente ao DEHIS. Curitiba, UFPR.

óbito anotado pelo padre Ponciano José de Araújo, o pseudônimo Inácio, casado com Maria Romana de Queirós, estava degredado no “Presídio” de Guarapuava havia três anos. Um ano antes de ser assassinado, em vinte e dois de dezembro de 1844, sob o pseudônimo de Inácio, José Antonio Mascanha apadrinhou sozinho o filho de uma família da freguesia, Salvador Inácio de Oliveira e Francisca Rosa da Luz, batizado com nome homônimo ao verdadeiro de seu padrinho, José, um mês após seu nascimento. Sem outras informações sobre este condenado, limitamos sua trajetória ao registro de sua morte e à data presumida de sua vinda para Guarapuava.

Doze degredados e uma residência

Na lista de 1835, juntamente com o já mencionado José Rodrigues Coelho, ferreiro e negociante que chegava naquele ano para cumprir oito anos de degredo, estão referidos outros onze degredados residindo na mesma casa. Além de José, encabeçando o domicílio, são numerados os degredados Ezequiel Profeta, Felix da Silva, João Francisco de Oliveira, Antonio Francisco, Antonio Pires Ramos, Francisco - o africano, e um dos condenados chamado João José Rodrigues. Todos esses condenados já tiveram suas trajetórias descritas.

Entretanto, além desses oito homens, são citados outros quatro nomes não mais encontrados nos arquivos pesquisados. Todos denominados brasileiros e pardos, são eles: Manoel Rodrigues da Motta, solteiro e de vinte e cinco anos de idade. João Rodrigues de Malta, também solteiro, com dezoito anos de idade. Maria do Pilar, casada e de idade de vinte anos, e Rosa do Pilar, solteira de apenas doze anos²⁵⁹. Sem maiores informações sobre essas quatro pessoas, além da especificação de suas condições de degredados, acabamos por encerrar suas descrições nesse ponto.

²⁵⁹ Idem.

4. Considerações Finais

Com a aprovação do Código Criminal do Brasil Império em 1830, todo calcado no código proposto por Pascoal de Mello e Freire em Portugal, e consequentemente seguidor das idéias jurídicas de Beccaria, percebemos uma drástica diminuição no número de crimes puníveis com o degredo e um grande número de crimes punidos com a prisão com trabalho no código criminal do Império²⁶⁰. Enquanto as Ordenações Filipinas previam a pena de degredo a 256 crimes e heresias religiosas, o novo código penal brasileiro restringia sua aplicação apenas aos crimes de estupro (art. 219, 220, 221 e 224) e sobre o exercício ilegítimo de autoridade militar (art. 141).

Posteriormente, os crimes de falsificação (art. 173, 174, 175 e 176) também passaram a incorrer na pena de degredo, especificamente para a Ilha de Fernando de Noronha²⁶¹. No local, os criminosos enviados eram obrigados a realizar atividades no interior e fora do presídio que ali foi construído, porém, sem a utilização dessas pessoas como elementos povoadores²⁶².

Entretanto, a utilização do degredo para as novas povoações continuou sendo tema em discussão em todo o Império. Os textos dos discursos de abertura das sessões legislativas provinciais de São Paulo de 1835, 1836 e 1837²⁶³ apontam para a necessidade de se transferir o local de envio dos degredados de Guarapuava para além do rio Iguaçu, mais ao sul da província, a fim de evitar fugas e povoar os Campos do Corvo, Palmas e Laranjeiras, ainda desabitados e próximos à fronteira com argentinos e paraguaios, antes que os vizinhos ibéricos resolvessem levantar pretensões territoriais sobre a região.

Uma tendência, nesse sentido, se constitui no relatório sobre o estado dos negócios públicos e sobre as providências que entendia serem necessárias adotar em Guarapuava, redigido pelo presidente da Província de São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar, em 1835, atribuindo o atraso em que se encontrava a lide exploradora dos Campos de Guarapuava à

²⁶⁰ CORDEIRO, Carlos Antônio. *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino e Irmão, 1861.

²⁶¹ Lei de 3 de outubro de 1833. In: *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1833*. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1873.

²⁶² Ver PESSOA, Gláucia T. *Fernando de Noronha: uma ilha-presídio nos trópicos 1833-1894*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1994.

²⁶³ “*Collecção das Leis e Resoluções decretadas pela assembléa Legislativa da Província de São Paulo: contendo os actos das secções de 1835-1836-1837*”. Typographia de Costa Silveira: São Paulo, 1837. A província de São Paulo foi responsável pela administração do território paranaense e de parte do catarinense até 1853.

acanhada administração local e à decisão imperial de estabelecer uma “*Colônia de degradados*” naquela região. O presidente provincial propunha mudanças na administração guarapuavana e no local de envio dos condenados, pois:

A Expedição de Guarapuava não tem saído do estado de atraso em que uma acanhada administração a reduziu, tendo sido ineficazes todas as providências que o Governo tem dado, porque não tem sido possível afastar o Comandante de sua marcha rotineira, e por isso tenho em vista mandar para ali outro oficial que prometa mais no desempenho de tão importantes obrigações, ainda que isto acarrete algum aumento de despesa, o que se torna tanto mais necessário quanto ora se requer maior inteligência e atividade no Comandante, visto que o Governo Imperial resolveu que naquele lugar se estabeleça uma *Colônia de degradados* [grifo nosso], a qual julgo conveniente fundar além do rio Iguaçu, tanto para dificultar a fuga que procurarem evadir-se, e povoar-se os campos do Corvo, Palmas e Laranjeiras que apesar de quase desconhecidos, passam por bons e extensos, como evitarem-se contestações com os vizinhos, que no volver dos anos podem suscitar as pretensões que tiveram sobre Vila Rica e Guaira, outrora destruídas por nossos antepassados²⁶⁴.

Como se vê, a preocupação com as fugas ainda carregavam, no fundo, o caráter de povoamento e incorporação do degredo colonial. Proteger as possessões imperiais fronteiriças das pretensões espanholas estava nos planos do presidente provincial. Também se nota que a criação e manutenção do degredo para a região extravasavam os limites do governo da Província, seguindo os ditames do governo Imperial. De acordo com declarações do padre Diogo Antonio Feijó, em janeiro do mesmo ano, essa preocupação já havia chegado aos ouvidos da Regência. Porém, as mudanças a serem feitas não seguiriam as vontades de Tobias de Aguiar.

Em artigo publicado no periódico paulista “O Justiceiro”, o senador e ex-ministro da Justiça do Império expressava sua opinião sobre como deveria se dar o degredo para Guarapuava: “Está a nossa bela povoação de Guarapuava destinada para degredo de criminosos. Não achamos fora de propósito a escolha, contanto que para ela fossem somente aqueles criminosos que merecendo alguma compaixão por suas tristes circunstâncias, não fossem contudo daqueles que por sua perversidade ou atrocidade de seus delitos merecem um verdadeiro castigo.”²⁶⁵

Enfatizando o fato de a região ser “país ameno, fértil e já povoado”, Feijó continua seu artigo em tom de crítica às idéias do mencionado Rafael Tobias de Aguiar, alegando que, com as facilidades que se encontravam em fugir do local por qualquer degredado que tivesse esse interesse, ficava claro que Guarapuava não poderia servir de degredo senão aos condenados a poucos anos de pena, ou a aqueles que não tinham recebido sentença por crime “horrendo”, e que por esses motivos não pudessem ter intenção em fugir. Na seqüência do texto, o padre

²⁶⁴ Idem, p.69.

²⁶⁵ “Negócios gerais” (extraído de *O Justiceiro*, nº12, de 29 de janeiro de 1835). In: CALDEIRA, Jorge (org.) *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Coleção Formadores do Brasil, Editora 34, 1999, p.267.

ainda critica severamente o então ministro da Justiça do Império que havia comutado em degredo para Guarapuava a pena de um soldado da Marinha, “que a poucos anos com horror de toda a corte deflorou ou antes assassinou uma criança de cinco anos de idade!”²⁶⁶

Claramente indignado, Feijó termina o texto no jornal em tom irônico, reforçando a idéia de que os condenados a degredo para Guarapuava deveriam ser apenas os culpados por crimes considerados leves, além de enfatizar seu repúdio à comutação realizada pelo ministro da Justiça ao marinheiro culpado pelo horrendo crime.

Nesse sentido, em função das comutações de pena, podemos afirmar que a grande diminuição do número de crimes puníveis com o degredo no novo código criminal não se seguiu a uma conseqüente desarticulação da utilização dos degredados nos processos de povoamento e incorporação em regiões pouco habitadas ou ainda não inclusas no contexto econômico/geográfico imperial. Corrobora com nossa perspectiva o decreto de criação da segunda colônia de degredados em lugar bem especificado no território brasileiro, no período regencial, em 1834. Nesse documento, a Regência, “em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo” e a pedido do presidente da província do Mato Grosso, aprova o estabelecimento de uma colônia de degredados em São João das Duas Barras, entre os rios Araguaia e Tocantins, no limite daquela província com o Pará²⁶⁷.

A colônia deveria servir às duas províncias, que deveriam se articular com relação à vigilância para que nenhum criminoso evadisse do local, além de serem responsáveis pela segurança dos degredados sentenciados. Solicitava-se, ainda, que os governos dessem todas as providências necessárias para que “se realize quanto antes aquelle estabelecimento”, e que fossem remetidas à Secretaria de Estado da Justiça as relações dos presos sentenciados à prisão que quisessem ter as penas comutadas em degredo para a região, desde que as autoridades locais os julgassem convenientes à intenção dos envios. Como observação, ao final do documento a Regência requeria que as relações dos réus contivessem informações sobre a conduta dos possíveis degredados durante o tempo de prisão e sobre as circunstâncias agravantes ou atenuantes dos crimes cometidos, com a finalidade de selecionar os condenados e melhor calcular o tempo comutado.

Nesse caso, podemos notar na flexibilidade da justiça brasileira permanências dos modos de utilização do degredo no império português, que usava dessa flexibilidade típica do

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Aviso de 14 de outubro de 1834 – N.º349 – Justiça – Recomenda todas as providências para o estabelecimento da Colônia de degredados em São João de duas Barras.”In: *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1834*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1866. p. 261.

Antigo Regime para promulgar leis e decretos facilitadores do povoamento de territórios coloniais, através da inclusão contínua de prisioneiros como mão-de-obra útil aos seus intentos colonizatórios e incorporativos.

Encontramos, também, o decreto datado de 1835, autorizando a criação da terceira e última colônia de degredo brasileira, entre os rios Muricy e de Todos os Santos, em Minas Gerais, a pedido do presidente provincial. Para aquele local específico estavam previstos o envio tanto de degredados quanto dos vagabundos da província. A Regência, “em Nome do Imperador...”, disponibilizava 4:000\$000 réis do Tesouro Público Nacional para condicionar o presidente provincial mineiro

(...) a dar princípio ao ensaio do mesmo estabelecimento, do qual podendo resultar para o futuro grandes vantagens ao Estado e aos indivíduos que para elle forem destinados, a mesma Regência espera que V. Ex. procurará dar-lhe todo o impulso, organizando as instruções e regulamentos que lhe parecem mais convenientes para o seu bom regimen e prosperidade, dando a final de tudo conta por essa Secretaria de Estado²⁶⁸.

Quando analisamos o caráter da assimilação social e da relativa liberdade que gozavam os degredados e questionamos quais seriam os motivos que levaram o governo imperial à utilização do degredo interno em determinados processos de povoamento – embora a legislação penal já apontasse para a substituição dessa pena pela de prisão com trabalho -, chegamos à proposição de que os princípios de utilização do degredo interno no Brasil oitocentista diferem bastante dos pressupostos do utilitarismo benthaminiano, sendo decorrentes da existência de áreas despovoadas e com necessidades de serem interligadas aos circuitos econômicos imperiais com o auxílio da incorporação de degredados e demais criminosos nas lides colonizatórias, num período de escassez populacional anterior ao incremento das taxas de imigração estrangeira estratégicas (o que aconteceu somente na segunda metade do século XIX²⁶⁹).

A nosso ver, o critério de utilidade social desses degredados também está diretamente ligado à incorporação social discutida por Richard M. Morse, baseada muito mais nos princípios ibéricos de integração dentro de espaços “coletivos” que ao encarceramento

²⁶⁸ “Aviso de 12 de junho de 1835 – N.º151 – Justiça – Aprovando que se estabeleça uma colônia de degredados e vagabundos no termo que existe entre os rios Muricy e de Todos os Santos.” In: *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1835*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1864. p. 120.

²⁶⁹ O incremento do número de habitantes levada a cabo pelas levas imigratórias a partir da segunda metade do século XIX a partir dos novos conceitos de população adotados pelos intelectuais brasileiros oitocentistas são discutidos em PAZ, Francisco M. *Na Poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

privado das sociedades de “indivíduos”²⁷⁰. Dentro desses espaços de liberdade - os locais de degredo -, os degredados poderiam, com o passar do tempo, ser incorporados através de sua inserção à organização hierárquica da sociedade.

Ao mesmo tempo, temos que atentar para as questões paradoxais que permeiam essa forma de incorporação: ao mesmo tempo em que se buscava com ênfase introduzir os degredados em uma vida normal, incorporada ao restante da sociedade, se reforça a tentativa de reincorporar essas pessoas numa vida que é, na maioria dos casos, de pobreza quase absoluta. Dessa forma, a relativa liberdade de que gozavam nas terras de degredo, como é o caso de Guarapuava, era ao mesmo tempo marcada pela hierarquização social decorrente da estigmatização da cor e da sujeição aos fazendeiros de grandes posses.

Em 1835, quando a população total de Guarapuava já beirava setecentos habitantes, o padre Diogo Antônio Feijó expressava sua opinião sobre as situações em que se deveria ser praticado o degredo para Guarapuava. Em artigo publicado no periódico paulista “O Justiciero”, o senador e ex-ministro da Justiça do Império expunha sua posição mantida sobre o assunto: “Está a nossa bela povoação de Guarapuava destinada para degredo de criminosos. Não achamos fora de propósito a escolha, contanto que para ela fossem somente aqueles criminosos que merecendo alguma compaixão por suas tristes circunstâncias, não fossem contudo daqueles que por sua perversidade ou atrocidade de seus delitos merecem um verdadeiro castigo.”²⁷¹

O padre ainda enfatiza o fato de a região ser “país ameno, fértil e já povoado”, criticando severamente o então ministro da Justiça do Império que havia comutado em degredo para Guarapuava a pena de um soldado da Marinha, “que a poucos anos com horror de toda a corte deflorou ou antes assassinou uma criança de cinco anos de idade!”²⁷². Claramente indignado, Feijó termina o texto no jornal reforçando a idéia de que os condenados a degredo para Guarapuava deveriam ser apenas os culpados por crimes considerados leves - no seu entendimento passíveis de reincorporação na hierarquia social -, além de enfatizar seu repúdio à comutação realizada pelo ministro da Justiça ao marinheiro culpado pelo horrendo crime.

Assim sendo, compreendemos que o degredo para Guarapuava não deve ser entendido como mecanismo de povoamento, mas sim como um movimento de inserção social, onde os

²⁷⁰ “O mundo ibérico no contexto da ilustração”. In: MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero: Cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p.71-111.

²⁷¹ “Negócios gerais” (extraído de *O Justiciero*, nº12, de 29 de janeiro de 1835). In: CALDEIRA, Jorge (org.) *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999, p.267.

²⁷² Idem.

degredados são reinseridos na hierarquia social através de processos incorporativos em novas hierarquias na povoação em formação. Entendemos o envio dos degredados para Guarapuava no século XIX como partes de processos de incorporação dos condenados junto à diversidade constitutiva de povoadores pobres e indígenas em processos similares no aldeamento de Atalaia. Nesse processo, todos os degredados, vindos de ‘fora’, recebem um novo lugar e utilidade social ‘dentro’ da ordem social da povoação. Reinseridos e responsáveis pela elaboração de uma nova ordem hierárquica, a estas pessoas passa a ser atribuída – e é adquirido na maioria dos casos – um novo lugar na ordem social.

5. Fontes Manuscritas

ARAÚJO, Antonio Braga de. *Rol dos Parochianos da Freguesia de Belém de Guarapuava, durante o Parochiato do P. Antonio Braga de Araújo*, 1842. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

ARAÚJO, Antonio Braga de. *Rol de moradores da freguesia do Belém de Guarapuava, Bispado de São Paulo, abril de 1863*. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. *Registros paroquiais de batismo, casamento e óbito*. Livros nº 1 A e B, século XIX.

Atestado a Francisco José de Bittencourt e sua mulher, Bibiana Berrièr de Bittencourt, 14 de janeiro de 1863. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava.

“Guia que acompanha os Reos Constantino, Anna Gertrudes e Maria Ignacia (aos trinta e hum de maio de 1827 ”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

“Carta de guia que acompanha os reos condenados em Junta de Justiça desta Imperial Cidade para a Povoação de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava a degredo”, 1828. Arquivo Público Benjamin Teixeira, Guarapuava.

“Carta de Guia para os Reos abaixo declarados na Povoação de N. S. de Belém de Guarapuava(...) aos vinte de outubro de 1829” Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

“Guia que acompanha o Reo sentenciado José Manoel de Azevedo (...) 3 de janeiro de 1831”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

Lista de qualificação de votantes de Guarapuava, no ano de 1853. Arquivo Histórico Municipal, Guarapuava, UNICENTRO.

Listas de Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, 1828 e 1835. Cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS. Curitiba, UFPR.

Livro de Notas nº1 e 2. 1º Tabelionato de Notas Gouveia. (1835-1849). Guarapuava.

LOURES, Antonio da Rocha. *Lançamento de um atestado, de Sabino José Maciel*. Livro de Notas nº1 (1835-1843). 1º Tabelionato de notas Gouvêia. Guarapuava.

“População do Districto da Freguesia do Belem pertencente ao Municipio da Villa de Castro, 1835” Arquivo Público Benjamin Teixeira, Guarapuava.

“Processo contra José Maria Cândido Ribeiro” Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1856. Juízo da 2ª Vara Cível. ANRJ, Caixa M921, GAL: A.

Processo-crime por reincidência do degredado José Maria Candido Ribeiro. 1861. Arquivo Municipal de Guarapuava, UNICENTRO.

“Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821”. Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, Guarapuava.

SILVA, Sebastião Gonçalves da. “*Correspondência ao Presidente da Província do Paraná*”. Data: 31 de outubro de 1861. Arquivo público do Paraná. Ap. 121, pg. 222. Curitiba.

SILVA, Sebastião Gonçalves da. “Ofício ao Juiz de direito de Guarapuava”. Data: 13 de maio de 1863. Arquivo Público do Paraná. Ap. 170, pg. 08. Curitiba

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo
Caixa 192, Ordem 987.
Caixa 193, Ordem 988.
Caixa 230, Ordem 1025.

6. Bibliografia

- ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. *A Posse e o uso da Terra: Modernização Agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná – Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1986.
- ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. *Processo criminal brasileiro*. Paris: Typ. Aillaud, Alves & Cia, vol.1, 2.ed, 1911.
- AMOROSO, Marta Rosa. “Guerra e mercadorias: os Kaigang nas cenas da Conquista de Guarapuava”. In: AMOROSO, (et. all.). *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP Paribas, 2003, p.36-52.
- AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão: etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855)*. Tese de doutoramento. São Paulo: Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, 1998.
- ARAÚJO, Carlos E. M. de. *O Duplo Cativo: escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro (1790-1821)*. (Dissertação de Mestrado) UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- ATANÁSIO, Santo. *Apologia de sua fuga*. São Paulo: Paulus, 2002.
- AZEVEDO MACEDO, F.R. *Conquista Pacífica de Guarapuava*. Curitiba: GERPA, 1951.
- BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1983.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BORBA, Oney Barbosa. *Os Iapoenses*. Curitiba: Ed. Lítro-técnica, 2ªed., 1986.
- BORBA, Oney Barbosa. “Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, em o ano de 1840.” Dados transcritos do original da Câmara de Castro. *RHGB*. Curitiba: vol. XXXIV, 1977.
- BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Manuel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt, notas biobibliográficas de Augusto Meyer. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.
- CARDOSO, Jayme Antonio & WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas Histórico do Paraná*. Curitiba: Livraria do Chain Editora, 2ª ed. ampl, 1986.
- CARNEIRO, David. *Afonso Botelho de São Payo e Souza*. Curitiba: Lítro-técnica, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Coleção Temas Brasileiros. Brasília: EDUNB; (s.d.).

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: UPERJ; 1988.

CASTRO, Hebe de. *Uma experiência de liberdade*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1992.

COATES, Thimoty. *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela Coroa no império português. 1550-1755*. Lisboa: CNCDP, 1998.

COLLECÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1832. Decreto de 29 de novembro de 1832 – Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória da administração da Justiça Civil.” In: Parte 2ª Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1874.

COLLECÇÃO das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1834. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1866.

COLLECÇÃO das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1835. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1864.

COLLECÇÃO das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1836. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1861.

COLLECÇÃO das Leis e Resoluções decretadas pela assembléia Legislativa da Província de São Paulo: contendo os actos das secções de 1835-1836-1837. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1837.

CORDEIRO, Carlos Antonio. *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino e Irmão, 1861.

COSTA, Emília Viotti da. “Primeiros Povoadores do Brasil: o problema dos degredados”. In: *Textos de história: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB*. Brasília: vol.6, nº1-2 (1998), 1999, p.77-100.

COSTA, Iraci Del Nero da & GUTIERREZ, Horacio. *Paraná, Mapas de Habitantes 1798-1830*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985.

DEBRET, Jean-Baptiste (1768-1848) “‘Guarapuava’. s.d. Aquarela. 7,8 x 23,3 cm, Coleção Fundação Castro Maia”. In: *Pintores da paisagem paranaense*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura/Solar do Rosário, 2..1, p.93.

D.I. – *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Vol. 2 a 96.

DURAT, Cristiano Augusto. *Os processos incorporativos do Indígena Kaingang de Atalaia à sociedade luso-brasileira: o papel do Catolicismo*. (Dissertação de Mestrado em História Regional). Passo Fundo: UPF, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

FEIJÓ, Diogo Antônio. “Negócios gerais” (extraído de *O Justiceiro*, nº12, de 29 de janeiro de 1835). In: CALDEIRA, Jorge (org.) *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Coleção Formadores do Brasil, Editora 34, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Tradução de Lúcia M. P. Vassallo. Petrópolis: Editoras Vozes, 1977.

FRANCO, Arthur Martins. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: tipografia João Haupt & CIA, 1943.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Editora Ática, 1974.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HESPANHA, A. M. e XAVIER, Angela B. “As redes clientelares” In: Mattoso, José (Dir.) *História de Portugal – O Antigo Regime (1602-1807)*. Volume 4. Lisboa: Estampa, 1994.

HESPANHA, Antonio Manoel. ‘A Punição e a graça’. In: MATTOSO, José (ed.) *História de Portugal*. Volume 4. Lisboa: Estampa, 1994.

HESPANHA, Antonio Manoel. ‘Da Justiça à Disciplina: Textos, poder e política penal no Antigo Regime’. In: HESPANHA, Antonio M. *Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva*. Lisboa: Fund. Calouste Gulberkian, 1993.

HESPANHA, Antonio Manoel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 1984.

HESPANHA, Antonio Manuel. “A constituição do Império Português: Revisão de alguns enviesamentos recentes”. In: FRAGOSO; BICALHO; GOUVEIA (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001,

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: editora Brasiliense, 2000.

JEHA, Silvana Cassab. *O Padre, o Militar e os Índios*. Chagas Lima e Guido Marlière: civilizadores de botocudos e kaingangs nos sertões de Minas Gerais e São Paulo, século XIX. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

KOERNER, Andrei. “O Impossível ‘Panóptico Tropical-Escravista’: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX.” In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. No. 35, Jul-Set./2001.

KOK, Maria da Glória Porto. “O Sertão Itinerante”: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. (Tese de Doutorado). FFLCH-USP: São Paulo, 1998.

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p.133-162.

LIMA, Carlos A. M. *Trabalho, negócios e escravidão: artífices na cidade do Rio de Janeiro (1790-1808)*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

LIMA, Carlos A. M. “Um pai amoroso os espera: sobre mestiçagem e hibridismo nas Américas Ibéricas”. In: GEBRAN, Philomena; LIMA, Carlos A. M.; SEDA, Paulo; MOURA, Ana Maria da Silva (org.). *Desigualdades*. Rio de Janeiro: LESC, 2003, p.64.

LIMA, Carlos A. M. “Sertanejos e Pessoas Republicanas Livres de Cor em Castro e Guaratuba (1801-1835)” In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, nº02, 2002, p.317-344.

LIMA, Francisco das Chagas. “Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava (1809 a 1827)”. In: SALLAS, Ana Luisa Fayet (org.). *Documentação sobre povos indígenas: Séculos XVIII e XIX*. Curitiba: Editora Aos Quatro Ventos, vol. 3, nº 9, 2001.

MACHADO, Brasil Pinheiro. “Formação Histórica. Povoamento dos Campos Gerais” In: BALHANA & MACHADO (orgs). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968.

MALERBA, Jurandir. *Os braços da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM; 1994.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. São Paulo: Ed. Itatiaia, Vol. 1, 1980.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudoeste Escravista (Brasil, séc. XIX)*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. *Ao Sul da História*. São Paulo: editora Brasiliense, 1987.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. “A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais.” In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MELO, Vasco Marinho de Almeida Homem de. *O degredo*. Lisboa: Cadeia da Penitenciária, 1940.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MONTEIRO, John Manuel. “Os guarani e o Brasil meridional”. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP; Companhia das Letras, 1992.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero: Cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios kaingang: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994.

NASCIMENTO, Augusto. “*Recolonização, mutações demográficas e afluxo de degredados a S. Tomé no século XIX*.” In: Textos de História, Brasília, V.6, no. 1e 2, 1998 (p. 09 a 34).

NEDER, Gizlene. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: Obediência e Submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.

NEPOMUCENO, Gabriela Murici. *Crime e Castigo no Antigo Regime Português: o degredo civil nas Ordenações Filipinas*. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB, 2003.

NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1973.

NETTO, Fernando Franco. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. (Tese de Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2005.

NORONHA, Patrícia Rúbia Guimarães de Souza. *O Império dos Indesejáveis: Legislação brasileira sobre o degredo (1822-1889)*. (Dissertação de mestrado). Brasília: UnB, 2003.

PANTOJA, Selma. “*A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX*.” In: Textos de História, Brasília, V.6, N. 1e 2, 1998. (p.185 a 210).

PAZ, Francisco M. *Na Poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PESSOA, Gláucia T. *Fernando de Noronha: uma ilha-presídio nos trópicos 1833-1894*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1994.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Editora Nacional/Brasileira, 1976.

PIERANGELI, Jose Henrique. *Códigos penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2ªed. 2001.

PIERONI, Geraldo. *Banidos: a Inquisição e a lista dos cristãos novos condenados a viver no Brasil*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

PIERONI, G. COATES, T. *De Couto do Pecado à Vila do Sal: Castro Marim [1550 – 1850]*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2002.

PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino: A Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília/SP: UnB/ Imprensa Oficial do Estado, 2000.

PIERONI, Geraldo. *Vadios e Ciganos, Heréticos e Bruxas: Os degredados no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora*. Salvador: Livraria Pogresso Editora, 1955.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODERJAN, Roselys Vellozo. *Raízes e pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1991.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Comarca de Curitiba (1820)*. Trad. Carlos da Costa Pereira. SP: Companhia editora Nacional, 1964.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. e Notas de Claro Ribeiro de Lessa. São Paulo: Editora Nacional, tomo I, 1938.

SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALLA, Fernando. *O encarceramento em São Paulo: das enxovias à penitenciária do estado*. (Tese de doutorado em Sociologia) FFLCH: USP, 1997.

SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. “Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, vol.76, 1962.

SAMPAIO, Afonso Botelho de. “A Descoberta dos Campos de Guarapuava”. In: *RIHGB*. Rio de Janeiro: T.XVIII, 1896, p.263-264.

SANTOS, Antonio César de Almeida. *Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanística pombalina*. (Tese de doutoramento em história). Curitiba: UFPR, 1999.

SANTOS, Noronha. *Esboço histórico acerca da organização municipal e dos prefeitos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Of. Gráfs. O Globo, 1945.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos. “Os ‘Campos de Guarapuava’ na Política indígena do Estado provincial do Paraná (1854-1889).” In: *Revista Analecta*. Guarapuava: Gráfica Unicentro, v.2, nº1, 2001, p.104

SCHMITT, Jean-Claude. “A história dos marginais” In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2ªed. 1993. p.261-290.

SEVCENKO, Nicolau. “O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino”. In: AMOROSO, Marta Rosa; et. all. (orgs). *Do Contato ao Confronto: A Conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: Expomus, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp. 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SIMÕES, Joaquim Isidoro. *Collecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

SIMÕES, Joaquim Isidoro. *Collecção Decisões do Governo do Império do Brasil de 1809*. Typographia Nacional, RJ, 1891.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. "Formas provisória de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações." In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, v. 1, 1997.

TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. (Dissertação de Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2005.

TAUNAY, Affonso de E. *História colonial da cidade de São Paulo no século XIX*. São Paulo: Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1956.

TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo sob o Império (1822-1831)*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1956.

Textos de história: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: vol. 6, nº1-2 (1998), 1999.

TOMA, Maristela. *Imagens do degredo: história, legislação e imaginário (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas)*. (dissertação de mestrado). Campinas: Unicamp, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: microhistória*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.